

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

**Sufrimento social de trabalhadores rurais assentados
na contracorrente do agronegócio na bacia do rio
Juruena - MT**

Bianca Vasquez Pistório de Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de concentração: Saúde coletiva
Linha de Pesquisa: Diversidade sociocultural, ambiente e trabalho.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marta Gislene Pignatti

Co-orientador: Dr. Luís Henrique da Costa Leão

**CUIABÁ
2017**

**Sufrimento social de trabalhadores rurais assentados
na contracorrente do agronegócio na bacia do rio
Juruena - MT**

Bianca Vasquez Pistório de Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de concentração: Saúde coletiva
Linha de Pesquisa: Diversidade
sociocultural, ambiente e trabalho.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marta Gislene
Pignatti

Co-orientador: Dr. Luís Henrique da Costa
Leão

**CUIABÁ
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

P679s Pistório de Castro, Bianca Vasquez.

Sufrimento Social de Trabalhadores Rurais Assentados na
Contracorrente do Agronegócio, na Bacia do Juruena - MT / Bianca
Vasquez Pistório de Castro. -- 2017

110 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Marta Gislene Pignatti.

Co-orientadora: Luís Henrique da Costa Leão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde
Coletiva, Cuiabá, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Sofrimento Social. 2. Trabalho Rural. 3. Assentamento Rural.
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : (65) 3615-8884 - Email : secmsc.ufmt@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "“Sofrimento Social de Trabalhadores Rurais Assentados na Contracorrente do Agronegócio”.”

AUTOR : Mestranda Bianca Vasquez Pistório de Castro

Dissertação defendida e aprovada em 26/05/2017.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Marta Gislene Pignatti
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Coorientador	Doutor(a)	Luis Henrique da Costa Leão
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Wanderlei Antonio Pignati
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doutor(a)	Jorge Mesquita Huet Machado
Instituição :	Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Reni Aparecida Barsaglini
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	


Prof. Dr. Luis Henrique da Costa Leão
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva/SCUFMT
Matrícula: 1888040

CUIABÁ, 06/02/2018.

Dedicatória
Aos trabalhadores do Assentamento Nova
Esperança e a todos os trabalhadores que
lutam na contracorrente diariamente.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aqui é reconhecer as pessoas que ajudaram de algum modo no processo de produção deste estudo

Agradeço imensamente aos professores do programa de pós-graduação do ISC que facilitaram o conhecimento e consciência crítica nas disciplinas do primeiro ano do mestrado.

Agradeço de coração a todos os integrantes do NEAST, pois com vocês aprendi o que é trabalhar coletivamente e o que é o compromisso social da ciência.

Agradeço a minha orientadora Marta, que sem dúvidas me ensinou a caminhar no mestrado, desempenhando papéis que facilitaram meu protagonismo para a produção desta pesquisa e dissertação. Sou grata pelos riquíssimos ensinamentos ao longo desses anos, que foi muito além da produção deste trabalho.

Ao meu co-orientador Luís, de antemão peço desculpas pela falta de poesia para descrever este agradecimento. Sem dúvidas, você tem importância significativa na minha trajetória do mestrado e nutro por você enorme admiração. Obrigada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento concedido através de bolsa de estudo, o que permitiu, em grande parte do processo de formação, que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado. Também agradeço ao Ministério Público do Trabalho, que alocou recursos ao projeto de pesquisa “Avaliação da contaminação ocupacional, ambiental e em alimentos por agrotóxicos da Bacia do Juruena – MT (Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo do Parecis)”, sendo esta dissertação parte deste projeto, e contou com seus recursos para as viagens à campo.

A minha família, agradeço por compreenderem a minha ausência durante o período que precisei dedicar ao mestrado.

Diego Grassi de Castro, registro aqui meu agradecimento pelo apoio.

Em especial, agradeço ao meu pai, Mateus Pistório Filho, que de uma maneira singular e muito especial me direcionou ao caminho dos estudos.

A força que me rege, ao qual atribuo o nome Deus, agradeço por ter permitido que o mestrado tenha ocorrido no momento adequado da minha vida e por ter me dotado de sabedoria para concluir esta tarefa.

RESUMO

Introdução – A questão agrária no Brasil é um problema histórico e contemporâneo ao mesmo tempo, sendo assim, a luta pela posse de terra sempre ocorreu. A falta de distribuição de terras tem como um de seus reflexos ocupações que se transformam em assentamentos rurais. Ocupar terras não garante condições mínimas de sobrevivência nos assentamentos, pois falta estrutura para que os assentados tenham condições de vida dignas. **Objetivo** - Compreender se a luta pela terra de um grupo de trabalhadores rurais assentados na região sudoeste de Mato Grosso, onde prevalece a lógica do latifúndio e do agronegócio, implica em sofrimento social. **Métodos** – Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semi-estruturadas, iniciada com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. Os sujeitos foram trabalhadores rurais do assentamento rural Nova Esperança, em Campos de Júlio - MT. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da análise de conteúdo. **Resultados** – A ocupação de terra gera insegurança nos trabalhadores rurais assentados, pois estão em uma situação de ocupação irregular. Além disso, a falta de legalização não permite o acesso a créditos, que implica em falta de estrutura para sobrevivência, que também é influenciada pela falta de assistência do poder público. Percebe-se que a reação em cadeia dos fatores apresentados traz sofrimento social. A luta pela terra também gera disputas por conta da configuração econômica do local. Neste caso, os trabalhadores rurais assentados sofrem com a opressão dos grandes produtores rurais, o que justifica o título deste trabalho. Situações de ameaças pela ocupação da terra foram relatadas pelos trabalhadores, como provenientes dos grandes fazendeiros que não aceitam a busca de autonomia do grupo. Por outro lado, a luta pela terra gera união no grupo de trabalhadores para resistirem frente às pressões externas ao assentamento. Mesmo imersos em um ambiente estrutural de opressão e de negação, a coletividade é um mecanismo onde é possível desenvolver estratégias de defesa ao sofrimento social e que fortalecem o grupo de assentados. **Conclusão** – Em um país com extensão territorial gigante e com muitas terras devolutas e terras improdutivas que servem para fins especulativos, é contraditório que existam tantas pessoas lutando por um pedaço de terra. Neste estudo ficou claro as implicações sociais e a produção de sofrimento a partir da luta pela terra. Defender a agricultura familiar não é ser arcaico, mas ser justo em uma sociedade que prega a liberdade e a igualdade, mas que não dá oportunidade para que as pessoas vivam onde e da maneira que desejam.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Sofrimento Social, Trabalho Rural.

ABSTRACT

Background - The agrarian dispute in Brazil is a historical and contemporary problem at the same time, and thus, the struggle for land ownership has always occurred. The lack of a good land distribution has as one of its main reflexes irregular occupations that end up turning into rural settlements. Only occupying land does not guarantee minimum conditions of survival on these settlements, since they lack a minimum infrastructure for settlers to have decent living conditions. **Objective** - To understand if the struggle for the land of a group of rural workers settled in the southwestern region of Mato Grosso, where the logic of landownership and agribusiness prevails, implies social suffering. **Methods** - Qualitative research with an exploratory design, with analytical-descriptive orientation, through semi-structured interviews, initiated with the approval of the Research Ethics Committee and free and informed consent of the interviewees. The subjects were rural workers from the rural settlement Nova Esperança, in the city of Campos de Júlio, Mato Grosso. The interpretation of the collected data followed the teachings of content analysis. **Results** - Land occupation implies insecurity on the settled rural workers behalf, since they are in a situation of irregular occupation. Besides, the lack of legalization does not allow access to credit, which implies a lack of minimum infrastructure for survival, also influenced by the lack of assistance from the government. It can be perceived that the chain reaction of the presented factors implies in social suffering. The struggle for land also raises disputes over the local economic configuration. In this case, settled rural workers suffer from the oppression of larger rural producers, which justifies the title of this work. Workers have reported situations of land occupation threats coming from large landowners who do not accept the quest for autonomy of these groups. However, the struggle for land generates enough unification in the group of workers to resist the external pressure to the settlement. Even when immersed in a structural environment of oppression and denial, collectivity is a mechanism where it is possible to develop strategies to resist social suffering and strengthen the group of settlers. **Conclusion** - In a country with a huge territorial extension and with lots of vacant and unproductive fields that serve for speculative purposes, it is contradictory that there are so many people fighting for a piece of land. This study exposed the social implications and the suffering from the struggle for land. Defending family agriculture is not being antiquated, but being fair in a society that preaches freedom and equality, though it does not give people the opportunity to live where and how they want.

Key-words: Rural settlement; Social Suffering; Rural Work.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	19
2.2 O MUNDO RURAL	22
2.3 SOFRIMENTO SOCIAL	23
3 O MUNDO RURAL E SEUS PERCALÇOS	26
3.1 A AGRICULTURA NO BRASIL	26
3.2 A QUESTÃO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO	33
3.3 POSSE DE TERRA E A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	35
3.4 TRABALHO RURAL E SAÚDE	42
4 PERCURSO METODOLÓGICO	48
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	48
4.2 O CENÁRIO DA PESQUISA	49
4.2.1 Campos de Júlio	49
4.2.2 Assentamento Rural Nova Esperança	54
4.3 AS TÉCNICAS E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS	58
4.4 A PRODUÇÃO DE DADOS	60
4.5 OS SUJEITOS DA PESQUISA	62
4.6 O TRATAMENTO DOS DADOS: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE	63
4.7 ASPECTOS ÉTICOS	64
5 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	65
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	65
5.2 A OCUPAÇÃO DA TERRA: ONTO DE PARTIDA E CHEGADA	71
5.3 TERRA DE TRABALHO: VIVER NA TERRA E DA TERRA	77
5.4 A TERRA DE INCERTEZA E A PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO	82
5.5 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
7 REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	106
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	106
Apêndice 2 - Roteiro semiestruturado para entrevista dos trabalhadores rurais assentados	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da produção agrícola do Mato Grosso	34
Figura 2: Evolução histórica de famílias assentadas no Brasil	38
Figura 3: Evolução histórica de famílias assentadas no Mato Grosso	38
Figura 4: Localização do município de Campos de Júlio em Mato Grosso	49
Figura 5: Pessoas ocupadas por setor	51
Figura 6: Campos de Júlio - imagem aérea	51
Figura 7: Produto interno bruto de Campos de Júlio, por área econômica	52
Figura 8: Produto interno bruto <i>per capita</i> 2010-2013 – comparativo	52
Figura 9: Índice de Desenvolvimento Humano - comparativo	53
Figura 10: Taxa de Mortalidade Infantil - 2008 a 2014	53
Figura 11: Localização do Assentamento Nova Esperança, em Campos de Júlio-MT	55
Figura 12: Percurso até o Assentamento Nova Esperança	56
Figura 13: Assentamento Nova Esperança, em Campos de Júlio-MT	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional de Saúde

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMEA – Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISC – Instituto de Saúde Coletiva

KM - Quilômetros

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAST - Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PNSIPCF – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa	69
Quadro 2 - Área dos lotes em hectares	76
Quadro 3 - Cultivos no assentamento	81

APRESENTAÇÃO

O percurso da escolha do público para o presente trabalho percorreu o mundo do trabalho rural, buscando conhecer os trabalhadores deste campo de estudo. Ao darmos início ao levantamento bibliográfico sobre essa categoria de trabalhador, foi verificado que são diversas as subcategorias de trabalho existentes.

A realidade do trabalho rural atual nos dá um cenário de trabalhadores que vai desde aqueles que utilizam de alta tecnologia para a produção agrícola até o trabalhador informal, catador de raízes, que labuta em condições insalubres e tem seus direitos trabalhistas negados. Há também os trabalhadores rurais da agricultura familiar, os cooperados, os vinculados a movimentos sociais de luta pela terra, etc.

A infinidade de possibilidades de estudo do trabalho rural fez com que fossem feitas diversas propostas de projetos de pesquisa antes da versão final. A primeira delas versou sobre a exclusão social e a saúde de trabalhadores rurais, onde objetivou-se pensar no processo de sofrimento de trabalhadores rurais a partir das desigualdades sociais, contudo não foi possível definir a categoria de trabalhador rural a ser pesquisada, uma vez que sem o conhecimento do campo não foi possível compreender a demanda que viria dele. Digo sobre conhecer o campo para a definição do objeto, porque desde a pretensão de cursar o mestrado compreendia minha aproximação com as pesquisas qualitativas devido a minha área de formação profissional. Pelo fato de ser psicóloga e ter trabalhado com as políticas de saúde pública e de assistência social, acredito que para atender as demandas é necessário antes conhecer o território, a cultura e o grupo social que o indivíduo pertence, pois esses elementos são fundamentais no processo de construção histórico-social do sujeito e sua compreensão. Além do mais, enquanto pesquisadora, penso que a ciência deve ir de encontro as necessidades das populações, mostrando seu compromisso e relevância através da contribuição com o desenvolvimento social.

Outro tema apresentado como proposta antes da versão final deste trabalho foi o estudo da saúde mental de trabalhadores inseridos na cadeia produtiva do algodão no município de Sapezal-MT. O objetivo era de analisar as relações entre processo de trabalho e saúde mental. A região de Sapezal foi escolhida por sua alta relevância na produção de algodão no estado. Com a oportunidade de conhecer o campo através de uma viagem até o local, foi possível compreender a dimensão desta cadeia produtiva e

como seus trabalhadores flutuam nas diversas culturas agrícolas do estado, como soja, milho e girassol, por exemplo. O algodão tem safra em um período específico do ano e nos outros períodos seus trabalhadores migram para outras culturas, já que os vínculos muitas vezes se dão por contratos de trabalho periódicos e pontuais, o que dificultaria metodologicamente o acompanhamento dos trabalhadores para a pesquisa de mestrado. Além do mais, a cadeia produtiva do algodão engloba trabalhadores que laboram na plantação e na colheita, de maneira informal e formal, com mecanização ou braçal; no armazenamento; nas indústrias de beneficiamento; no transporte. Verificou-se a inviabilidade na análise de toda esta cadeia para um projeto de mestrado devido ao prazo.

Outra proposta foi o estudo da saúde mental de trabalhadores rurais em Campos de Júlio. Para a definição da categoria de trabalhador rural a ser estudada foram levantadas informações para a caracterização do município, onde foi possível identificar um assentamento rural que despertou para a problemática deste grupo de trabalhadores em um município onde a produção do agronegócio predomina, e onde se presumia não haver lugar para o pequeno produtor.

Na escolha do local, tanto com a proposta anterior em Sapezal quanto em Campos de Júlio, além da relevância dos lugares para a economia agrícola do estado, também se deu porque o Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST) já estava desenvolvendo uma pesquisa grande no local, intitulada de “Avaliação da contaminação ocupacional, ambiental e em alimentos por agrotóxicos na bacia do Juruena-MT (Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo do Parecis)”. Como a mestranda faz parte deste núcleo de estudo, pois sua orientadora é coordenadora do grupo de pesquisa, no intuito de também contribuir com esse projeto maior, elegeu-se um dos municípios em estudo como local da pesquisa. Claro que o direcionamento e experiência da orientadora e co-orientador foram essenciais para auxiliar na delimitação do tema a ser estudado, portanto resolvemos partir da discussão do agronegócio e suas implicações no mundo rural, no modo de vida e no modo de trabalho.

Após ir a campo foi verificado que o assentamento em estudo, ao contrário do que investigado através de contatos telefônicos, tratava-se de uma terra que foi ocupada por trabalhadores cujo proprietário se fazia ausente há mais de vinte anos. Os trabalhadores rurais e suas famílias, que tinham o desejo de retornarem ao modo de vida onde a terra é o meio de subsistências direto, a ocuparam e passaram a construir casas, plantar e criar. A experiência de “sentir” o campo mostrou que este assentamento tem

características singulares e heterogêneas, o que reforçou mais uma vez a ideia de que somente a experiência no local pode nos dar o percurso a ser seguido em uma pesquisa que se propõe a utilizar o método qualitativo.

Esta apresentação narrando o percurso da construção deste trabalho, auxiliará o leitor na compreensão da pesquisa e de suas limitações.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou compreender a dinâmica de um assentamento rural imerso na lógica de produção do agronegócio, partindo do ponto de que esse fato implicaria em dificuldades para os assentados se estabelecerem enquanto pequenos produtores rurais, resultando conseqüentemente em sofrimento social para este grupo.

Destaca-se que este assentamento possui particularidades por não ter sido constituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo fato dos assentados não estarem organizados em movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo.

A relevância deste trabalho se dá pela necessidade de compreensão dos movimentos existentes no mundo rural, principalmente no estado de Mato Grosso, que se destaca por ter sua economia baseada no agronegócio. Cabe ressaltar que o mundo rural não é homogêneo, que existem diversas populações rurais e a de assentados vive sob a égide da diversidade, exigindo um olhar atento para sua complexidade (GROFF, MAHEIRIE e PRIM, 2009).

A formação histórica da agricultura brasileira será analisada neste trabalho, para que se compreenda o atual cenário. É de extrema relevância olhar para a história da ocupação e exploração agrícola para entender a questão de distribuição de terras no Brasil (ou a falta de distribuição), tendo como um de seus reflexos a formação de assentamentos rurais.

A realidade agrícola em Mato Grosso nos leva a refletir sobre as peculiaridades das características de saúde da população que vive e trabalha nas cidades cercadas por grandes lavouras. O fato desse trabalho pertencer a um núcleo de pesquisas que se preocupa com o ambiente e a saúde do trabalhador, direciona para essa ótica onde pensar saúde em um ambiente economicamente desigual implica pensar nas desigualdades sociais, o que também trás relevância a este trabalho, já que a Saúde Coletiva tem essa proposta em seu campo ideológico e também se compromete a pensar saúde a partir do olhar das ciências sociais.

Dentro da Saúde Coletiva, o eixo das ciências sociais permite a reflexão dos problemas e necessidades em saúde que vão além da explicação do modelo biomédico, se propondo a verificar sua distribuição e seus determinantes sociais, compreendendo os sentidos e significados das ações e experiências presentes no processo saúde-doença.

CASTELLANOS, LOYOLA e IRIART (2014) apontam que um pressuposto da Saúde Coletiva é considerar as ações de saúde como práticas sociais, sendo exímio analisar o contexto social e a perspectiva histórica. Cabe então ressaltar que o fator da desigualdade pode influenciar no processo de adoecimento do indivíduo, principalmente devido aos riscos a que está exposto e as possibilidades/recursos para lidar com eles.

Diversos estudos têm buscado explicações para o adoecimento. As explicações materialistas e ambientalistas, por exemplo, veem que as desigualdades na saúde estão ligadas a questões estruturais da sociedade mais amplas, como a má distribuição de renda, o desemprego, a habitação, a poluição e as precárias condições de trabalho (GIDDENS, 2005).

Se estudarmos o processo de trabalho e o adoecimento, de acordo com MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA (1997), esta análise possibilitará reformular concepções hegemônica que estabelecem articulações simplificadas entre causa e efeito. Os autores revelam que ainda hoje, para a compreensão das razões do adoecimento, utiliza-se um caráter reducionista, o que para a saúde do trabalhador se torna um desafio. Portanto é preciso compreender o processo de saúde e doença dos trabalhadores em sua relação com o trabalho (MENDES e DIAS, 1991).

Nessa perspectiva de pensar a saúde do trabalhador a partir das relações de trabalho e do ambiente sócio-histórico em que ele está inserido, o sofrimento social vem como um produto que se desenvolve paralelamente “ao desenvolvimento social e econômico contemporâneo, produtor da miséria, da pobreza, das péssimas condições de vida geradas no interior do sistema capitalista de produção.” (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132).

O sofrimento social é um elemento que deve ser discutido no campo da saúde, e mesmo não tendo um local específico de manifestação no corpo, como a dor, se estende a todo o ser (MENDES e WERLANG, 2013). Discutir sofrimento é quebrar o paradigma de saúde-doença cartesiano e unicausal, indo muito mais além que isso. Para WILKINSON (2005), o sofrimento ocorre quando há estados de privação material, com a injustiça social e a perda de liberdade em todas as suas formas e por isso estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, na depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse por exemplo. O sofrimento seria uma resposta psicológica e subjetiva a um contexto social e cultural determinado.

Norteados pela compreensão da relação do homem com o trabalho e as implicações do processo de trabalho para a saúde do trabalhador, buscou-se

compreender se a luta pela terra de um grupo de trabalhadores rurais assentados na região sudoeste de Mato Grosso, onde prevalece a lógica do latifúndio e do agronegócio, implica em sofrimento social.

Para isso buscou-se conhecer a história de trabalho e de vínculos com a terra dos trabalhadores rurais assentados, e se isso de alguma maneira motivou o grupo a lutar para viver na terra e da terra. Outro objetivo deste trabalho foi identificar quais são os principais sofrimentos apresentados por estes trabalhadores como fruto da situação social que vivem e verificar se desenvolveram mecanismos de resistência para o fortalecimento do grupo.

Para a compreensão deste trabalho, serão apontados os referenciais teóricos tanto para a categoria trabalho, o mundo rural e também para o sofrimento social. Também será apresentada a questão agrária no Brasil a partir do levantamento histórico da distribuição de terras no Brasil e no Mato Grosso, só assim ficará clara a questão das ocupações de terras e dos assentamentos rurais. No mundo rural, além da questão da distribuição de terra, este trabalho também se preocupa com o trabalhador rural e aqui também se pretende pensar sobre as nuances deste grupo de trabalhadores.

Na metodologia será possível conhecer o local de pesquisa e essa informação deixará os resultados mais compreensível para o leitor. Nos resultados serão analisados: o processo de ocupação da terra do assentamento rural Nova Esperança; o uso da terra como meio de trabalho e subsistência; a produção de sofrimento frente à incerteza de permanência na terra e os mecanismos utilizados pelos trabalhadores como forma de resistir aos motivos que provocam o sofrimento.

Ao final deste trabalho, espera-se que fique evidente a singularidade deste grupo, que segue uma lógica contrária à produção do agronegócio no mundo rural da região em que está inserido, e que esse movimento na contracorrente, não só de trabalho, mas também de modo de vida, é uma resposta de resistência ao sofrimento social que lhes é imputado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Ao longo das transformações sociais no mundo, o trabalho também foi se transformando e ganhando novos significados. Atualmente, como herança da sociedade moderna, o modelo que rege a sociedade contemporânea é o *capitalismo*, que é um modelo econômico com ênfase na compra e venda de mercadorias, visando obter o lucro nessas operações (MARX, 2005). Nesse modelo social capitalista, existem três classes sociais classificadas por Marx: o *capitalista*, que possui o capital e que busca o lucro; o *proprietário rural*, que através de sua terra busca a renda fundiária; e o *operário*, que vende sua força de trabalho pelo salário.

Para compreender como o trabalho pode vir a impactar a saúde do trabalhador, é necessário conceituar a categoria *trabalho*. O Materialismo Histórico e Marx colocam o homem, constituindo através do trabalho, suas condições de existência e de consciência. Na perspectiva de Marx, fundador do socialismo científico, o trabalho seria:

(...) a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum em todas as formas sociais (MARX, 1996, p. 303).

Entende-se então que o trabalho é a manifestação humana para transformar uma matéria bruta em uma matéria modificada. Essa modificação, ou transformação da matéria, é fruto de um esforço que seria o trabalho, e a partir dele a matéria que era bruta e tinha um valor, ganha um novo valor, pois é atribuído a ela o valor do trabalho necessário para modificá-la. O homem então, na transformação da natureza, se apropriaria dela, para satisfazer as suas necessidades.

Na perspectiva de Marx, o trabalho é responsável pelo processo que transforma o homem em um ser social. Portanto, o homem deve ser estudado em sua situação de trabalho em sociedade como um indivíduo com capacidade de prever suas ações e de criar diferentes e novas formas de agir, com criatividade e inovação. Para desenvolver

seu trabalho é imprescindível que o homem tenha todas as suas dimensões funcionando em equilíbrio, inclusive as funções mentais.

Marx ainda salienta que ao transformar a natureza, o homem modifica a sua própria natureza, desenvolvendo tanto as potencialidades adormecidas das matérias quanto as suas próprias. Portanto, o trabalho é exclusivamente humano porque vai muito além do instinto animal e ao desenvolver formas de trabalho a partir do domínio da natureza, implica nela as suas experiências históricas e sua condição de homem racional.

O que vai então diferenciar a transformação da natureza pelo animal e pelo homem, é que o homem, antes de concretizar uma ação sobre a matéria, constrói em sua mente todo o processo de trabalho, para depois transformá-la em realidade. Portanto o trabalho é mais do que ação concreta, mas passa antes pela dimensão abstrata do homem e o resultado do processo de trabalho é resultado do que já existia antes na imaginação do trabalhador.

O processo de trabalho também é uma categoria trazida por Marx, e o que o compõe é o próprio trabalho, que é a atividade orientada para um fim; o objeto de trabalho, que é a matéria a que se aplica o próprio trabalho e os instrumentais de trabalho, que seriam os meios de trabalho.

Assim sendo, o uso da terra para o trabalho, utilizando a perspectiva marxista, seria um meio de trabalho, que somado a outros instrumentos que também seriam meios de trabalhos, somada a atividade do trabalhador resultaria num processo de trabalho no meio rural, ou na agricultura. O processo de trabalho pode vir a se tornar cada vez mais elaborado, conforme as necessidades humanas e o seu desenvolvimento, portanto os meios de trabalho podem indicar as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Quanto mais trabalho é investido na matéria, mais é atribuído valor, sendo assim, um bem tem valor por causa do trabalho humano, pois é o homem quem o materializa e a grandeza do valor é reflexo da quantidade de trabalho necessário para fazê-lo: “Os objetos que são produtos desse trabalho atestam unicamente que para sua produção foi necessário um esforço do trabalho humano, que um trabalho humano se acha aí acumulado.” (MARX, 2005, p. 24 e 25)

Os produtos seriam resultados do processo de trabalho, e podem ter um valor atribuído conforme o investimento feito para a sua produção.

Para MARX (2005), a atividade humana sobre a natureza é materializada no processo de trabalho através do *valor de uso*:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas (MARX, 1985, p.153).

Outro conceito importante que nos auxiliará na compreensão do mundo do trabalho é a *divisão social do trabalho*, que é o caráter específico do trabalho humano. Segundo Marx, a divisão do trabalho ocorrerá de acordo com a propriedade do homem pela matéria e pelos instrumentos necessários para a transformação da matéria. A divisão do trabalho também dependerá de cada sociedade.

Na sociedade capitalista a divisão do trabalho poderá ser determinada de acordo com a *classe social* em que o trabalhador está inserido. As classes sociais citadas por Marx se sobrepõem e faz com que as pessoas de uma mesma sociedade tenham situações de vida e de trabalho diferenciadas, de acordo com a classe a que pertencem, e assim se dão as relações de produção entre o proletário e o capitalista. Aqui vem a crítica de Marx sobre as desigualdades sociais, deixando explícito seu desejo de que o proletariado tenha consciência desta situação, ou seja, *consciência de classe*, e se una no intuito de transformar a sociedade, quebrando a hegemonia da *ideologia* burguesa que faz aparentar que o interesse da classe dominante beneficia todo o coletivo social.

A partir dos conceitos citados acima, compreende-se o esforço realizado por Marx para explicar o funcionamento social, bem como sua busca para descrever a dinâmica que move e perpetua o modelo capitalista, ou seja, qual sua principal motivação. E é a partir dessa ótica de compreensão das relações de produção, do trabalho e dos demais conceitos aqui definidos que este trabalho buscará compreender o trabalho rural e a relação do processo de trabalho com o sofrimento social dos trabalhadores.

Para contextualizar o mundo do trabalho, lança-se mão de Ricardo Antunes, autor que também trata da teoria de Marx e que trabalha com questões relacionadas ao trabalho. ANTUNES (2004) faz um retrospecto da inserção do capitalismo no Brasil e traz sua atual situação, que foi alterada pelas metamorfoses no mundo do trabalho. Após o golpe militar de sessenta e quatro, o país desenvolveu uma estrutura produtiva que busca tanto exportar produtos primários (agricultura) e industrializados, como também produzir bens de consumo duráveis. Para dar conta dessas metas econômicas, utilizou para isso a superexploração da força de trabalho, ou a subproletarização (ANTUNES, 2006).

A partir da década de 80 o Brasil passa então a dar os primeiros passos rumo a reestruturação produtiva, onde busca o neoliberalismo. Mas é nos anos noventa que ela se desenvolve com maior força. A reestruturação produtiva foi responsável então pela reorganização na estrutura de trabalho, marcada principalmente pela terceirização da força de trabalho. Neste momento o autor também sinaliza o fenômeno de realocização industrial, onde as indústrias buscam se instalar em lugares que ofertam mão de obra com menor remuneração, gerando conseqüente exploração da força de trabalho.

ANTUNES (2004) compreende então que a atual estrutura do mundo do trabalho tem aumentado a mais-valia e esse processo tem sido favorável para o agravamento de problemas de saúde em trabalhadores.

No caso do trabalho rural algumas questões são específicas, de acordo com o período histórico e fase do capitalismo em que os países estão inseridos. No caso brasileiro, destacamos dois autores que contribuem para esta discussão e serão apresentados a seguir.

2.2 O MUNDO RURAL

Para fazer a análise do mundo rural e de seus trabalhadores, José de Souza Martins, precursor da Sociologia e da análise do capitalismo no mundo rural será o referencial. A análise de Martins distancia-se da dualidade entre rural-urbano e reforça a ideia de que o mundo rural ultrapassa os limites de uma sociologia rural, tendo se tornado seu objeto de estudo não os fenômenos sociais rurais, mas o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (MARTINS, 1975).

O crescimento das cidades trouxe novos valores para a sociedade brasileira, reforçando a ideologia da industrialização, contudo o campo continuou a ser visto como arcaico. O autor mostra que a modernização da agricultura no campo restringiu-se a implementação de práticas e técnicas modernas (MARTINS, 1975).

O conceito de capitalismo, embasado no materialismo histórico, refere-se ao modo de produção capitalista, onde o processo de trabalho e também o processo de transformação da matéria é o que agrega valor a mercadoria. Para MARTINS (1975), o modo de produção, que é de modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, é onde são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade.

No mundo rural existem complexidades nas relações sociais, uma vez que há diversidade na população que a compõe, sendo este um fator para compreender como se dá o processo de compra e venda de força de trabalho no mundo rural, dificultando assim a análise capitalista do mundo rural.

As categorias *terra de trabalho* e *terra de negócio* são utilizadas pelo autor para diferenciar a classe operária dos trabalhadores rurais:

A distinção que faço entre terra de trabalho e terra de negócio foi resgatada da distinção subjetiva que os próprios trabalhadores fazem entre as terras que eles próprios utilizam e terras que o patrão e proprietário utiliza para explorar o trabalhador e para especular (MARTINS, 1991, p. 12).

Ou seja, quando o capital se apropria da terra ela se torna explorada, já quando o trabalhador é quem detém a posse da terra, ela se torna de trabalho.

Por esses e outros indícios da complexidade do mundo rural proposto por Martins, acredita-se que este autor, dentro de sua análise marxista, poderá responder as questões levantadas neste trabalho sobre a constituição do mundo rural e de sua modernização, para que se compreenda a questão da distribuição de terras, as relações de produção entre trabalhadores e empregadores e da própria produção agrícola.

Quando se fala na noção de formação econômico-social do mundo rural, não se pode restringir tal formação ao espaço geográfico no qual o processo se realiza, mas sim pensar no desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade, uma vez que no capitalismo também se reproduz relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1996).

2.3 SOFRIMENTO SOCIAL

O sofrimento tem se manifestado ao longo do tempo e em diferentes grupos sociais. Marx, já em 1880 ousou investigar a situação da classe operária na França para conhecer a situação que vivenciavam naquele momento devido a situações de exploração no trabalho e precárias condições de vida, que conseqüentemente, geravam *sofrimento* nos trabalhadores daquela época:

Confiamos contar, para isso, com a ajuda de todos os operários da cidade e do campo, conscientes de que apenas eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam, e de que só eles, e não os salvadores providenciais, podem energicamente remediar as misérias sociais que sofrem (MARX, 1982, p. 249).

Embora a questão do sofrimento esteja presente nas obras de autores clássicos, como na de Marx, citada; e na de ENGELS (2008), quando apresenta a questão da degradação social, do tormento físico e da miséria gerada pelo trabalho realizado nas fábricas; o conceito de sofrimento social emerge nas últimas décadas como um novo paradigma das ciências sociais, objetivando olhar de forma diferenciada as relações nos processos históricos e sociais, considerando a subjetividade (PUSSETTI e BRAZZABENI, 2011).

O conceito de sofrimento social utilizado neste trabalho refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social e é derivado daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas, de como tais formas de poder podem influenciar nos problemas sociais (KLEINMAN, DAS e LOCK, 1997). Os autores partem do pressuposto que o que gera o sofrimento deve ser observado considerando as dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos, e é a partir desta perspectiva que o sofrimento social será analisado no grupo de trabalhadores estudado.

Para VICTORA (2011), é relevante observar como os poderes políticos, econômicos e institucionais se entrelaçam na experiência pessoal e cotidiana e como as pessoas reagem aos eventos no dia-a-dia. Para a autora, o sofrimento social é social porque é corporificado nos sujeitos históricos e nas condições sociais.

O sofrimento social é o resultado da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto das questões que estruturam nossa sociedade às experiências do cotidiano. Sendo assim, é preciso “evitar essencializar, naturalizar ou sentimentalizar o sofrimento” (KLEINMAN e KLEINMAN, 1997, p. 2), para não se correr risco de despolitizar um problema originário da relação indivíduo-sociedade. É preciso compreender as inter-relações do sujeito com o mundo social que o cerca.

O sofrimento, que é uma expressão da precarização da vida humana causada pelos processos de desenvolvimento, aponta para a perversidade desse sistema econômico, que transforma a vida de pessoas e gera sofrimento, “um sofrimento

ampliado que nos faz sofrer a todos: o sofrimento social” (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132).

O sofrimento social é produzido paralelamente ao avanço do desenvolvimento social e econômico contemporâneo, sendo resultado do sistema capitalista de produção. A miséria, pobreza e condições de vida precárias, por exemplo, são situações que produzem sofrimento social e o campo do trabalho também produz sofrimento social:

Sofre-se e sofre-se muito, notadamente nos espaços em que o trabalho humano se desenvolve. Sofre-se com o adoecimento e mesmo com a possibilidade da morte que, aos poucos, vai sendo delineada nos ambientes de trabalho. É a morte pelos acidentes de trabalho, pelas doenças desenvolvidas nos espaços insalubres, descuidados, nocivos, deletérios que aumentam a fadiga nervosa, a fadiga psíquica, a ansiedade, a depressão, os suicídios (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132).

Para BOUYER (2015), embora o sofrimento social seja muito mais amplo e genérico que os termos sofrimento no trabalho e sofrimento psíquico, os três são indissociáveis, pois o sofrimento social abarca o coletivo de indivíduos e, nele, faz ocorrer o que se denomina sofrimento no trabalho e sofrimento psíquico, sendo, portanto este movimento dinâmico e de passagem do sofrimento social para o sofrimento individual, pois:

O social está doente antes do indivíduo. A linha do tempo que leva do sofrimento ao adoecimento tornam urgentes as medidas públicas de saúde, não sobre o corpo já adoecido do indivíduo, mas sobre as chagas abertas pelo capital no corpo do social (BOUYER, 2015, p. 109).

O sofrimento social opera em duas dimensões simultaneamente interligadas: coletiva (social) e individual (intrapsíquica). Portanto o elo entre o coletivo e o individual são as relações sociais que oprimem coletivos inteiros de trabalhadores, repercutindo na vida psíquica individual, gerando um sofrimento que quando não tem como ser conjurado ou transformado, pode conduzir ao adoecimento físico e mental de grandes populações que vivem do, e sobrevivem, no trabalho (BOUYER, 2015). Portanto discutir sofrimento social neste trabalho tem total pertinência para o campo da saúde pública.

No âmbito da discussão do sofrimento produzido pelo trabalho, Dejours também auxiliará na compreensão do grupo de trabalhadores aqui estudados, principalmente no

que tange as estratégias defensivas desenvolvidas coletivamente para lidarem com o sofrimento.

Para DEJOURS (1992), em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, esperança e desejos e uma organização do trabalho (que é social), que os ignora. Esse sofrimento começaria quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

O sofrimento para Dejours é uma categoria central de compreensão que marca uma luta travada entre o funcionamento psíquico e seus mecanismos de defesa e as pressões organizacionais. Esta luta faz com que o trabalhador recorra a estratégias defensivas. Portanto, a psicodinâmica do trabalho busca compreender como o trabalhador consegue alcançar um equilíbrio psíquico, mesmo estando exposto a condições de trabalho desestruturantes, com ambientes hostis que desencadeiam sofrimentos; assim como busca analisar as estratégias defensivas que os trabalhadores utilizam para lidarem com o sofrimento apresentado (DEJOURS, 2004).

3. O MUNDO RURAL E SEUS PERCALÇOS

Aqui serão pontuadas questões que de uma maneira geral são importantes para a compreensão deste trabalho. Trazer a história e a contextualização do mundo rural no Brasil e em Mato Grosso é primordial para que se pense no cenário proposto, de assentamento rural, assim como os vínculos de trabalho que se dão nessa conjuntura e que poderá subsidiar a o entendimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A compreensão da situação social das populações rurais será um assunto discutido, pois é preciso compreender como todas as questões acima apontadas refletem no processo de vida e na produção de sofrimento dessas pessoas.

3.1 A AGRICULTURA NO BRASIL

Recorrendo a história através de PRADO JUNIOR (2004), o século XIV na Europa foi marcado pelo desenvolvimento do comércio através das navegações marítimas no intuito de expandir o capitalismo comercial. Começou-se a busca por novas rotas para o comércio internacional que desembocou no descobrimento do

continente americano, bem como do Brasil. Nas novas terras, os portugueses esperavam dar continuidade ao padrão de colonização que já haviam estabelecido com outros povos, onde o objetivo era estabelecer relação comercial com os nativos e articular a exploração mercantil, e não povoar as colônias. Como o Brasil apresentou configuração diferenciada se comparado às outras colônias, pois havia uma população indígena esparsa e os bens a serem oferecidos não eram de grande valor comercial como as especiarias orientais, entendeu-se necessário organizar a produção local, e então surgiu a necessidade da povoação das terras brasileiras.

A exploração do Brasil pela Coroa Portuguesa teve início em meados do século XVI pelo extrativismo do pau-brasil, madeira que oferecia matéria corante empregada na tinturaria. Esta foi a primeira atividade econômica e predatória no Brasil, com o primeiro registro de desmatamento, uma vez que houve destruição impiedosa da floresta litorânea. A madeira era exportada para a Europa, a mão de obra utilizada era indígena e o pagamento que a Coroa Portuguesa oferecia aos indígenas, que ainda viviam de maneira primitiva, era através de utensílios de valor ínfimo, como miçangas, tecidos e pequenos objetos por exemplo.

Após a decadência do pau-brasil, pensou-se em outra atividade produtiva que gerasse renda através de seu comércio no mercado europeu, bem como que assegurasse a detenção do território brasileiro. O investimento então se deu no setor açucareiro que na época era escasso e com alto valor atribuído no mercado europeu. Neste cenário a agricultura brasileira é lançada ao mundo a partir da implantação do cultivo de cana-de-açúcar, com isso boa parte do território brasileiro se tornou grandes latifúndios açucareiros, com o cultivo concentrado nas regiões da Bahia e Pernambuco. A produção econômica também propiciou a ocupação territorial e as terras foram divididas em Capitanias, sendo que os responsáveis por cada uma delas foram fidalgos da Coroa com plenos poderes sobre as terras. O que reforçou ainda mais a ideia de grandes latifúndios naquela época foi a falta de uma população camponesa semelhante a existente na Europa, pois não haviam pessoas suficientes para um sistema de produção baseado em pequenas propriedades, além do que o controle político também ficaria facilitado se as terras permanecessem nas mãos de poucos e escolhidos pela Coroa.

Com a monocultura, o latifúndio e o foco na grande produção para o alto lucro no mercado, a agricultura trás um problema grave na história do Brasil: o trabalho escravo. A população indígena que habitava o território brasileiro se diferenciava dos que ocupavam o México e os países andinos, pois além de serem “ralas populações de nível

cultural muito baixo, não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 12). Embora tivessem resistido ao desconforto de uma vida avessa a seus hábitos, foram escravizados até meados do século XVIII, e o prejuízo pela exploração e perseguição desta comunidade tradicional pode ser visualizado até os dias de hoje. Esse cenário de luta e de agressividade com os índios obrigaram os colonos a trazerem mão de obra africana, escrava, já que o modelo *plantation*, sistema agrícola baseado em monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios, caracteriza-se também por este tipo de trabalho. Além do mais, Portugal não possuía população suficiente para abastecer o Brasil, como também os colonos europeus não emigravam para tornarem-se trabalhadores assalariados do campo.

A economia açucareira consolidou-se no Brasil e tornou-se a base da economia colonial, mantendo essa situação até fins do século XVII. A história ainda nos mostra que a cana-de-açúcar não era a única cultura agrícola no Brasil, também existia espaço para o fumo - já que apresentava valor para a exportação. Além disso, a produção de alimentos também aparecia na agricultura brasileira, pois havia necessidade de alimentação do grande número de trabalhadores escravos e também dos colonos que residiam e administravam os latifúndios. A produção de alimentos tinha seu espaço reservado nas terras, em geral nas áreas marginais dos latifúndios, ou em pequenas propriedades. A pecuária também teve crescimento no ciclo da cana-de-açúcar, pois os animais serviam a agricultura através de sua capacidade de transporte, como também atendia a demanda de carne para alimentar a população local.

GRAZIANO NETO (1982) aponta ainda que a produção de alimentos teve seu espaço no Brasil por conta da demanda que os latifúndios trouxeram, pois além das pessoas que ali viviam dedicadas a produção, também houve o desenvolvimento de centros urbanos coloniais. O que chamou a atenção neste modelo de produção de alimentos salientado pelo autor foi o de pequenas propriedades que se assemelhavam aos camponeses europeus, onde o proprietário da terra era quem trabalhava com sua família, eventualmente auxiliado por escravos ou trabalhadores livres. Porém esta produção era secundária e de subsistência, já que era auxiliar para a monocultura, que era protagonista por deter o lucro através da exportação.

Com a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais no início do século XVIII, a atividade mineradora polarizou todas as atenções da colônia, o que provocou declínio das demais atividades econômicas. A migração da população das capitâncias que

antes se dedicavam a monocultura da cana-de-açúcar foi inevitável, os escravos foram realocados para as minas, gerando um contingente populacional significativo na região de Minas Gerais. O centro econômico da colônia antes na Bahia deslocou-se para o Rio de Janeiro em 1793, pois se tornou mais viável por conta da necessidade de exportação das minas pelo porto do Rio de Janeiro. Paralelamente a exploração das minas, a agricultura produtora de alimentos continuou tendo seu espaço, agora principalmente na região de Minas Gerais e São Paulo por conta da proximidade ao contingente populacional. A pecuária continuou a se desenvolver no nordeste, mais especificamente às margens do Rio São Francisco (via de transporte), pois além da carne ser utilizada para a alimentação, os animais também serviam para o trabalho nas minas. Os pampas na região Sul começa a aparecer neste momento e também se dedicava a pecuária e a produção de charque.

Cabe ressaltar aqui a particularidade da região sul da colônia brasileira, com uma ocupação diferenciada dos demais espaços do território: ali se estabeleceram portugueses de classes baixa ou média, que recebiam benefícios para ocuparem essa nova região, garantindo a dominação política da Coroa. A região não era tão propícia à produção agrícola de gêneros com alto valor comercial quanto às terras do nordeste, portanto nessa região a colonização foi “baseada na pequena propriedade, com pouca utilização de trabalho escravo, sem predomínio marcante de grupos sociais e com uma população etnicamente homogênea” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 22). Acrescenta-se que desde a colonização do sul do Brasil, a região apresenta características ímpares e que podem ser visualizadas até os dias de hoje, o que reforça a ideia de que compreender a história trará esclarecimento para o olhar da questão agrária atual.

No final do século XVIII a atividade de mineração se reduz e então a agricultura cresce novamente, principalmente no nordeste com a produção de algodão, material imprescindível para o novo momento econômico mundial: a Revolução Industrial. O açúcar também continuou sendo produzido, assim como a pecuária permaneceu com seu espaço. Surgiu ainda lugar considerável para produção de arroz.

O século XIX no Brasil foi marcado pelo renascimento da agricultura e pela prosperidade, sendo fatores que contribuíram para tal o encolhimento das atividades mineradoras, a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a vinda da família real, a emancipação política do país e o fortalecimento do capitalismo industrial na Europa.

O novo cenário da economia mundial e sua concorrência colocaram em decadência as lavouras tradicionais do Nordeste. A cana-de-açúcar sofreu concorrência da beterraba produzida pela Europa e pelos Estados Unidos; já o algodão concorreu com a produção norte-americana e oriental. A “cessação” do trabalho escravo em 1850 contribuiu com o abalo da economia no território brasileiro, já que a escassez de mão de obra abalou a capacidade de produção. Na busca por novas oportunidades na agricultura, o café foi introduzido no Brasil em 1727, tendo contribuído na virada do século com a economia do país.

O café foi um investimento dos Estados Unidos no Brasil, pois era grande consumidor deste gênero, mas tinha que se submeter ao controle de mercado dos britânicos. Os Estados Unidos buscou novos fornecedores e pela posição geográfica o Brasil foi o escolhido. O Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café e os Estados Unidos absorvia a metade de sua produção. Com esta nova cultura, as atenções que antes eram voltadas para o nordeste migraram para o sudeste e sul do país, por conta das particularidades que o café exigia, como a questão do clima por exemplo. O modelo de agricultura cafeeira iniciou-se de maneira clássica, com exploração em larga escala, latifúndios com a monocultura e trabalho braçal de negros. A partir de 1870, a intensa imigração europeia transformou o modelo de produção do café, pois além desta planta demandar cuidados mais delicados do que os gêneros produzidos anteriormente, a abolição da escravatura também contribuiu para que a mão de obra fosse modificada. Os colonos então foram os escolhidos para exercerem o cultivo do café, cuidavam de certo número de pés de café e ainda recebiam terras para cultivarem outros gêneros agrícolas, além de receberem um salário.

A economia cafeeira então apresentou superprodução, resultando na crise mundial vivenciada em 1929 na Bolsa de Valores de Nova York, que impactou diretamente a economia brasileira.

Apesar da crise mundial, o momento foi crucial para a industrialização e urbanização do Brasil, pois:

(...) cresceu a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais, resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias (PRADO JUNIOR, 2004, p. 292).

A partir de então, o modelo de exportação primária no Brasil desagrega-se, iniciando a fase da industrialização baseada na substituição de importações.

A agricultura brasileira passou a incorporar a cultura do capitalismo e gradativamente foi se modificando. Foi desencadeado um processo de ocupação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil na década de cinquenta, no Governo do ex Presidente Getúlio Vargas.

Em meados da década de sessenta, no regime militar, esse processo foi acelerado através de uma política de fortes incentivos financeiros para que as grandes empresas abraçassem esta causa e a atividade agropecuária fosse desenvolvida. Já no Governo de Castelo Branco criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), facilitando o acesso às terras através de baixos preços ou até mesmo através de doações. Sendo assim, houve uma rápida ocupação da região por grandes empresas e grupos econômicos, gerando alta concentração de terras, mas por outro lado houve o empobrecimento das populações rurais e indígenas, aumentou a violência no campo com conflitos fundiários e trabalho escravo, decorrente da exclusão dos benefícios estatais a estes grupos populacionais (BRASIL, 2012).

Com esta nova lógica capitalista e industrial, a agricultura brasileira passou a incorporar a cultura do capitalismo, com novos modelos de produção, abandonando os modelos arcaicos utilizados até então. A implantação do capitalismo no ambiente rural foi tido como necessário para potencializar a produção. Surgiu então a denominação de “agronegócio” para designar este novo modelo agrícola. Cabe ressaltar que este novo modelo de produção agrícola, quando implantado, era exclusivo para o cultivo voltado a exportação, sendo que para a produção interna e nas pequenas propriedades permanecia o modelo de produção tradicional, já que para este novo modelo o investimento financeiro era alto.

De acordo com PIGNATI et al. (2012), o termo agronegócio designa um processo agro-industrial-florestal, uma agropecuária vista como exitosa e que tem a serviço de si a alta tecnologia. Esta modernidade contribui para o ganho de riquezas, sendo vista no país como o progresso econômico. Contudo, sabe-se que o processo do agronegócio e de geração de riquezas tem um alto preço, onde cobra-se do meio ambiente, do trabalhador e da saúde da população em geral.

Anterior à modernização da agricultura, havia uma agricultura que dependia da natureza, já com a modernização na agricultura houve o fenômeno da intensificação do consumo de bens e insumos industriais, como tratores, fertilizantes e colheitadeiras.

Sobre a análise da modernização da agricultura e seus efeitos colaterais, SOTO (2002) trás elementos que permitem a compreensão de como esse processo ocorreu, salientando ainda o apoio financeiro do Estado para reforçar este fenômeno, que beneficiou os grandes produtores, a cultura de exportação e estimulou a produção industrial através do consumo de máquinas e insumos industrializados.

Após o golpe de sessenta e quatro instaurou-se além dessas ações, o desenvolvimento do capital financeiro na agricultura e a política dominante, onde a internacionalização e a industrialização da economia brasileira fizeram com que a agricultura ficasse subordinada ao processo de acumulação do capital, não somente mantendo sua antiga função fornecedora de matérias primas e de mão de obra para a indústria, mas também como um novo e amplo mercado para os produtos de origem industrial. Cabe salientar que esta modernização também trouxe a concentração de propriedades e renda, assim como a queda do nível de vida da população do campo.

O processo da inserção do capitalismo no ambiente rural trouxe consigo um processo chamado de modernização da agricultura, que seria:

A partir de meados da década de 60, dos anos do “milagre brasileiro”, que a agricultura brasileira efetivamente inicia um importante processo de modernização das suas técnicas de produção. A mecanização avança, o uso do trator intensifica-se. Os chamados insumos modernos, como os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários, etc., começam a ser utilizados de forma crescente (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Contudo, a moderna agricultura trouxe problemas ambientais e de injustiças sociais, pois trouxe mudança no paradigma do trabalho no ambiente rural, uma vez que os pequenos produtores foram expropriados e em seus lugares houve a concentração de propriedades nas mãos de poucos, tornando-se a agricultura um campo empresarial (GRAZIANO NETO, 1982). Os trabalhadores também se tornaram assalariados e até mesmo o vínculo do trabalhador com a terra tornou-se volante, na medida em que o sistema da lógica de acumulação do capital se solidificava.

Para PRADO JÚNIOR (2004), a estrutura agrária do Brasil, desde seu início, é a responsável principal pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira, pois não ocorreu nenhuma grande modificação nas características de grande concentração da propriedade fundiária e nos tradicionais métodos de agricultura itinerante e extração de recursos naturais em benefício de uma fugaz atividade econômica que não cria raízes.

Um fato essencial da economia agrícola brasileira, para o autor, se encontra na atividade pioneira de desbravamento à custa, sobretudo da ocupação de novas terras. Isso então aponta para precários fundamentos da economia brasileira atual, fundamentos estes que se constituem de uma reserva de solos virgens e férteis que tem se tornado desfalcados e esgotados. Por mais que a agricultura brasileira passe por “vistosa” para sua própria população e externamente, houve pouca evolução no modo de fazer agricultura no Brasil, mesmo com a modernização da agricultura.

3.2 A QUESTÃO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO

A questão da terra em Mato Grosso está diretamente ligada ao processo de ocupação e formação do território nacional, também dentro da lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

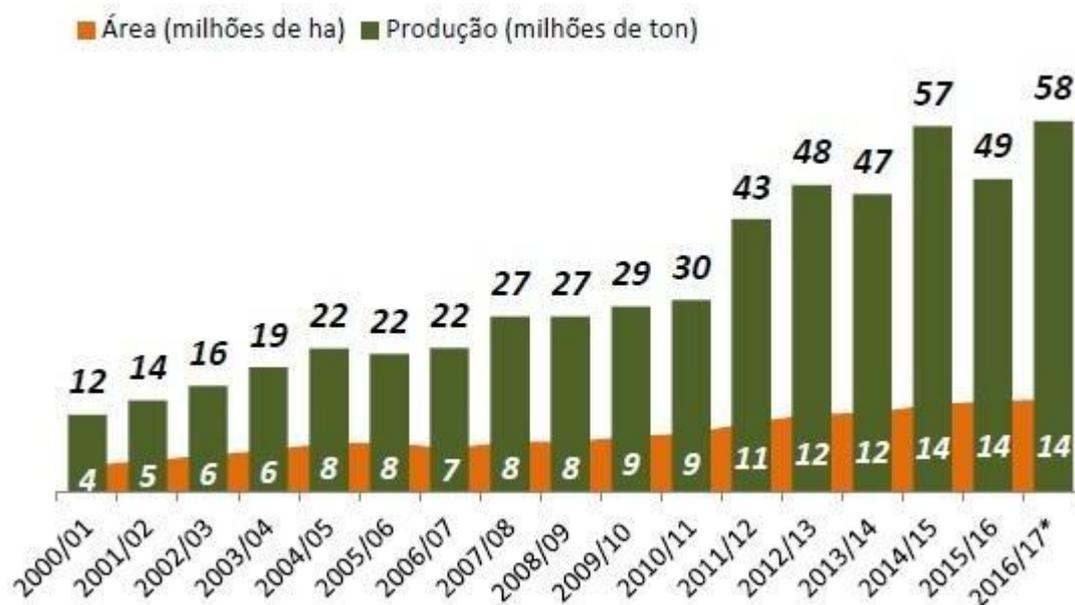
MORENO (2007) traz particularidades referentes ao estado a partir de uma ótica onde as classes dominantes comandaram este processo dentro do poder político e econômico. Para a autora, esta situação impôs no campo mato-grossense diferentes formas de organização social da produção e formas variadas de relações de trabalho. As formas sociais de uso da terra no estado têm combinado pequenas unidades camponesas, comunidades indígenas, empresas agropecuárias e agroindustriais, sendo que a força maior é da empresa rural, que faz uso capitalista da terra através da exploração da produção voltada para o mercado, limitando cada vez a produção de consumo.

Entre os anos setenta a oitenta e nove, foram implantados oitenta e oito projetos de colonização, tendo sido ocupados no estado 3,25 milhões de hectares por aproximadamente vinte mil famílias de colonos. A grande maioria vinha do sul do país e em geral adquiria lotes maiores de cem hectares. Cabe ressaltar que neste processo muitas comunidades indígenas foram dizimadas, dando origem a novos municípios. Em 1970 o estado tinha trinta e quatro municípios e em 1990 eram noventa e cinco.

A “Marcha para o Oeste”, de acordo com MORENO (2007), favoreceu que em 1970 muitas áreas do estado fossem federalizadas, passando sessenta por cento das terras do Mato Grosso para a união. Já quanto a reforma agrária no estado, a política de regularização fundiária o principal instrumento do INCRA, tendo sido expedidos títulos definitivos e licenças de ocupação.

Na atualidade, segundo o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA), Mato Grosso apresenta o primeiro lugar no ranking brasileiro de produção de grãos, tendo sua produção agrícola crescente a cada ano.

Figura 1: Evolução da produção agrícola do Mato Grosso



* projeção

Extraído de: IMEA – Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso, 2016.

Para que chegasse ao topo da produção agrícola no país, sem a necessidade de muitas análises críticas, enxerga-se que o estado incorporou uma busca desmedida pelo desenvolvimento econômico, encontrando no agronegócio a possibilidade para alcançar visibilidade no mercado internacional.

WITTMAN (2008) analisa que Mato Grosso sempre foi uma região dominada pela agricultura, historicamente através da criação de gado e atualmente por meio da produção grãos. Mato Grosso, portanto responde pela maior produção nacional de soja, milho, algodão, girassol e permanece campeão na produção de bovinos (IMEA, 2016).

Num contraponto a toda essa produção agrícola, altas tecnologias e desenvolvimento econômico, Mato Grosso se apresenta nos últimos anos como um dos estados brasileiros com mais trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo (BRASIL, 2016). O que nos faz refletir sobre a desigualdade perpetrada pelo agronegócio no estado.

3.3 POSSE DE TERRAS E A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Como já visto anteriormente, a questão de terra no Brasil é um problema histórico e contemporâneo ao mesmo tempo e a luta pela posse de terra sempre esteve presente. No Brasil Colônia, quem tivesse interesse num pedaço de terra poderia requerer a doação ao rei de Portugal, que a concederia através de seu representante no Brasil. Esse método de distribuição de terra foi chamado de Sesmarias. COSTA (1991) relembra que na época da Sesmarias, desde que o requisitante apresentasse posses e condições de explorar a terra para a agricultura ou pecuária principalmente, a terra lhe era concedida.

Com o fim da Sesmarias em 1822, foram instituídas as categorias público e particular para garantir o direito à terra para quem já havia oferecido a concessão, sendo definido portanto público o que era de domínio do Estado e particular dos proprietários de terra. Nesse contexto, os camponeses ainda tinham acesso às terras devolutas até o período de 1850. Então, surge a Lei de Terras, que visou impedir a propagação da pequena propriedade, instituindo no Brasil a propriedade privada para regularizar o processo de compra e vendas de terras no Brasil (GANCHO, 1991).

Portanto, é possível verificar no Brasil, que desde o período colonial já haviam problemas relacionados à posse de terras e que inclusive nem sempre quem vivia na terra a possuía, mesmo produzindo nela. Todos os procedimentos citados para se ter direito ao uso da terra até a Lei de Terras (e até os dias de hoje), instituía que quem não tivesse a regularização documental da terra, poderia perder o direito a seu uso, independente do tempo que estivesse na terra, se desde o nascimento ou a pouco tempo.

Frente ao contexto de que só poderia utilizar da terra aquele que tivesse documentos comprovando sua posse é que foi desenvolvida a lei do Usucapião, que para GANCHO (1991), é a forma de se adquirir a propriedade de algo (móvel ou imóvel) desde que a possua de forma ininterrupta, durante certo tempo e de maneira pacífica.

Já no primeiro Código do Processo Civil Brasileiro, que data de 1916, foi instituído que o usucapião seria aplicado quando houvesse permanência na terra por mais de 20 anos. Ainda nos dias atuais, mesmo com atualização das legislações, ainda há a previsão do usucapião na linha do direito material.

Em 1964, com a ditadura militar, institui-se o Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504 de 30/11/1964, onde a reforma agrária foi definida e a estrutura agrária era defendida como um processo de transformação a partir da desapropriação de latifúndios improdutivos ou aquisição de terras produtivas pela união para distribuí-las para famílias trabalhadoras que não dispusessem de terra, porém no fundo sabe-se que tal estatuto tinha por trás o interesse pela expansão do capitalismo no campo.

Para se implantar a reforma agrária no Brasil, conforme previa o Estatuto da Terra, o INCRA foi criado através do Decreto nº 1.110, de 9 julho de 1970, e tinha como missão executar o processo de reforma agrária e de regularização fundiária. Na época, o INCRA era subordinado ao Ministério da Agricultura, que primava pelos latifúndios e defendia os interesses patronais, portanto já fica claro a dificuldade do INCRA cumprir sua missão, pois até o ano de 1979, menos de cinquenta mil famílias foram contempladas com o projeto de colonização.

Como pressão social em favor da reforma agrária, em 1985 surge o MST, contudo sua luta continua até os dias atuais. Sem dúvidas que houve muitas conquistas para esta categoria de trabalhadores, mas ainda há muito para se conquistar.

Por ter um teor importante no país, a questão da posse da terra foi inclusive prevista na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III - da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, estabelecendo novas diretrizes para a posse da terra e passa a prever então a possibilidade do uso da terra para quem nela vive e produz:

“Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988)

Com o fim do governo militar, o INCRA, através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previa assentar um milhão e quatrocentas mil famílias entre os anos de 1985 a 1989, mas apenas oitenta e nove mil novecentos e cinquenta famílias foram realmente assentadas no período (INCRA, 2000). Ressalta-se que em 1987 o INCRA foi extinto, mas a Constituição de 1988 e seu capítulo terceiro, que preconiza a política agrícola e fundiária e a reforma agrária, deu força para que o INCRA fosse novamente restabelecido.

Nos primeiros anos do governo democrático, embora houvessem promessas da reforma agrária, pouca coisa realmente aconteceu. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a proposta era de ir além da colonização e distribuição de terras, mas também dar apoio político/institucional para os assentamentos da reforma agrária.

No primeiro mandato de FHC, aproximadamente duzentas e oitenta e oito mil famílias foram assentadas, ou seja, um número elevado se comparado aos governos anteriores. Nesse período foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era apoiar assentados da reforma agrária e demais agricultores familiares. Segundo o INCRA (2000), essas ações tiveram o objetivo de prestar assistência ao pequeno produtor rural através de crédito para terem possibilidade de se desenvolverem economicamente e socialmente. No segundo governo de FHC, o assentamento de famílias continuou elevado, tendo sido atendidas duzentas e cinquenta e três mil famílias (INCRA, 2016a). Sobre o avanço deste tema no governo referido, a pressão social e frequentes conflitos envolvendo violência podem ter sido um dos fatores que impulsionaram melhores resultados nos números.

LAMERA (2008) observa que o avanço ocorrido no governo de FHC se deu principalmente porque houve progresso teórico sobre a reforma agrária, principalmente no Banco Mundial, que passou a compreender que a redistribuição de renda não seria empecilho para o crescimento econômico e a modernização da agricultura.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), também houve preocupação com a reforma agrária. Os números apontam que em seu primeiro mandato mais de trezentas e oitenta e uma mil famílias foram atendidas; já no segundo mandato, o número caiu para quase duzentas e trinta e três mil famílias, mas ainda assim pode ser considerado um número elevado frente a linha histórica da reforma agrária no Brasil (INCRA, 2016a).

No governo de Dilma Rousseff, houve uma queda no número de famílias assentadas, com cento e sete mil trezentos e cinquenta e quatro no primeiro mandato. Já no segundo mandato da referida presidente, que foi forçadamente interrompido, o registro no INCRA (2016a) contabiliza apenas o ano de 2015, com vinte e seis mil trezentas e trinta e cinco famílias assentadas. Se compararmos os dados obtidos neste governo, veremos que ainda assim foi eficaz, pois no histórico de famílias assentadas a partir da instituição do INCRA, até o ano de 1994, apenas 58.317 famílias foram assentadas.

No gráfico abaixo é possível verificar o número de famílias atendidas numa linha histórica.

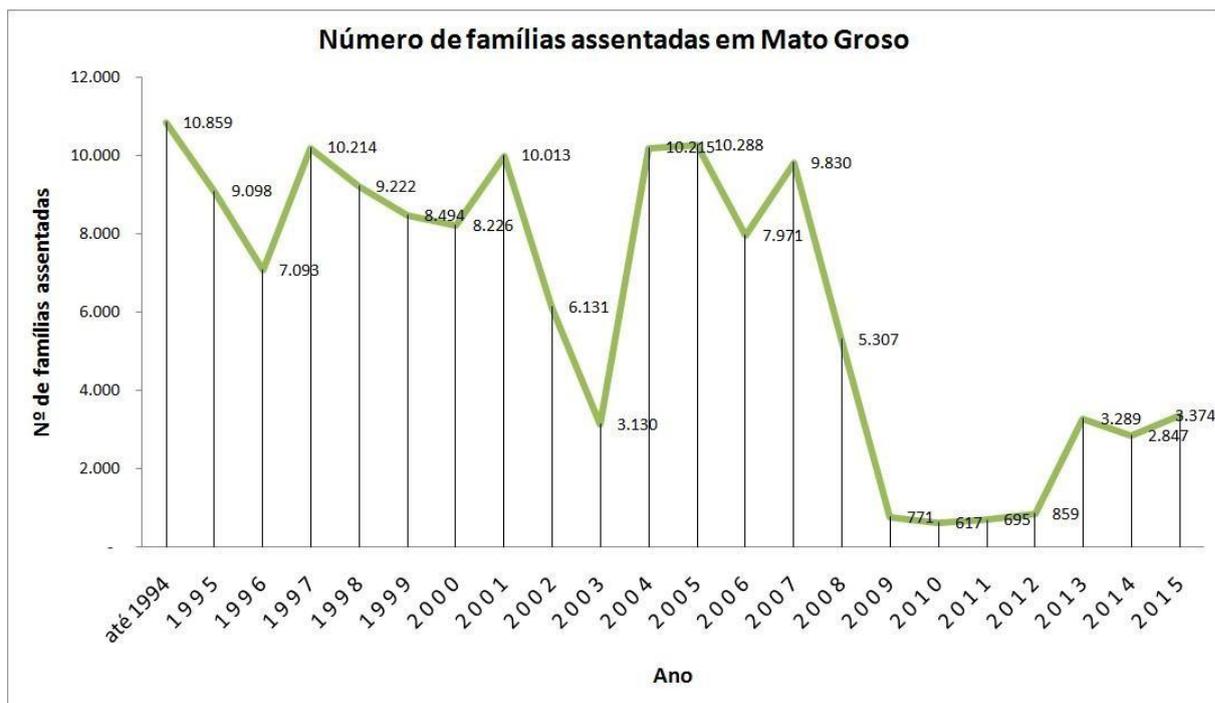
Figura 2: Evolução histórica de famílias assentadas no Brasil



Fonte: construído pela autora, a partir dos dados fornecidos pelo INCRA (2016a)

Já em Mato Grosso, o número de famílias atendidas pelo INCRA através do programa de reforma agrária, conforme série histórica, foi de:

Figura 3: Evolução histórica de famílias assentadas no Mato Grosso



Fonte: construído pela autora, a partir dos dados fornecidos pelo INCRA (2016a)

A concentração de terra também é um fator relevante para pensarmos na desigualdade da distribuição de terras no Brasil e embora os gráficos acima mostrem que no Brasil foram atendidas 1.345.798 famílias e em Mato Grosso apenas 138.543, o que corresponde a pouco mais de 10% dessa demanda. Não se pode negar a extensão territorial do país e do estado aqui discutido, portanto para compreender o panorama da luta pela terra é preciso entender como é distribuída a propriedade de terras no Brasil, pois de antemão, pelo histórico de latifúndios no Brasil, já se prevê que existem grandes extensões territoriais em posse de poucos.

No Brasil são 5.498.505 imóveis rurais cadastrados no INCRA e que ocupam área total de 605.387.746,06 hectares; desse total apenas 3.871.671 imóveis são propriedade regularizadas e ocupam 464.274.331,26 hectares, ainda de propriedades regularizadas, 108 delas ocupam 7.597.136,10 hectares, enquanto 44.236 ocupam 22.707,69 hectares, ou seja, é observado que existem poucas propriedades com grandes extensões territoriais (INCRA, 2016b).

Já em Mato Grosso são 155.040 imóveis rurais cadastrados no INCRA e que ocupam área total de 86.376.088,21 hectares. 43.3386 imóveis, ou seja, 27% ocupam pouco mais de 1% dessa área, o que corresponde a 1.010.896,20 de hectares e apenas 23 imóveis (0,015%) ocupam 2.104.267,3 hectares (INCRA, 2016b). É claro aqui que a distribuição por imóvel é desregulada.

A ideia então de alta concentração de terra nas mãos de poucos aponta que ainda hoje no Brasil se usa terra para fins especulativos, e quando se há distribuição de terra, ainda assim não há subsídio suficiente para garantir igualdade social, pois agricultores assentados não possuem capital para a produção e não tem suficiente apoio do governo, o que se agrava mais quando se pensa que os subsídios só são alcançados quando há regularização documental da terra. Para PRADO JUNIOR (2007), a desigualdade social no campo, como vimos a partir da distribuição desigual de terras e também de recursos, é herdeira da questão agrária histórica no Brasil. Ainda assim, não se pode deixar de defender que a distribuição de terras no Brasil não deve ser feita de maneira desenfreada, pois é preciso ofertar condições dignas para que a população do campo viva da terra, tendo acesso a infraestrutura, orientações técnicas e acesso a políticas públicas.

LAMERA (2008) aponta que enquanto o grande latifúndio dominar a economia agrária, não haverá igualdade no campo, pois no sistema capitalista a tendência é que se aumente a concentração de terras. A autora ainda relata que no cenário matogrossense há uma pequena agricultura familiar, grande parte dela originária de assentamentos.

Para ser beneficiário de terra através do INCRA, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é necessário ter mais de 18 anos, não possuir terra, ser posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário. Os critérios de prioritários que são avaliados para receber terra são: o tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar. Para ser um possível beneficiário do PNRA, existem algumas regras: não pode ser funcionário público, e a regra se aplica também para os cônjuges ou parceiros; candidato com renda familiar proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais; agricultor que for dono, sócio ou cotista de empresa ou indústria - a proibição também se aplica a cônjuge ou companheiro; qualquer pessoa que já foi assentada anteriormente – regra vale para o cônjuge ou companheiro; proprietário de imóvel rural - o mesmo vale para o cônjuge; portador de doença física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola – afora os casos em que um laudo médico garante que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola; estrangeiro não naturalizado; aposentado por invalidez - não se aplica a cônjuge ou parceiro; condenado pela Justiça (por sentença final definitiva transitado em julgado) com pena pendente de cumprimento ou não prescrita.

Entre 1981 a 2002 existiam 332 projetos de assentamentos criados em MT, distribuídos em 98 municípios (SPAVOREK, 2002). Segundo o Anuário Estatístico de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2004), no ano de 2003 existiam 203 assentamentos no estado administrados pelo INCRA.

No Brasil são 290.242 mil assentamentos rurais do programa de reforma agrária, tanto com titulação quanto ainda aguardando regularização. Em Mato Grosso esse número é de 7.006.

No censo agropecuário de 2006, Mato Grosso contava com 78.763 propriedades rurais, ocupando 49.849.602 hectares de área. Existiam 55.070 estabelecimentos rurais no estado, o que corresponde a 69,9% do total da agricultura no estado. Deste total, 34% são estabelecimento rurais familiares (IBGE, 2006). O último Censo Agropecuário foi realizado em 2006, o que aponta para uma deficiência de produção de dados oficiais que mostraria a realidade do atual mundo rural no Brasil.

Segundo a pesquisa de LAMERA (2008), no levantamento realizado entre os anos de 1995/96, no estado, a maior concentração de agricultores familiares localizava-se na região extremo norte e no sudoeste do Mato Grosso, sendo municípios com mais de mil propriedades familiares, compreendendo 14 municípios de colonização antiga e recente e com problemas de infraestrutura, distancia dos mercados e quadro natural desfavorável. Já na região central do estado, onde está concentrada a agricultura desenvolvida, em municípios como Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Alto Taquari, é a região que apresentou menor concentração de agricultores familiares. Ainda, segundo a pesquisa, Sapezal foi o município que apresentou menor número de estabelecimentos familiares, com um único classificado nessa categoria, tendo 605 hectares de área. Em comparação, Colíder possuía 2.324 estabelecimentos rurais familiares, seguido por Juína e Carlinda.

Ainda, vale a pena classificar as condições do produtor rural segundo a classificação utilizada no censo agropecuário: proprietário, arrendatário, parceiro (meeiro, terceiro, quartista, etc.) e ocupante. Segundo o IBGE (2006), proprietários são todos aqueles que pelo fato de estarem na terra com documento comprobatório, os demais, que mesmo que estejam há tempos na terra e que não possuem sua documentação, são considerados como ocupantes. Já quanto aos assentados, existe a classificação daqueles que estão assentados sem titulação definitiva e aqueles assentados sem título algum ou perspectiva concreta de sua ocorrência, e por isso são

ocupantes. Portanto, conforme esta classificação, os trabalhadores rurais assentados que aqui são estudados se enquadram na classificação de ocupantes da terra.

Para BERGAMASCO e NORDES (1996), os assentamentos rurais se configuram em unidades produtivas agrícolas criadas por meio da ação do Estado com vistas à redistribuição de terras em benefício de trabalhadores rurais e seus familiares. Para os autores, os assentamentos também são dispositivos de diversos processos sociais na vida de trabalhadores rurais sem terra, pois o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída é um fato que sem dúvida os empodera. Contudo, salienta-se aqui que somente o acesso a terra não é garantia de autonomia para esses trabalhadores rurais, pois é preciso pensar nos meios ofertados para que realmente se tenha alternativa de subsistência e possa ser cumprida na íntegra a proposta da reforma agrária.

No estudo de LAMERA (2008), onde se dispôs a verificar a eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso, a autora elencou alguns fatores: a distância da zona urbana e as condições das estradas de acesso foram determinantes para a renda dos assentados, impedindo assim o escoamento da produção dos produtores, atrapalhando no acesso aos mercados. Ainda, o acesso ao crédito do PRONAF-A foi um fator determinante da eficiência, porém não sendo um fator indispensável para boas condições de renda das famílias produtoras. Também, a assistência técnica direcionada a desenvolver sistemas de produção diversificados, mais adequados e rentáveis para suas condições naturais e financeiras, seria importante no sentido de melhorar a renda, uma vez que foi observada que poucos os assentados que recebem orientação e entre os assentamentos com melhores níveis de renda, a horticultura e fruticultura são atividades mais comuns.

Ainda, a autora verificou que em Mato Grosso, não diferente do Brasil, existem graves problemas sociais nos assentamentos e muitos deles estão longe de alcançar a sustentabilidade almejada, dependente fortemente de trabalhos externos e de benefícios sociais para sobreviverem, além das graves condições de infraestrutura social e moradia levando a um alto índice de desistência e abandono do assentamento, amplamente criticados em argumentos contrários a esta política de redistribuição de terras.

3.4 TRABALHO RURAL E SAÚDE

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira ocorreu de tal forma que interferiu diretamente sobre o saber tradicional e o processo de trabalho rural, expropriando os pequenos produtores e transformando-os, na maioria dos casos, em assalariados. Também existe e existiu o processo de migração de trabalhadores, que foram obrigados a moverem-se no espaço geográfico, incentivados pela política de ocupação territorial, bem como pela ideia de desenvolvimento pessoal através do agronegócio e suas oportunidades, seja para obter um pedaço de terra ou para simplesmente sobreviver (PORTO e CASTRO, 2012).

Se por um lado a classe patronal é organizada e se existe riqueza e destaque da economia rural, por outro lado a situação da população do campo é facilmente verificada como negligenciada a partir de leis e portarias que instituem seus direitos. A consolidação da Legislação Trabalhista de 1943 já assegurava o trabalhador rural, como por exemplo, com o direito ao salário mínimo, contudo isto se mostra estabelecido teoricamente, uma vez que em 2 de março de 1963 a Lei Nº 4.214 institui o Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo aos assalariados do campo os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, fortalecendo a sindicalização e a organização dos trabalhadores rurais. Porém, para PRADO JUNIOR (2007) a referida lei não considerou a pluralidade das relações de trabalho e emprego da agropecuária brasileira, não contemplando boa parte dos trabalhadores rurais com proteção adequada e ainda trazendo prejuízo ao trabalhador.

Com o avanço do agronegócio, os pequenos agricultores não conseguem manter os custos de sua produção, não tendo acesso a subsídios do governo, sendo necessário muitas vezes arrendar suas terras ou até mesmo vendê-las para os grandes latifundiários, fazendo com que cada vez mais exista concentração de grandes extensões territoriais nas mãos de poucos e esses pequenos produtores precisam submeter-se a subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal (ANTUNES, 2006).

Ainda no campo existe a problemática do trabalho escravo contemporâneo, pois embora a agricultura no Brasil possua a fama pelo desenvolvimento econômico do país e tenha a alta tecnologia a seu favor, mostra a sua verdadeira face e ideologia através do alto índice de resgates de trabalhadores em situação análoga a escravidão. Brevemente, para caracterizar o conceito de trabalho escravo aqui citado, entende-se que o mesmo não se trata do domínio de uma pessoa sobre a outra, mas de condição análoga à de escravo conforme preconiza o Código Penal Brasileiro, não sendo uma condição

jurídica de posse, mas ocorrência momentânea de escravidão que fere a dignidade da pessoa humana. O trabalho escravo então pode ser reconhecido como aquele que é realizado sem condições adequadas para garantir direitos dos trabalhadores, com cerceamento de liberdade (FIGUEIRA, 2004). Entendeu-se importante destacar este conceito de trabalho escravo contemporâneo, uma vez de acordo com tal caracterização, vê-se que o trabalhador rural, por diversas questões como dificuldade para produzir em sua terra, falta de condições de subsistência, falta de qualificação, escassez de oferta de trabalho, faz com que muitas vezes precise se submeter a trabalhos precários que se configuram em escravidão contemporânea para conseguirem sobreviver.

O trabalho rural na realidade do agronegócio brasileiro (e principalmente matogrossense) possui como característica o uso exacerbado de agrotóxicos, caracterizando assim os trabalhadores rurais como um grupo de risco por estarem mais expostos que outros trabalhadores aos agroquímicos. LONDRES (2011) classifica como grupo de risco os trabalhadores que desempenham as seguintes funções no mundo rural: os aplicadores de agrotóxicos; preparadores de calda; responsáveis por depósitos, que tem contato direto com os produtos químicos; e os trabalhadores que tem contato indireto com os agrotóxicos ao realizarem serviços braçais diretos na lavoura, como capinar, roçar, colher, etc., sendo estes últimos um grupo de maior risco por geralmente serem trabalhadores informais e sem uso de proteção.

Embora exista uma política para preservar a saúde do trabalhador, obrigando o uso de equipamentos de proteção individual, segundo PIGNATI e MACHADO (2011) ainda assim existe a questão da eficiência e eficácia do uso de tais equipamentos. De tal modo, até que ponto os trabalhadores rurais e a população em geral estão livres de sofrerem impactos por conta das tecnologias empregadas no mundo rural?

Todo esse processo produtivo capitalista no ambiente rural já descrito acima tem gerado impacto na saúde, no ambiente e na vida da população, derivando arranjos empregatícios onde o trabalhador torna-se uma vítima social, num contexto degradante e desumanizado de trabalho, de moradia e de acesso a serviços.

Tendo em vista que 18,54% da população de nosso país é rural (IBGE, 2010), deve-se considerar o meio rural como relevante para o desenvolvimento de pesquisas, que servirão para pautar ações profissionais em diversas áreas, sendo a população rural também uma demanda para os profissionais de saúde. Diversos estudos têm apontado a necessidade de se dar maior atenção a população rural (MARTINS, 2010; PERES, 2009; SCOPINHO, 2010; VASQUEZ, 2009).

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010) existem 190 milhões de habitantes no Brasil, dentre eles 160 milhões pertencem a população urbana e 30 milhões a população rural. Já em Mato Grosso, a população urbana é de 2.482.801 e a rural de 552.321. Ainda para análise comparativa, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 1960, haviam 38.987.526 habitantes no Brasil na área rural, enquanto que em Mato Grosso esse número era de 208.694. Com esses dados vemos que a população rural no Brasil, de maneira geral decresceu já em Mato Grosso a população rural cresceu consideravelmente.

Embora o número de pessoas no campo seja significativo, a atenção à saúde das populações rurais é fragilizada, no entanto que o Ministério da Saúde reconheceu as desfavoráveis condições de saúde dessa e de outras populações e visando diminuir as iniquidades em saúde, instituiu no SUS, ainda que tardiamente, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), através da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. A PNSIPCF tem como objetivo promover a saúde desse público por meio de ações e iniciativas que reconheçam suas especificidades, tendo em vista o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (BRASIL, 2013).

Segundo a PNSIPCF, o Brasil apresenta iniquidades na distribuição da riqueza, com amplos setores de sua população vivendo em condições de pobreza que não lhes permitem o acesso às mínimas condições e aos bens essenciais à sua saúde. As condições de saúde dessa população, segundo os resultados de diversos estudos citados pelo PNSIPCF, evidenciam uma situação mais precária se comparada com a da população urbana: no campo brasileiro são encontrados os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo, caracterizando uma situação de enorme pobreza decorrente das restrições ao acesso a bens e serviços indispensáveis à vida.

Ainda no ambiente rural existe a problemática do uso de agrotóxico e de outras tecnologias, pois os fatores econômicos têm gerado reflexos nas questões ambientais, e este por sua vez, na saúde da população rural. Portanto:

O desafio principal reside na dificuldade de conciliar crescimento econômico, preservação da natureza e justiça ambiental, já que o sistema capitalista, em sua permanente necessidade de expansão, nutre-se da exploração dos bens naturais e do trabalho humano, e

distribui desigualmente as transformações induzidas pelos processos de produção e consumo entre as diferentes classes e segmentos sociais (CURVO et al., 2012, p. 59).

As desigualdades na distribuição dessas transformações ocorridas no ambiente rural faz com que as populações que ali vivem e que dali precisam tirar o sustento sejam a herdeira dos problemas derivados pelo impacto ambiental.

Quanto a situação de saúde das populações residentes de assentamento rurais, a maior parte dos estudos apontam para a produção de dados dos assentamentos da reforma agrária ou do MST, avaliando principalmente as políticas de atenção a saúde da população rural e seu acesso, mais do que as manifestações de saúde-doença neste grupo. Pode-se também perceber que ainda há pouca produção relacionada a saúde em assentamento rurais.

Em 1999, foi realizado um diagnóstico para identificar a situação de saúde em assentamentos e acampamentos de reforma agrária situados em 23 estados brasileiros (GODOY, MORÁS e AUCÉLIO, 2000). Foi levantado principalmente que a falta de acesso à rede de abastecimento de água e esgoto e aos serviços de coleta de lixo contribuía para a proliferação de doenças infecciosas e parasitárias. Também prevaleciam as doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos; dermatológicas; infecto-parasitárias; cardiovasculares e osteomusculares. Os coeficientes de mortalidade, geral e infantil, e os índices de morbidade eram superiores à média nacional e não existiam programas e ações de planejamento familiar, saúde da mulher e doenças sexualmente transmissíveis (GODOY, MORÁS e AUCÉLIO, 2000).

Em um estudo onde investigou as condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais de um assentamento rural, SCOPINHO (2010) verificou que os sentidos que os trabalhadores rurais atribuíam ao processo saúde-doença vão de encontro a dialética rural-urbano e suas diferenças de modo de vida. Os trabalhadores atribuíam geralmente à qualidade da alimentação, do trabalho e das relações sociais como fatores que influenciavam na saúde. Para a autora, embora o modo de vida rural em assentamento possa minimizar a pobreza que afeta esses trabalhadores, já que conseguem produzir e ter acesso a alimentos, isso não diminui a desigualdade social e nem fortalece a autonomia política dos sujeitos. Existe uma ilusão de autonomia porque há a valorização da livre iniciativa, o que delega aos sujeitos a responsabilidade do cuidado sobre si e isenta o Estado da solução dos problemas sociais. Ou seja, para a autora, é preciso discutir como se darão as políticas públicas de saúde concomitantemente a

reforma agrária, pois a distribuição de terra só não é suficiente para condições de vida digna.

Além disso, sabe-se das particularidades que as populações rurais e de assentamentos têm, por isso SOARES (2006) discute em seu artigo, a partir do pressuposto da universalidade do SUS, as especificidades culturais dos usuários das políticas públicas, propondo a implementação de um modelo mais apropriado a alteridade do público, com a inclusão de práticas terapêuticas alternativas ao modelo biomédico e que considerem o saber tradicional. O autor também chama a atenção do campo da Saúde Coletiva inserir em suas discussões as necessidades deste público.

O estudo de CIRILO NETO e DIMENSTEIN (2017) investigou a atenção psicossocial a saúde das populações assentadas e confirmou, assim como SOARES (2006), que o cuidado em saúde implementado em assentamentos rurais ainda corresponde à lógica biomédica, com pouca participação dos moradores, desconsiderando os saberes e práticas de cuidado tradicionais. No âmbito da atenção psicossocial em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte, os autores apontam que embora exista uma política nacional de saúde para atender a esta população (PNSIPCF), no campo da saúde mental ainda não existem diretrizes que alterem a lógica medicalocêntrica, apontando a necessidade de se criar alternativas para atuação com este público, pois os contextos rurais revelam uma diversidade de determinantes que se apresentam como desafios para a atenção à saúde como o modo de vida e trabalho no campo em detrimento da atenção à saúde mental. Os autores ainda mostram que a literatura sobre o cuidado em saúde mental em contextos rurais é insuficiente e que é necessário a produção de pesquisas que investiguem a saúde mental nos contextos rurais que respeitem seus modos de vida e sociabilidades, considerando a determinação social da saúde e o território.

No caso da população de assentados no município de Campos de Júlio a perspectiva do estudo irá na direção da visibilidade do sofrimento social enquanto processo relacionado a questões anteriores ao aparecimento de sinais e sintomas de doenças cujos determinantes se encontram no tecido social.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização do levantamento de dados que subsidiaram esta pesquisa, bem como para a interpretação dos mesmos elegeu-se a pesquisa qualitativa como orientação metodológica. Conforme MINAYO (2010), a abordagem qualitativa trabalha com a natureza dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, que são fenômenos essencialmente do homem, que fazem parte de sua realidade social e que o direciona a agir de determinada forma, bem como na reflexão sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade dividida com seus pares. Sobre a amostragem dentro da pesquisa qualitativa, MINAYO (1992) ao caracterizar afirma que:

(...) a amostragem qualitativa: a) privilegia os sujeitos sociais que têm os atributos que o investigador pretende conhecer; b) considera-os em número suficiente para permitir uma reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; c) entende que na homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; d) esforça-se para que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informantes contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa. (MINAYO, 1992, p. 102).

Como as pesquisas qualitativas consideram questões muito particulares da existência humana e da subjetividade, este modelo de pesquisa tem sido cada vez mais difundido no âmbito da saúde, revelando respostas não traduzíveis em números (BOSI, 2012). Sendo assim, esse modelo de pesquisa contempla exatamente a pretensão deste trabalho, justificando sua utilização, pois entende-se que os trabalhadores, como sujeitos a serem compreendidos, são dinâmicos e por isso a necessidade de um olhar que contemple sua diversificação.

4.2 O CENÁRIO DA PESQUISA

O local eleito para o desenvolvimento da pesquisa foi o assentamento rural Nova Esperança, na região denominada de “Linha Cabaçu”, no município de Campos de Júlio, em Mato Grosso.

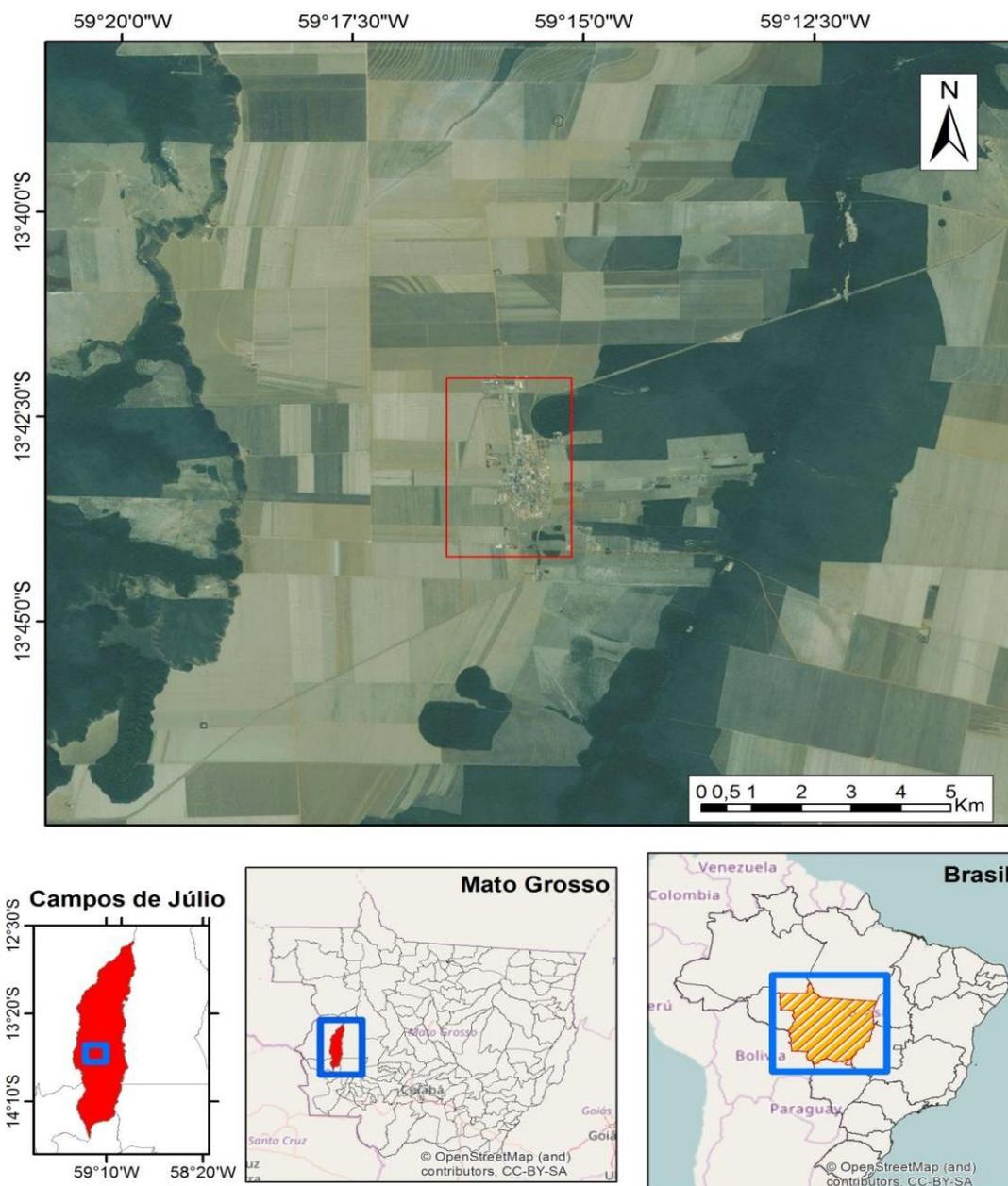
Para a compreensão do cenário da pesquisa é preciso antes compreender o contexto geral em que ele está inserido. Sendo assim, aqui será primeiramente caracterizado o município de Campos de Júlio e só então o assentamento Nova Esperança.

4.2.1 Campos de Júlio

Localizado a 710 quilômetros (km) da capital Cuiabá, este município é um dos mais novos do estado de Mato Grosso. Sua colonização ocorreu com famílias sulistas do país, que formaram um povoado cercado por milhares de hectares de plantações de soja, característica presente na cidade até a presente data. Atualmente as plantações se modificam de acordo com a safra existente, que varia principalmente entre soja, milho e algodão.

Campos de Júlio recebeu esse nome por possuir campos planos e ricos e também para homenagear o ex-governador do estado, Júlio José de Campos, que também foi o criador do distrito de Campos de Júlio em 13/05/1986 pela Lei Estadual nº 5.000. A Lei Estadual nº 6.561, de 28 de novembro de 1994, desmembrou Campos de Júlio de Comodoro, constituindo-o como município, com área territorial de 6.801,857 km² (FERREIRA, 2001).

Figura 4: Localização do município de Campos de Júlio em Mato Grosso.



Fonte: NEAST, 2017

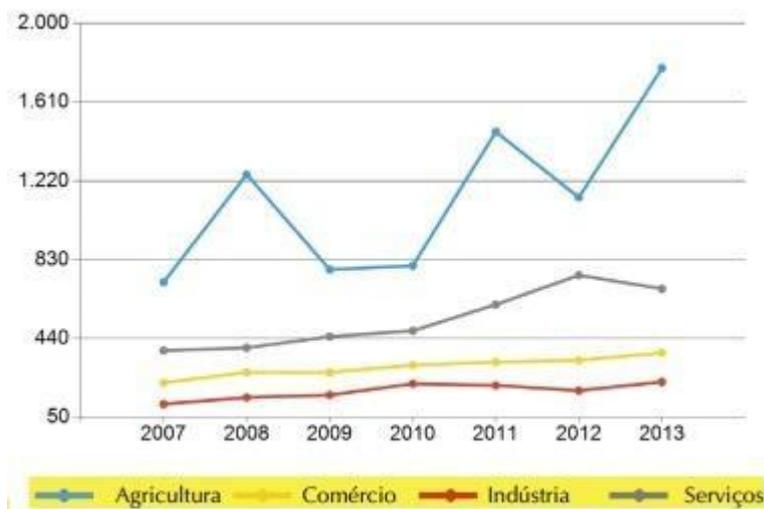
De acordo com o último censo demográfico, o município possui 5.154 habitantes (IBGE, 2010), já a população estimada para 2015 foi de 6.155 habitantes (IBGE, 2016).

Quanto à situação de domicílio da população e divisão por sexo, são 4.014 (77,88%) pessoas residem na área urbana e 1.140 na área rural (22,12%). Na área rural são 523 mulheres e 617 homens.

A base da economia do município é a agropecuária, com a produção de soja, milho, com destaque do algodão. Como reflexo da principal atividade econômica da cidade, a agropecuária é consequentemente o setor que mais emprega pessoas. No

gráfico abaixo é possível visualizar como se dá a distribuição da ocupação dos trabalhadores em Campos de Júlio, por setor:

Figura 5: Pessoas ocupadas por setor, município de Campos de Júlio, 2007 a 2013



Extraído de: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2014.

Outra informação relevante acerca do município e que reflete a principal atividade econômica ali desenvolvida é o consumo intenso de agrotóxicos. Segundo dados do INDEA (2015), em 2014 foram comercializados 101 princípios ativos de agrotóxicos em Campos de Júlio, sendo que a quantidade adquirida em litros de agrotóxicos correspondeu a 611.087,00. Se dividirmos a quantidade de litro de agrotóxicos adquiridos em Campos de Júlio em 2014, pelo número de habitantes (5.154), o consumo aproximado é de 118.565 litros por habitante. Esta estimativa média no Brasil, a partir do mesmo método de cálculo, é de 5,2 litros por habitantes (CARNEIRO et al., 2015).

Para visualizar a dimensão da agricultura no município, segue imagem para facilitar a compreensão:

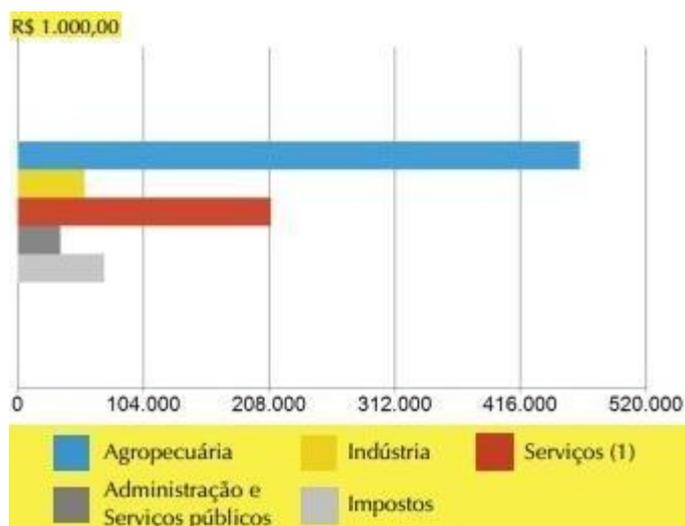
Figura 6: Campos de Júlio - imagem aérea



Extraído de: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, 20 ag. 2016.

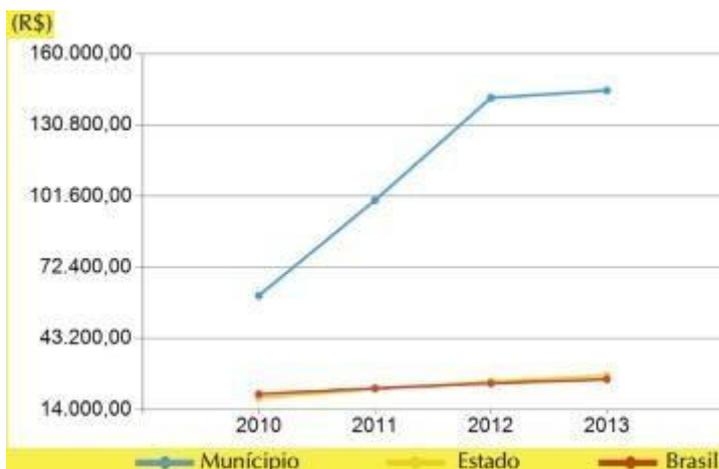
Toda esta movimentação econômica no município resulta no Produto Interno Bruno (PIB) onde a agropecuária está em primeiro lugar. Quanto ao PIB *per capita*, Campos de Júlio tem apresenta o mais alto número do estado de Mato Grosso (R\$ 122.457,74) e no *ranking* brasileiro está em 15º lugar, lembrando que o país possui 5.565 municípios (IBGE, 2013). Já quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Campos de Júlio teve em 2010 o valor de 0,744, que o situa na faixa IDHM alto (entre 0,700 e 0,799) (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Figura 7: Produto interno bruto de Campos de Júlio, por área econômica



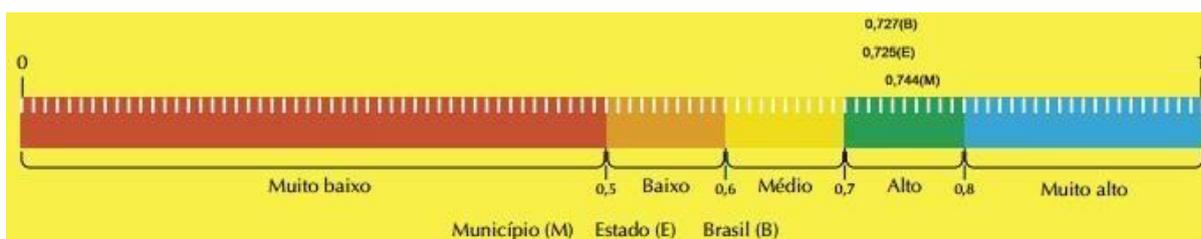
Extraído de: IBGE, O seu município em números, 2016

Figura 8: Produto interno bruto *per capita* 2010-2013 – comparativo



Extraído de: IBGE, O seu município em números, 2016.

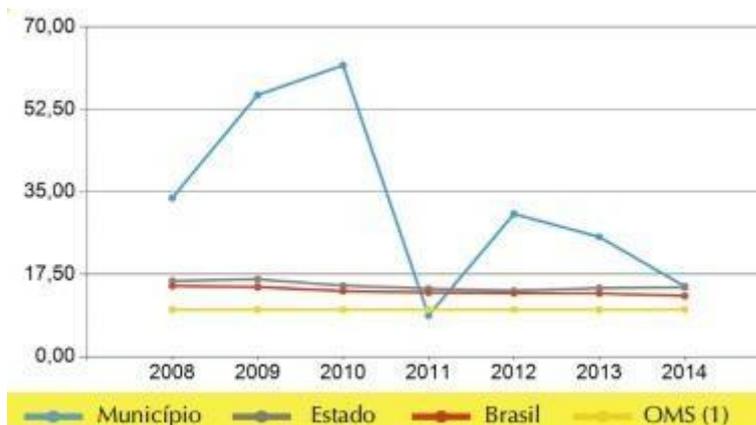
Figura 9: Índice de Desenvolvimento Humano – comparativo



Extraído de: IBGE, O seu município em números, 2016.

Embora Campos de Júlio apresente números econômicos excepcionais e alto Índice de Desenvolvimento Humano, sabe-se que um indicador que representa as condições socioeconômicas e sanitárias da região é a taxa de mortalidade infantil, que é calculada a partir do óbito de crianças em seu primeiro ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas. Não cabe aqui discutir os motivos da elevada taxa de mortalidade infantil, porém vale apresentar este dado para que se reflita sobre a má distribuição de renda no município.

Figura 10: Taxa de Mortalidade Infantil 2008 a 2014



Extraído de: IBGE, O seu município em números, 2016.

4.2.2 Assentamento Rural Nova Esperança

O Assentamento Nova Esperança está há 20 km de distância do centro da cidade de Campos de Júlio. As terras onde os lotes dos trabalhadores entrevistados estão localizadas tem o seguinte histórico de criação: O primeiro trabalhador rural a se instalar nas terras reside em Campos de Júlio há 16 anos, e já trabalhou em muitas fazendas na região, por isso recebeu proposta de uma geóloga para ajudá-la a mapear o município, mas não soube precisar o órgão que a profissional trabalhava. Sendo assim, todas as áreas rurais do município foram mapeadas e identificados seus proprietários, exceto as terras onde atualmente localiza-se o assentamento, deixando o trabalhador intrigado com a situação desta terra. Solicitou informações sobre os donos da terra ao seu ex-patrão proprietário de fazenda vizinha.

O ex-patrão, que atualmente é prefeito da cidade (2017-2020), lhe respondeu que não tinha certeza onde o dono da terra residia e que desde o ano de 1993 não aparecia na cidade. Então, o trabalhador que tinha uma criação de suínos e galinhas em terra cedida, comunicou aos fazendeiros vizinhos que iria criar seus animais nas terras cujo o dono não se fazia presente e estava improdutiva, e que quando o proprietário chegasse, pediria ou tentaria comprar um pedaço da terra.

Passado um ano da entrada do trabalhador nas terras, os dois fazendeiros vizinhos, receosos de que ele se apossasse de toda a extensão territorial (1.500 hectares) que até então estava improdutiva, tentaram pressioná-lo para sair da terra através de contingências que dificultavam sua permanência, como o trancamento de estradas, que

segundo informações, se deu com pedaços de pau que impossibilitavam o trânsito. O trabalhador não desocupou a terra e nem se calou diante da situação.

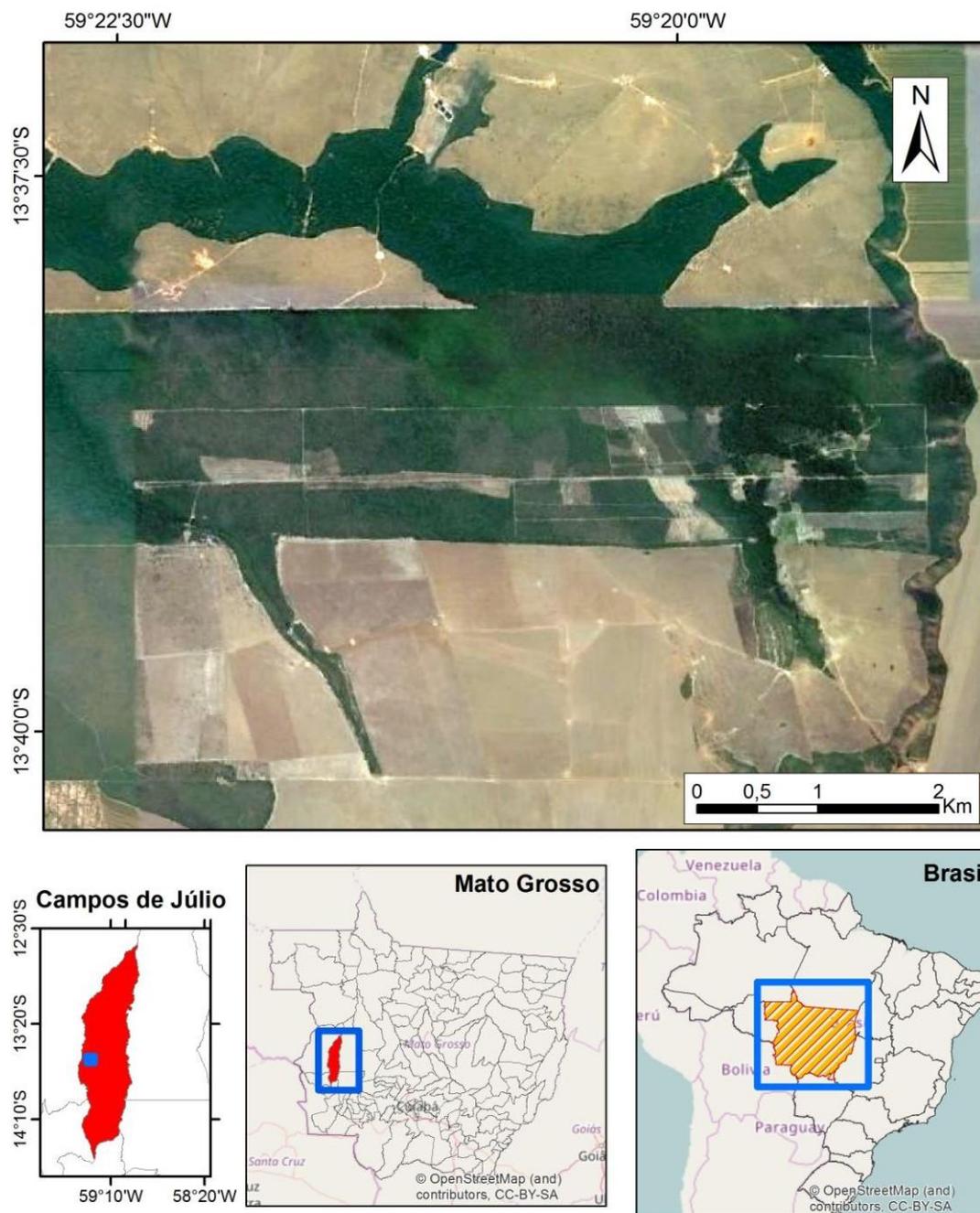
Ao perceber a pressão que vinha sofrendo para desocupar a área, bem como que sozinho não teria força para enfrentar, convidou outros trabalhadores, os quais possuía vínculo, para também ocupar a terra, já que a área era de grande extensão territorial e daria para todos. A partir disso distribuíram entre si os lotes e o assentamento iniciou. O processo de disputa pela terra entrou na instância judicial e os fazendeiros vizinhos conseguiram localizar o referido “dono” da propriedade, que nesse trâmite esteve em Campos de Júlio e tem negociado o local com os trabalhadores assentados.

A partir da instituição do assentamento, foi criada uma associação entre os trabalhadores assentados do local. A associação, também chamada de Nova Esperança, possui uma comissão diretora composta pelos próprios assentados. O presidente da associação conduz o grupo de famílias que ali vivem ou que ocupam um lote (porque nem todos que ocupam a terra realmente residem nela), e a função do presidente é viabilizar melhorias para todo o grupo na região do assentamento.

Quando da ocupação da terra, segundo as informações obtidas nas entrevistas, ficou determinado que cada família poderia ocupar um lote de até quinze hectares e que deveriam plantar para subsistência. Segundo o cadastro na associação, atualmente existem quarenta e sete famílias no local. Observa-se que a rotatividade de famílias no assentamento é grande, pois já houve comercialização dos lotes por alguns dos primeiros ocupantes, porém segundo a secretária da associação, é proibida a comercialização da área, o que é permitido é que as famílias passem a responsabilidade da área para outros, mas sabe-se que alguns negociam valores.

Caracterizando o local, na região do Assentamento Nova Esperança existem Área de Preservação Permanente (APP) e também é cercada por fazendas de grandes extensões territoriais, conforme é possível visualizar na imagem abaixo:

Figura 11: Localização do Assentamento Nova Esperança, em Campos de Júlio-MT



Fonte: NEAST, 2017

Figura 12: Percurso até o Assentamento Nova Esperança



Fonte: Fotos da autora (02/08/2016)

Figura 13: Assentamento Nova Esperança, em Campos de Júlio-MT



Fonte: Fotos da autora (02/08/2016)

É perceptível nas imagens acima que a questão estrutural do assentamento é improvisada, ainda que ele exista desde 2011. As casas ali construídas, conforme observação *in loco*, tratam-se em sua maioria, de casas de madeira, “chão batido”, fogão a lenha. Dos oito trabalhadores entrevistados, sete deles declaram que suas casas eram

de madeira (o que foi observado) e haviam sido construídas por eles mesmos, com ajuda dos demais moradores do assentamento; apenas um deles tem casa de alvenaria.

Ainda sobre a estrutura do local, a questão da água no assentamento foi resolvida a partir de iniciativas dos próprios trabalhadores. Eles fizeram uma barragem e viabilizaram encanamento para que a água pudesse abastecer as casas mais próximas à barragem, e também canalizaram água para as plantações, contudo nem todo o assentamento recebe dessa água, por conta de sua extensão territorial. Uma parte das terras do assentamento é cortada por um rio, que também ajuda no abastecimento das casas que estão longe da barragem, mas próximas do rio.

Com relação a estrutura de serviços públicos no local, não há escola, unidade de saúde ou qualquer outra entidade pública. A prefeitura disponibiliza ônibus escolar para que as crianças/adolescentes que residem no assentamento possam se deslocar até a escola que fica na área urbana de Campos de Júlio. No quesito políticas de saúde, a população do assentamento é assistida por um Agente Comunitário de Saúde (ACS) que realiza visitas periódicas para conhecer a demanda e dar os devidos encaminhamentos às necessidades dos moradores, portanto quando alguém que só reside no assentamento precisa ir até uma unidade de saúde, precisa se deslocar por conta própria até a cidade.

Salienta-se neste processo de caracterização do local que a pesquisadora não conseguiu conhecer toda a extensão territorial do assentamento rural Nova Esperança. Haviam estradas de difícil acesso, com muita areia, que apenas carro traçado consegue transitar, o que inviabilizou a exploração total do local.

4.3 AS TÉCNICAS E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista, considerada uma das formas mais antigas e mais difundidas técnicas de coleta de dados orais nas ciências sociais (QUEIROZ, 1988). Dentro da perspectiva qualitativa, a entrevista é uma técnica de pesquisa que proporciona um contexto de interação entre o entrevistado e o entrevistador, através de trocas verbais e não verbais, onde possa haver melhor compreensão do objetivo da pesquisa, como por exemplo, os significados, valores e opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais (FRASER e GONDIM, 2004). Portanto, levando em consideração a pesquisa aqui desenvolvida, que é uma pesquisa social em saúde, a entrevista seria a técnica indicada, pois segundo GIL

(2006), tem imensa utilização na pesquisa social porque possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade.

Em relação a estruturação da entrevista, elegeu-se a entrevista semidirigida ou semiestruturada, que privilegia mais as questões abertas, permitindo que o entrevistado ofereça informações que poderiam ser ignoradas nas entrevistas fechadas, bem como oferece ao entrevistador uma visão mais ampla do fenômeno investigado, considerando as questões culturais e históricas dos sujeitos, o sentido e a percepção do tema abordado. O que diferencia uma entrevista semi-estruturada da entrevista aberta ou não-estruturada, é o nível de diretividade que se pretende seguir, onde a segunda deixa o entrevistador livre para discorrer, fazendo apenas inferências pontuais; já na entrevista semi-estruturada, o que se faz é seguir um roteiro de tópicos ou perguntas gerais, que direciona o entrevistado a temática, porém dá liberdade para que discorra sobre o assunto (FRASER e GONDIM, 2004). O objetivo então de se utilizar a entrevista semidirigida foi pela necessidade do direcionamento de questões que auxiliassem a se atingir os objetivos da pesquisa, e que por outro lado fosse possível dar liberdade para que os sujeitos expressassem suas subjetividades frente ao tema proposto.

Neste trabalho, foram realizadas entrevistas por telefone para o levantamento de informações a respeito do assentamento, além das entrevistas individuais com os trabalhadores.

Nas entrevistas semiestruturadas individuais, o objetivo foi levantar dados de identificação e socioeconômicos: idade, naturalidade, raça/cor, escolaridade, estado civil, renda, tempo de residência no município, composição da família e condições de moradia e acesso a serviços públicos; dados referentes ao trabalho e a terra: vínculo com o rural, trabalho rural, motivação para viver em assentamento, organização social do assentamento; saúde mental relacionada ao trabalho. O roteiro de entrevista individual aplicado pode ser consultado em anexos.

Além das entrevistas individuais, foi realizada reunião com um grupo de dez pessoas que possuem lotes no assentamento e estão vinculadas a associação Nova Esperança. Esta reunião em grupo não fazia parte da metodologia da pesquisa e foi convocada pelo presidente da associação no dia em que a pesquisadora foi a campo para fazer as entrevistas individuais no assentamento. Segundo o presidente da associação, a reunião serviria para apresentar a pesquisadora e o objetivo da pesquisa aos trabalhadores.

As entrevistas individuais e o grupo foram gravadas em áudio, uma vez que entendeu-se que assim seria possível acompanhar os relatos com maior atenção, sem necessidade de interromper as falas para anotações, bem como a possibilidade de ouvir os depoimentos posteriormente auxiliaria no processo de compreensão dos conteúdos (MINAYO, 2010). Antes de ter se dado início as entrevistas, os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que encontra-se em anexo.

Após a aplicação da entrevista, houve a transcrição das mesmas e em seguida foi possível realizar a análise de conteúdo das entrevistas. Para a transcrição foi utilizado o programa Windows Media Player para reproduzir o áudio e o Microsoft Word para digitá-los. Para organizar as respostas das entrevistas e fazer a análise do conteúdo, utilizou-se o Microsoft Excel.

Foram realizadas duas viagens entre Cuiabá e Campos de Júlio, que teve subsídio para deslocamentos, hospedagens e diárias através do apoio do Projeto “Avaliação da contaminação ocupacional, ambiental e em alimentos por agrotóxicos na Bacia do Juruena - MT (Campos de Júlio, Sapezal e Campos Novos do Parecis)”; da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), já que a mestranda recebeu bolsa por 15 meses; e também do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, através de recursos destinados aos pós-graduandos.

Todo o processo aqui descrito, as viagens para conhecer o campo, aplicar as entrevistas, transcrição e análise dos dados foi desenvolvido pela mestranda, com o apoio dos orientadores.

4.4 A PRODUÇÃO DE DADOS

No primeiro momento da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico para a construção do projeto. Também houve a necessidade de realizar pesquisa exploratória no município, onde foi possível conhecer e observar a dinâmica da cidade e ter contato com a população local. A visita à cidade ocorreu entre os dias primeiro a três de dezembro de 2015, juntamente com o grupo de pesquisa do NEAST, que desenvolve diversas ações referente a pesquisa “Avaliação da contaminação ocupacional, ambiental e em alimentos por agrotóxicos na Bacia do Juruena - MT (Campos de Júlio, Sapezal e Campos Novos do Parecis)”. Nesta primeira visita foi possível participar das ações do projeto do NEAST, como seminários com profissionais de saúde do município, ouvindo

relatos acerca dos agravos à saúde da população em geral; visitas às escolas do perímetro urbano e rural e contato com a comunidade local: alunos, professores, agentes de saúde e demais moradores. A visita à cidade auxiliou a mestranda a ter dimensão do local da pesquisa e do processo produtivo da agricultura, sendo possível observar a imensidão de área plantada e sua linha tênue divisória entre o rural e o urbano nesta localidade. Verificou-se também a existência de alta mecanização e uso de tecnologias na produção agrícola, bem como foi possível observar a existência de aeroportos com aviões que realizam pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações e empresas que recebem embalagens vazias de agrotóxicos. Nesta primeira viagem não foi realizada visita ao assentamento, pois não havia informação sobre a sua existência no município.

Houve diversas reuniões com a orientadora e o co-orientador a fim de discutir o marco teórico, a metodologia de pesquisa, o público-alvo e local da pesquisa. A mestranda também participou de reuniões do grupo de pesquisa NEAST ao longo do mestrado, o que contribuiu para o conhecimento da dinâmica de Campos de Júlio e da região que está inserido, bem como ajudou a mapear as possibilidades de atuação no local.

Em abril de 2016, a mestranda entrou em contato com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, a fim de levantar informações sobre o tema de saúde mental, a demanda do serviço para a população residente na área rural e sobre as comunidades rurais existentes no município. Foi possível ter contato com uma assistente social do CAPS que deu um panorama geral da saúde mental no município, a partir de sua perspectiva, e informou que melhores informações sobre as comunidades rurais existentes poderiam ser colhidas com os ACSs da área rural.

Para a cobertura em saúde da área rural do município, existiam três ACSs em Campos de Júlio, divididos em três regiões: Altos do Juruena, Linha Cabaçú e região da Fazenda Mazuti. Foi possível entrar em contato com todos os três ACSs por telefone. O objetivo das ligações era compreender as áreas rurais do município para mapear comunidades rurais onde a pesquisa pudesse ser desenvolvida, pois já havia sido determinado que o público do trabalho era de trabalhadores rurais assentados. Com o ACS da Linha Cabaçú foi possível identificar o Assentamento Nova Esperança como uma possibilidade de local de estudo.

Na busca por mais informações sobre o referido assentamento, foi realizado contato telefônico com o Secretário Municipal de Agricultura que deu um panorama

geral da situação do assentamento e passou o contato do presidente da associação Nova Esperança.

O presidente da Associação Nova Esperança informou sobre o processo de criação do assentamento e com as informações obtidas foi possível identificar que o local possuía características que dariam relevância ao estudo, assim como estava localizado em um dos municípios onde o projeto da Bacia do Juruena estava sendo desenvolvido, portanto, assim se deu a escolha do local específico.

A segunda viagem da mestranda à Campos de Júlio ocorreu entre os dias primeiro a três de agosto de 2016, quando foi possível realizar a visita ao assentamento e as entrevistas. Antes da viagem, foi acordado com o presidente a realização da pesquisa no local, assim como os procedimentos e a data. No município, foi possível entrevistar também uma pessoa que desempenha a função de secretária da Associação Nova Esperança, responsável por auxiliar na organização de documentos e nas questões burocráticas que envolvem a associação.

Cabe salientar que a partir do compromisso ético com a população envolvida no estudo, após a defesa da dissertação, pretende-se retornar ao município para realizar um momento de devolutiva com o grupo de moradores do assentamento Nova Esperança. A população que ocupa terras neste assentamento rural serão convidados para este momento, onde a mestranda deverá apresentar os resultados da pesquisa e facilitar um processo de discussão para buscarem caminhos para os problemas que eventualmente apareçam nos resultados.

4.5 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Realizou-se o estudo com trabalhadores rurais de um assentamento fruto de ocupação de terras na área rural da cidade de Campos de Júlio. Os sujeitos da pesquisa foram todos homens. A única mulher encontrada no assentamento não se dispôs a ser entrevistada sem a presença do marido, que não encontrava-se em casa no momento da visita.

Os critérios de seleção do público para as entrevistas foram: possuir 18 anos completos e ocupar um lote no assentamento rural Nova Esperança. O critério de exclusão utilizado foi o de não desejar dar entrevista.

Partindo do pressuposto que a delimitação dos sujeitos a serem entrevistados na metodologia de base qualitativa raramente é determinada no momento da elaboração do projeto (DUARTE, 2012), neste estudo não foi determinado o número exato de trabalhadores a serem entrevistados antes de se chegar no campo. Utilizou-se a recomendação de é necessário realizar entrevistas até que o pesquisador entenda que tenha se esgotado o conteúdo a ser analisado, até atingir-se o “ponto de saturação” (DUARTE, 2012, p. 144), sendo possível encerrar o número de amostras para a entrevista. Para este trabalho então, foram realizadas oito entrevistas individuais com trabalhadores que ocupantes de lotes no assentamento Nova Esperança.

4.6 O TRATAMENTO DOS DADOS: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE

Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática, conforme sistematização de Laurence Bardin. MINAYO (2010), ao discutir métodos em pesquisa social, pontua que a Análise de Conteúdo é uma ferramenta para se analisar conteúdos de comunicação, e que esses conteúdos, após analisados, são indicadores de uma determinada condição, geralmente, a que investigamos. Através da análise temática, é possível identificar significados que estão ligados e colocá-los em uma classe equivalente, agrupando assim temas relativos e que dão sentido para a compreensão do objeto investigado.

Para a realização da análise do conteúdo, é necessário que se faça a pré-análise dos dados; na exploração do material e no tratamento dos resultados e interpretação. A primeira etapa seria a organização do material, sua leitura e levantamento de indicadores; na segunda etapa, codifica-se os dados de acordo com os registros; já na terceira etapa, faz-se a categorização a partir do agrupamento de características comuns (MINAYO, 2010).

Portanto, neste trabalho, conforme o referencial da análise dos dados, através da transcrição das entrevistas foi possível fazer a leitura do texto e levantar algumas hipóteses para responder os objetivos; em seguida foi realizada uma análise mais minuciosa e aprofundada do conteúdo, onde foi possível apreender os temas já eleitos na entrevista, como as questões relacionadas ao trabalho e a terra, bem como fatores sociais que poderiam refletir em sofrimento que comprometeria a saúde mental dos trabalhadores rurais eleitos. Por fim, a partir do agrupamento dos temas, foi possível

interpretar os conteúdos a partir do referencial teórico-metodológico adotado na pesquisa, bem como da revisão de outros trabalhos com temáticas que se aproximam desta proposta.

Cabe ressaltar que neste processo de análise de dados, embora tenha seguido um procedimento metodológico, não se pode deixar de considerar a ótica da presente pesquisadora, que não é neutra e que imprime suas vivências na interpretação destes conteúdos.

4.7 ASPECTOS ÉTICOS

Aspectos éticos para a realização deste estudo foram prioritários, de acordo com o previsto na resolução 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

O objeto de estudo desta pesquisa trata-se de seres humanos, portanto a pesquisa foi realizada a partir dos referenciais da bioética, considerando-se a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, visando ainda assegurar os direitos dos participantes da pesquisa. Salienta-se ainda que todas as pessoas que se submeterem a esta pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

O presente projeto de pesquisa está inserido no projeto "Prevenção e Vigilância de agravos à saúde mental de trabalhadores rurais: um estudo na região noroeste do estado de Mato Grosso", cuja orientadora da mestranda, Dra. Marta Gislene Pignatti, é membro juntamente com o co-orientador Dr. Luís Henrique da Costa Leão. O projeto conta com aprovação do Comitê de Ética com número CAAE 44807515.1.0000.5541, de aprovação em 08/07/2015. O projeto citado é um subprojeto na pesquisa "Avaliação da contaminação ocupacional, ambiental e em alimentos por agrotóxicos na Bacia do Juruena - MT (Campos de Júlio, Sapezal e Campos Novos do Parecis)", sendo esta última pertencente ao grupo de pesquisa do NEAST/ISC/UFMT. O projeto "Prevenção e Vigilância de agravos à saúde mental de trabalhadores rurais: um estudo na região noroeste do estado de Mato Grosso", foi construído a partir de um objetivo específico do projeto na Bacia do Juruena.

5. RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados correspondentes aos resultados aqui apresentados foram descritos a partir da divisão de categorias de análise. Antes da apresentação das categorias em si, serão caracterizados os sujeitos da pesquisa.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Foram oito os trabalhadores rurais entrevistados, sendo que cada um deles possui singularidade em sua história e também na maneira como chegaram às terras do Assentamento Nova Esperança. Aqui será relatado cada caso em particular, oferecendo assim subsídios para uma melhor compreensão:

- **Trabalhador 1 (T1):** foi o primeiro entrevistado e também o que primeiro ocupou as terras. Quanto a sua história com a terra, relatou que em sua família *“a vida toda foi da roça, da agricultura familiar”*. O trabalhador veio ao Mato Grosso com sua família, pois seu pai buscava trabalho. Possui baixo grau de escolaridade e só sabe escrever o nome. A falta de estudo e profissionalização o levou ao trabalho no campo e também a decisão pela ocupação desta terra. No assentamento, reside com seu único filho de 16 anos, que é estudante do ensino médio e que também lhe ajuda nas tarefas no sítio. A área de seu lote é de 110 hectares, sua casa é de madeira com 3 cômodos. Quanto a motivação para viver em um assentamento, sua falta de estudo e profissionalização o motivou a buscar a ocupação da terra, além de desejar viver da terra. Segundo relato, sempre foi trabalhador rural, trabalhando em fazendas para grandes proprietários. Sua renda atualmente é exclusiva do que planta e cria, como abacaxi, banana, algumas verduras, frango e porco;

- **Trabalhador 2 (T2):** foi o segundo entrevistado, estava como caseiro do sítio há dois meses, pois o ocupante que tem a posse da terra o contratou para cuidar do sítio. Informou que não pretendia continuar por muito tempo no sítio. Este trabalhador não tem terra no assentamento ou em outros lugares, e ainda relatou que não possui qualquer outro bem, inclusive estava com o processo de solicitação de benefício junto ao INSS e que sua situação foi encaminhada como morador de rua e não possui qualquer familiar em Mato Grosso. Relatou que cresceu em ambiente agrícola, que sua

família tinha pequena lavoura e seu histórico profissional é de trabalhar em fazendas como operador de máquina, mas também foi soldador e na juventude trabalhou em gráfica. Que veio ao estado por “*ganância*” (sic), pois vendeu o pouco que tinha no sul para tentar adquirir um pouco mais aqui, mas como não acertou deseja retornar ao seu estado de origem com pelo menos sua aposentadoria. Contudo ao longo da entrevista foi possível levantar questões de sua história familiar que o motivou a mudar-se de cidade, como a perda da mãe, conflitos com pai e irmãos. Com isso acabou perdendo contato com sua família, que ainda reside no sul do país. Teve câncer no estômago. Relatou que nesse sítio que está trabalhando não tem nada produzindo, nada plantado, mas o dono pretende plantar melancia;

- **Trabalhador 3 (T3):** o terceiro entrevistado também estava como caseiro do sítio há três meses, sendo que o ocupante da terra responsável é seu primo e lhe ofereceu trabalho porque estava desempregado. Sua função no sítio é de serviços gerais, pois além de cuidar da casa também cuida do plantio. Narrou que sua renda é de um salário mínimo e meio mais a comissão da banana que ajuda a produzir. No sítio existem duas casas, uma é do ocupante da terra e a outra foi concedida ao trabalhador 3, sendo ambas as casas de madeira, com dois cômodos e banheiro externo. O sítio é de 23 hectares e já existe água que é bombeada da barragem para o sítio, auxiliando no dia-a-dia do sítio. Relata ir à cidade uma vez ao mês, para visitar os filhos em Tangará da Serra. Possui outro primo que tem um sítio nas terras onde se localiza o assentamento Nova Esperança. Relata estar na área de trabalho rural há dez anos, trabalhando como serviços gerais em fazendas, mexendo com máquina, gado, aplicação e preparo de veneno, mas que quando residiu no estado de São Paulo também trabalhou como metalúrgico, em tecelagens e na indústria química da borracha, sempre de carteira assinada. Sobre os trabalhos na área rural, relata já ter trabalhado em fazendas localizadas nas cidades ao entorno de Tangará da Serra - MT, como em Deceulândia - MT e Campo Novo do Parecis - MT, por exemplo. Aceitou o trabalho no sítio porque além de precisar do emprego também gosta da área rural. O trabalhador 3 nunca se associou a movimentos de luta pela terra e embora já tenha sido convidado, disse que lhe faltou coragem. Quanto a sua família, todos os filhos são adultos, casados e residem em diferentes cidades, não tem esposa, por isso tem disponibilidade para trabalhar em outras cidades. No sítio que trabalha é produzido banana, abacaxi, eucalipto, mandioca, horta, chiqueiro, porco, mas que não vendem, é apenas para consumo próprio ou doação

para amigos do ocupante do sítio. Acidente de trabalho sofreu apenas na metalúrgica, em São Paulo, tendo afetado sua coluna;

- **Trabalhador 4 (T4):** entrevistado não reside em Campos de Júlio, mas em Sapezal. Ele adquiriu um sítio de 10 hectares no assentamento Nova Esperança, mas seu pai que mora na terra. O trabalhador 4 possui uma empresa de mármore em Campos de Júlio e precisa trabalhar para conseguir dar subsistência ao sítio. A casa do sítio é de madeira e tem 2 cômodos com banheiro externo. O motivo de ter adquirido a terra no assentamento se deu porque sempre sonhou em viver na área rural. Já foi trabalhador rural, em fazendas como operador de máquinas. A renda familiar mensal é de R\$ 1 a 2 mil reais. Comprou a terra há dois anos, de seu primo que também possui um sítio no assentamento, pois ele ocupou a terra no início o processo e desmembrou a sua terra, vendendo por R\$ 20 mil os 10 hectares correspondentes ao seu lote. Para conseguir o dinheiro necessário para a compra, conseguiu empréstimo no banco. O trabalhador 4 é natural de Tangará da Serra e viveu lá até os 30 anos e há 5 anos reside em Sapezal. Seu desejo de comprar o sítio se deu pelo fato de sempre ter planejado que aos 45 anos teria uma terra, sendo que 1 hectare já seria o suficiente. Já trabalhou em ambiente rural como operador de máquinas por 8 anos, embora tenha apenas 6 anos registrados na carteira de trabalho. Informou que o pai também sempre trabalhou em ambiente rural, catando raiz e que desbravou terras no Mato Grosso. Diz que deseja residir no sítio e que por ele ficava sozinho porque gosta muito. Atualmente não tira renda do sítio, embora tenha projeto para quando regularizar a situação da água. Estudou até os 15 anos e começou a trabalhar. Não atua em movimentos sociais de luta pela terra, embora já tenha se inscrito, pois sua mãe era do MST e há nove anos conseguiu uma terra em assentamento, na cidade de Nova Olímpia. Relatou receber orientação do secretário de agricultura, que também possui um lote no assentamento. Planta no sítio horta, abacaxi, laranja, pocã, cajá, pinha, jaca, mamão, além de criar porco e galinha, tudo para consumo próprio. Possui veículo próprio;

- **Trabalhador 5 (T5):** foi o quinto entrevistado, é casado e possui dois filhos menores de idade. Além do sítio, tem moradia própria na cidade. Sua esposa é professora na creche municipal, por isso residem na cidade, mas geralmente toda a família fica no sítio aos finais de semana. O trabalhador veio de Barueri - SP para Campos de Júlio com seus irmãos e mãe há 15 anos, e desde então permanecem no município. A renda familiar é de dois mil e quinhentos reais. Relata conseguir tirar parte da renda do sítio, mas o que vende retorna para continuar investindo no sítio. Cria porco

e galinha, também planta abacaxi, mandioca, cana e banana, e diz conseguir vender com facilidade. Para complementar a renda, atualmente tem trabalhado de pedreiro. Sobre sua inserção no assentamento, foi convidado a ocupar a terra e está há 5 anos no local, tendo construído uma casa de madeira de 3 cômodos, mais o banheiro que é externo. A área total do lote que ocupa é de 10 hectares. Seu histórico profissional em Mato Grosso foi de trabalhar em grandes fazendas como operador de máquinas; já em São Paulo trabalhava na chácara que a família possuía, produzindo e vendendo verduras, hortaliças, criando e abatendo porcos, além de terem uma vaca que produzia leite. O presente trabalhador, durante a entrevista, relatou seu desejo em residir com sua família na terra que atualmente ocupa e diz que sua esposa só aguarda a ligação da energia elétrica para se mudar. Quanto a participar de movimentos de luta pela terra, o trabalhador informou nunca ter participado. Para se locomover entre sua casa na cidade até o assentamento, o trabalhador utiliza de veículo próprio;

- **Trabalhador 6 (T6):** é o presidente da associação Nova Esperança, que compreende todas as famílias que encontram-se assentadas na área. Casado e com dois filhos menores de idade, está há 16 anos em Campos de Júlio e participou do início da ocupação da terra há 6 anos. A esposa é professora de escola municipal e tem vínculo efetivo na prefeitura; já o trabalhador atualmente é operador de máquinas, contratado na secretaria de obras do município. A renda familiar declarada foi de três mil reais. A área que corresponde ao seu lote é de 20 hectares, com uma casa de madeira construída e com 3 cômodos. Possui carro para deslocar-se da cidade ao sítio. Sobre sua história com a terra, relatou ter nascido na roça, pois seus pais eram trabalhadores rurais e ele trabalhou em fazendas de café e gado. Relata que profissionalmente sabe fazer de tudo, que já trabalhou construindo casas e mexendo com plantação. Em Campos de Júlio, foi necessário aprender a lidar com lavoura para conseguir trabalhar. Atualmente o trabalhador reside na cidade com a família em casa própria, contudo ressaltou não gostar de viver na cidade. Quanto a movimentos de luta pela terra, nunca se associou;

- **Trabalhador 7 (T7):** o sétimo entrevistado, é natural de Minas Gerais, local onde sua família reside, veio ao Mato Grosso com sua ex-esposa e hoje está sozinho no estado. Estudou até a quarta série e considera-se trabalhador rural, tendo iniciado o trabalho aos 12 anos de idade. Trabalhou em fazendas, lidando principalmente com gados e tirando leite. Há 7 anos trabalha na secretaria municipal de obras em Campos de Júlio, com vínculo de contratado. Seu lote no assentamento corresponde há 11 hectares, tem uma casa construída de alvenaria, com 4 cômodos. Não

possui casa própria na cidade e nem carro para ir até o sítio, geralmente consegue carona com os outros assentados, mas quando não consegue, utiliza de táxi para se deslocar. Relatou que reside na cidade em casa alugada e trabalha de segunda a sexta-feira, e após a jornada de trabalho, vai para o assentamento na sexta-feira e retorna na segunda-feira pela manhã para poder trabalhar. A produção em seu sítio contempla mandioca, banana e laranja, que são para consumo próprio. Nunca participou de movimentos de luta pela terra;

- **Trabalhador 8 (T8):** o último entrevistado, no momento da entrevista estava acompanhado de sua esposa, portanto ambos contribuíram com as respostas. O trabalhador é funcionário público do município e trabalha na secretaria de obras, já a esposa é dona de casa. A renda familiar é de dois mil e seiscentos reais. Ele é natural do Rio Grande do Sul, nasceu e cresceu na roça, onde produzia para consumo e também para venda; lá, o processo de produção era artesanal, como por exemplo, plantava o milho e produzia o fubá. Após a saída de seu estado de origem, continuou trabalhando em meio rural no Mato Grosso, foi operador de máquinas em lavouras e também trabalhou na construção civil. O trabalhador estava no assentamento Nova Esperança há quatro meses da data da entrevista, seu lote foi comprado de um primeiro trabalhador que ocupou a terra e tem extensão de dois hectares. Possui veículo próprio para se deslocar de sua casa própria na cidade até o sítio, no assentamento, já que vive na cidade atualmente por conta de seu trabalho. O trabalhador, juntamente com sua esposa, narraram o desejo em viverem permanentemente no assentamento quando o trabalhador se aposentar. No sítio, construiu um quarto e banheiro. Quando vão as terras no assentamento aos finais de semana, tem trabalhado com a organização do local (limpeza) e iniciaram o plantio de frutas. Futuramente pretendem transformar a casa própria da cidade em um local para abrigar uma feira com suas produções.

De maneira geral, seguem breves informações dos oito entrevistados:

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Entrevistado	Idade	Naturalidade	Tempo de residência em Campos de Júlio	Tempo no Assentamento	Ocupante da terra	Trabalha apenas no Assentamento
T1	39	Batayporã-MS	16 anos	6 anos	Sim	Sim

T2	66	Condor-RS	19 anos	2 meses	Não	Sim
T3	50	Dourados-MS	3 meses	3 meses	Não	Sim
T4	36	Tangará da Serra-MT	Reside em Sapezal	2 anos	Sim	Não
T5	29	Barueri-SP	14 anos	6 anos	Sim	Não
T6	42	Nova Alvorada- MS	16 anos	6 anos	Sim	Não
T7	65	Guaranésia-MG	10 anos	6 anos	Sim	Não
T8	54	Vacaria - RS	16 anos	3 Meses	Sim	Não

*Fonte: Dados coletados pela autora

Verifica-se que dos oito entrevistados, apenas um é natural do estado de Mato Grosso, os demais vieram do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Quanto a raça/cor, embora não esteja no quadro acima, na entrevista havia essa questão e três se consideraram brancos, dois pardos, dois amarelos e um não respondeu. Sobre o estado civil, quatro são casados/amasiados, dois divorciados e dois solteiros.

A respeito da residência dos trabalhadores, três deles residem no assentamento, sendo que apenas um é o ocupante da terra e os outros dois cumprem a função de caseiro para os ocupantes que residem na cidade de Campos de Júlio. Sobre os caseiros, um vive há 19 anos em Campos de Júlio e o outro, embora possua família em Tangará da Serra-MT, não tem moradia fixa. Dos demais trabalhadores entrevistados, um reside em Sapezal e vai ao assentamento aos finais de semana com a esposa, sendo que é o seu pai quem vive no assentamento e cuida da terra ao longo da semana; os outros quatro residem na cidade de Campos de Júlio; três possuem casa própria na cidade e empregos formais. Por emprego formal, entende-se aquele emprego fixo, com vínculo formal e carteira de trabalho assinada.

O tempo de residência dos trabalhadores no município é de pelo menos dez anos para cinco deles. Quanto à renda declarada pelos trabalhadores, a mais alta não passou de três mil reais e a mais baixa de um mil reais. Um dos trabalhadores entrevistados não informou a renda, mas disse não ser o ocupante da terra e sim trabalhador temporário no assentamento. Este trabalhador não possui moradia fixa em Campos de Júlio e está em processo de aposentadoria.

A moradia dos trabalhadores rurais no assentamento são de madeira (sete das oito casas) e com número máximo de quatro cômodos. Cinco trabalhadores possuem carro próprio, sendo este o meio de deslocamento entre a cidade e a área do assentamento; os outros três trabalhadores dependem de carona e um deles relatou fazer uso de táxi quando não consegue carona.

5.2 A OCUPAÇÃO DA TERRA: PONTO DE PARTIDA E CHEGADA

O primeiro ocupante da terra foi o T1 e o processo se deu da seguinte forma: ele relatou que trabalhava em uma fazenda de grande produção agrícola e possuía um contrato de trabalho, sendo que no período que estava ali trabalhando, o dono da fazenda lhe disse que poderia criar animais no espaço. Ao final do contrato de trabalho, ele não possuía local para guardar suas criações, tentou vendê-las, mas não conseguiu e sabendo que na região existia uma extensão territorial que o “dono” não se fazia presente há quase vinte anos e resolveu ocupar a terra com sua criação até que o dono da terra aparecesse e tomasse o que é seu ou que lhe vendesse este pedaço.

Segundo o T1, teve conhecimento da terra que hoje corresponde ao assentamento quando uma geóloga esteve em Campos de Júlio para fazer o mapeamento das terras existentes no município. Como o T1 tinha conhecimento do local, ajudou a profissional. Verificou ao longo do trabalho que todas as terras foram mapeadas, exceto essa onde se encontra o assentamento. O T1 então questionou algumas pessoas do município sobre o proprietário daquela terra e teve informações que desde o ano de 1993 o proprietário não visitava Campos de Júlio. Ao precisar de uma terra para guardar sua criação a partir da solicitação de desocupação de seu ex-patrão, o T1 decidiu colocar seus animais na área que estava desocupada e improdutiva há anos. Fazendo isso, comunicou os fazendeiros vizinhos desta terra, um que era justamente o seu ex-patrão e proprietário de fazenda de agricultura e o outro, proprietário de fazenda de criação de gado. Um ano e meio depois de ocupar a terra, segundo relato do T1, os fazendeiros vizinhos com medo do trabalhador se apropriar de toda a extensão de terra, se juntaram para tirá-lo dali, promovendo algumas ações para impossibilitar sua permanência, como trancar as vias de acesso com pedaços de pau, por exemplo. Sentindo-se acuado, o trabalhador foi conversar com os vizinhos e lhes disse que dessa forma sua criação de

animais iria morrer, pois não teria como transportar alimentos até lá, ainda disse que a área não lhes pertencia para que o impedissem de permanecer nela. A partir de então iniciou-se um processo de disputa por essa terra entre o T1 e os dois proprietários das fazendas vizinhas.

Com medo de ser retirado da terra, o T1 convidou outros trabalhadores rurais que residiam em Campos de Júlio para também ocuparem a área, já que há muito tempo o proprietário não se fazia presente, não utilizava a terra, não produzia nada ali e ninguém ao menos sabia de quem se tratava. E então, foi assim que se deu início à ocupação do assentamento rural Nova Esperança.

Segundo dados coletados com os trabalhadores entrevistados, o proprietário da terra a recebeu do INCRA no ano de 1993 e desde que isso ocorreu até a ocupação das famílias do assentamento Nova Esperança, a área permanecia intacta. O mencionado proprietário não desfrutou da terra, nunca manteve um empregado no local e não tem moradia na cidade de Campos de Júlio.

Após a ocupação do grupo, os fazendeiros vizinhos ao assentamento localizaram o proprietário da terra, que foi até Campos de Júlio e requereu a reintegração da área. Até a data das entrevistas, a terra estava em negociação e existiam advogados envolvidos no processo, um defendendo o então dono da terra e outro defendendo os assentados. A disputa pela terra está na justiça e o processo está se dando na Comarca de Comodoro - MT. Os assentados estão negociando com o proprietário para que cada ocupante pague o valor referente à extensão de terra que ocupam e segundo os entrevistados, cada hectare de terra ocupado equivaleria a sessenta sacas de soja. A extensão total da fazenda onde os trabalhadores estão assentados é de um mil e quinhentos hectares, contudo as quarenta e sete famílias cadastradas na Associação Nova Esperança não ocupam a extensão total da área, apenas parte dela, portanto existe ainda área livre.

Nem todas as quarenta e sete famílias cadastradas na Associação Nova Esperança residem exclusivamente no assentamento e segundo o T6, que também é o presidente da associação, a questão da infraestrutura influencia na permanência integral das famílias no local. No assentamento os trabalhadores desenvolveram uma forma de acessar água através da construção de uma barragem, adaptaram bomba de água e canos para irrigar o suficiente para plantarem, mas nem todos os sítios do assentamento têm água por conta da distância até a barragem. Mesmo sem todos terem acesso à água, dos

quarenta e sete lotes divididos ali, praticamente todos tem ao menos um “barraquinho” (sic), segundo informou o presidente da Associação Nova Esperança.

Um dos oito trabalhadores entrevistados, o T1, foi o primeiro a ocupar a terra e vive e trabalha exclusivamente no assentamento; três outros permanecem desde o início do assentamento, há seis anos, tendo casa no assentamento, criação de animais e plantação, mas não residem definitivamente ali, pois precisam trabalhar na cidade; já os outros quatro têm histórias variadas com o assentamento: dois são caseiros e cuidam do sítio para trabalhadores que ocuparam a terra também há seis anos, mas que precisam trabalhar em outras atividades fora do assentamento; e os outros dois adquiriram a terra de uma segunda ou terceira pessoa que passou pela área.

A partir dos elementos trazidos acima, é possível verificar que cada entrevistado tem uma história diferenciada que o liga ao assentamento Nova Esperança, mas todos tem algo em comum: histórias de vida e trabalho no mundo rural, que os motivou a ocupar um pedaço de terra ou a aceitar o emprego ali, ainda que temporário.

O motivo da ocupação da terra, a partir da análise da fala dos trabalhadores, tem como uma das principais motivações a vontade de voltar para a terra, ou seja, para o mundo rural, pois nasceram e cresceram neste ambiente, em pequenas propriedades da família. Os trabalhadores relataram que suas famílias possuíam pequenas propriedades, mas que passaram a trabalhar para grandes fazendas. Com a alta tecnologia nas fazendas e a falta de qualificação para atenderem as novas exigências das fazendas, a forma de permanecer no mundo rural foi essa: buscar um pedaço de terra através da ocupação.

É possível averiguar o vínculo dos trabalhadores entrevistados com a terra em suas histórias de vida:

A gente toda vida gostou de roça, então já é uma coisa que vem do sangue, vem do berço. Então não adianta você fugir que você não consegue sobreviver lá dentro da correria. (T1)

Trabalhador rural? Olha pra mim bem certo pra você ver, eu me criei na agricultura. (T2)

Antes de vir para o Mato Grosso, trabalhava tomando conta de uma chacrinha que nós tinha. (T5)

Eu nasci na roça, desde quando meus pais eram trabalhadores rurais. Saía fora para fazer outras coisas, mas sempre na roça, né. (T6)

Eu nasci na roça, lá no interior do Rio Grande do Sul. A nossa alimentação praticamente saía da terra, criação de gado, porco, galinha, ovelha, todo tipo de fruta, nós fazia os embutidos, as compotas. (T8)

Nessa perspectiva, de que os trabalhadores iniciaram seu processo histórico no ambiente rural, na pequena propriedade da família, que ali produziam para subsistência e o excedente era um meio para conseguir o que mais precisassem, é possível fazer um paralelo com a questão agrária no Brasil e o processo da modernização da agricultura. Esse processo acabou gerando a expropriação e a expulsão dos camponeses que não tinham condições de competir com os médios e grandes produtores, sendo necessário que vendessem suas terras e sua força de trabalho para o capital. Em meio a isso, o conflito no campo entre os trabalhadores rurais com pouca terra ou sem terra e os latifundiários se acentuou, e mesmo com tantas adversidades é possível encontrar trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à terra e/ou para nela permanecerem, buscando que a terra exerça sua função social, que é a de produzir (SILVA, 2015).

A lógica do mundo rural tem sido a alta produção através da mecanização e do uso de tecnologias, este modelo incentivou a monocultura nos latifúndios e a produção para a exportação. A partir de interesses econômicos, o governo subsidiou (e subsidia) financeiramente os grandes produtores; em contrapartida os pequenos produtores, além de não terem acesso a linhas de créditos, têm poucas condições de sobreviver em meio a alta tecnologia no campo. Sem poder concorrer com os grandes produtores e sendo engolidos pela produção em alta escala, os pequenos produtores acabam por arrendar suas terras ou até vendê-las, passando de pequenos proprietários de terras à fornecedores de mão-de-obra.

RODRIGUES (2009), ao discutir o rural e urbano, aponta que a modernização da agricultura foi conservadora, pois a distribuição da posse da terra no Brasil foi desigual, sendo que poucos detêm uma grande quantidade de terra e muitos não a possuem. Com a modernização da agricultura, essa situação se potencializou devido à inserção do capitalismo no rural, pois as grandes propriedades possuíam condições de implementá-la através do acesso a créditos, dando a terra como garantia; já os pequenos produtores não conseguiam acessar aos financiamentos, ou por não terem a regularização da terra ou por não possuírem terra suficiente.

A falta de incentivo aos pequenos produtores resultou em formas cada vez mais precárias de acesso a terra, como por exemplo, os parceiros e meeiros. Ainda existem muitos trabalhadores na agricultura que mantêm algum vínculo com a terra, o que não significa que eles não estejam disponíveis para trabalhar nas grandes fazendas. Mesmo os trabalhadores que de alguma forma possuem um pedaço de terra, são trabalhadores vinculados ao trabalho nas empresas capitalistas. Por fim, a questão da apropriação de

terra nas mãos de poucos criou também os trabalhadores volantes, como os boias-frias que trabalham nas colheitas dos principais produtos agrícolas e moram nas cidades, sendo que esta categoria surgiu na década de setenta, pois como já não possuíam mais terras, estavam disponíveis para qualquer tipo de serviço, e quando não estavam realizando tarefas agrícolas, trabalham em outras funções que exigem pouca qualificação.

É possível analisar que através desse movimento histórico de êxodo rural de pequenos proprietários de terra, mesmo com a saída das terras ainda assim continuaram vinculados ao mundo rural, mesmo como trabalhadores volantes. O vínculo com a terra não se desfaz e neste caso especula-se que por isso se deu a ocupação da terra, como um desejo de retorno de onde partiram: da terra e do modo de vida rural. Essa hipótese é reforçada na fala do trabalhador:

Então toda vida nosso ramo foi esse, ir pra roça, tentar viver tipo caipira mesmo, que eu acho que é a melhor maneira de viver hoje, vive bem, come bem, sabe o que tá comendo. Então o motivo da gente tá por aí é isso. (T1)

O T6 relatou que a motivação para a ocupação da terra no assentamento veio do desejo de voltar para a terra e buscar um futuro similar ao que já vivenciou no passado, sendo a terra seu ponto de partida e almejando que seja também o ponto de chegada:

Então o que motivou a ocupar a terra foi desde a criação, porque eu já nasci na roça, porque hoje eu tô na cidade, mas não me vejo na cidade. Vejo lá, plantando, colhendo. (...) Eu imagino no futuro ali todas as famílias assentadas e tirando a renda da terra. (T6)

O movimento de retorno a terra é fruto de resistência, da luta pela transformação da realidade de expropriação e exploração sofrida pelos trabalhadores rurais (BORGES, 1997). Essa resistência surge em forma de luta para alcançar o sonho, que é coletivo, de viver da terra e na terra, não só deste grupo aqui citado, mas de inúmeros outros espalhados pelo Brasil.

A resistência para a conquista de um pedaço de terra, na busca da liberdade e autonomia para trabalhar como pequeno produtor rural, neste estudo é chamado de luta na contracorrente, uma vez que essa dinâmica ocorre em um município onde a lógica que rege a agricultura é a do agronegócio.

Um dos fatores que reforçam que não se trata de um grupo que busca a lógica da produção do agronegócio é a quantidade de terra que os trabalhadores entrevistados

ocupam. A área total correspondente ao Assentamento Nova Esperança é de aproximadamente um mil e quinhentos hectares, já a área ocupada pelos oito entrevistados foi de aproximadamente cento e oitenta e seis hectares. Essa média de área ocupada, se multiplicada pelo número de famílias cadastradas no assentamento (quarenta e sete famílias), corresponde a uma ocupação menor que toda a extensão territorial da respectiva terra. Salienta-se que o T1, que foi o primeiro a ocupar a terra, possui o lote com maior área, cento e dez hectares. De acordo com os relatos colhidos, ainda há área desocupada no assentamento.

Quadro 2: Área dos lotes em hectares

Trabalhador	Área do lote
T1	110 hectares
T2	Não soube informar
T3	23 hectares
T4	10 hectares
T5	10,3 hectares
T6	11 hectares
T7	20 hectares
T8	2 hectares

*Fonte: Dados coletados pela autora

Essa informação correspondente às áreas ocupadas pelas famílias subsidia a reflexão do objetivo ideológico dos assentamentos rurais, uma vez que não é a exploração da terra, mas sim ter a terra de trabalho e de subsistência. Segundo dados da Associação Nova Esperança, a extensão territorial total da área ocupada é de um mil e quinhentos hectares e são quarenta e sete famílias assentadas, cada família ocupa em

média, segundo informado, quinze hectares, portanto ainda existe área livre para ser ocupada. Os assentados buscam um pedaço de terra suficiente para viver e não para acumular ou especular. Portanto os assentamentos rurais se configuram como processos sociais na vida de trabalhadores rurais, que em sua maioria fazem parte de uma população historicamente excluída, e ocupar um pedaço de terra os empoderam para viverem da maneira que desejam (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Embora voltar a terra tenha um significado de retorno ao modo de vida originário dos trabalhadores e venha carregado de um sentimento de liberdade e autonomia, ainda assim é possível verificar que o acesso a terra não garante a liberdade e subsistência almejada. Para compreender essa questão, é preciso compreender as relações de trabalho e produção no mundo rural.

5.3 TERRA DE TRABALHO: VIVER NA TERRA E DA TERRA

Os trabalhadores entrevistados narraram o desejo de viver e trabalhar no sítio localizado no assentamento, produzindo seus alimentos e tirando da terra a renda necessária para subsistência. Foi possível observar que a motivação para viverem no assentamento reforça a ideia de viver na terra não só como opção de modo de vida, mas também como meio de subsistência. As respostas dos trabalhadores variaram entre a necessidade de ter um trabalho; sonho e projeto de vida, já que o ambiente rural “vem de sangue” e produzir seu próprio alimento.

Tais respostas remetem aos conceitos *terra de negócio* e *terra de trabalho* (MARTINS, 1991). Para Martins, quando o capital se apropria da terra ela se torna explorada, já quando o trabalhador é quem está com a posse da terra, ela se torna de trabalho. O diferencial aqui é a forma e a intenção de sua exploração. A terra de trabalho, que é familiar e de trabalhador, é diferente da propriedade capitalista, que é voltada exclusivamente para o lucro. O ganho na terra de trabalho é proveniente do trabalho, que no geral é da própria família; já a terra de negócio tem um valor atribuído, que para MARX (2005) seria o valor de troca.

Neste caso em estudo, ainda existem muitos entraves para a efetivação da *terra de trabalho*. Embora seja uma expectativa e três dos oito entrevistados tenham respondido que é possível sim viver exclusivamente da terra no Assentamento Nova Esperança, apenas um deles reside integralmente no assentamento e trabalha

exclusivamente na terra ocupada, os demais possuem empregos formais ou não, fora do assentamento, e por isso não vivem integralmente ali:

“Um vem aqui trabalha três, quatro dias, vai pra rua, faz diária, depois volta passa mais três dias. Outros trabalham lá e vem final de semana, só sábado e domingo, para poder fazer as coisas.” (T1).

Nas entrevistas ficou claro que todos almejam realmente viver da terra, inclusive relataram planos para que isso ocorra em breve, mas ainda é necessário gerar renda fora do assentamento. Na ótica do único trabalhador entrevistado que vive no assentamento, os outros trabalhadores não conseguem viver no assentamento porque tem dívidas financeiras que contraíram com o intuito de investir no lote, e agora precisam trabalhar fora para pagá-las. RODRIGUES (2009) mostra que ainda existem muitos trabalhadores da agricultura familiar que estão disponíveis para trabalhar nas grandes fazendas, nas usinas, nas indústrias ou até mesmo fora do ambiente rural e GUANZIROLI (1994) aponta que embora uma das estratégias de sobrevivência de assentados seja a combinação de diversas fontes de renda, tendem a abandonar serviços externos as suas propriedades quando conseguem tirar o sustento de suas próprias terras. Portanto entende-se que os trabalhos externos ao assentamento, executados pelos trabalhadores, é uma questão de necessidade de sustento de si e também da terra, pois ela por si só ainda não consegue prover o necessário para que o trabalhador permaneça vivendo exclusivamente no assentamento.

Essas configurações correspondentes aos arranjos de trabalho e vida no atual mundo rural são decorrentes da modernização da agricultura. O *novo rural* (GRAZIANO DA SILVA, 1999), além de atividades agropecuárias e agroindustriais traz novas atividades rurais. O novo rural tem a agropecuária moderna que é vinculada às agroindústrias; as atividades rurais de subsistência, com modos de trabalho e de vida considerados retrógrados, se comparados à moderna agricultura; as atividades não-agrícolas ligadas ao lazer e a atividades de prestação de serviços não rurais no âmbito rural; e por fim atividades agropecuárias voltadas para um mercado menor mas que tem conquistado seu espaço, como a produção orgânica.

O novo rural apresenta, além de características peculiares sobre a produção, novos arranjos de trabalho, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, tornando os trabalhadores pluriativos. A pluriatividade no meio rural permite juntar as atividades exercidas por todos os membros de um domicílio: as ocupações por conta própria, o

trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI E GRAZIANO DA SILVA, 1998). Na pluriatividade existe a diversificação produtiva e agricultura a tempo parcial. Isso transforma os trabalhadores rurais por conta própria em empregados, tornando a agricultura uma atividade parcial, seja por conta da mecanização no campo que exige cada vez menos de trabalhos braçais; seja por conta do cultivo de monoculturas que torna o trabalho sazonal; seja pela falta de recursos para produzir em suas terras próprias em tempo integral, o que obriga o trabalhador a buscar outras fontes de recursos, ainda que na cidade. É possível verificar que a pluriatividade faz parte do modo de vida dos trabalhadores do Assentamento Nova Esperança:

Em Comodoro eu fui trabalhar na fazenda, lá nós plantava café e mexia com gado, fazia todos os manejos, curral; aí nós foi aperfeiçoando em outras profissão. Aí mexia com gado, mexia com fazenda, na verdade a gente mexe com tudo né, desde fazer a casa até a plantação mesmo, a lavoura.

Aí de lá quando a gente saiu e veio para Campos de Júlio, aí aqui como não tem essa outra atividade, gado é pouco, tá começando agora, aí nós começamos plantando, trabalhando por mês, aí já mudou. Lá era manual e aqui já diferenciou e foi ser beneficiado, com maquinário, trabalhar com trator, com colhedeira.

Já pegou e veio pra cidade, porque não tem muito serviço na lavoura, é por época. Aí quando a gente tá na roça diretão, planta, colhe, agora aqui na cidade não. Ela (lavoura) é por temporada, tem a planta, você faz a planta, fica um tempo sem ter serviço; aí depois vem a colheita e fica outra temporada sem serviço. Aí nesse intervalo a gente vai fazendo serviço de pedreiro, vai fazendo serviço dentro da cidade no caso. (T6)

O contingente de trabalhadores vinculados ao mundo rural contemporâneo (ou novo rural) é heterogêneo, alguns com alta qualificação, muitos sem nem o estudo básico, e os que não têm qualificação ficam com trabalhos pontuais e com as relações de trabalho precárias. Para RODRIGUES (2009), as famílias rurais têm adotado estratégias de sobrevivência pluriativas, o que tira o trabalhador do campo por um lado, mas por outro consegue dar pelo menos o mínimo para manter a sustentabilidade da pequena propriedade. Isso explica a fala do T1, quando disse acreditar que os demais trabalhadores não ficam parcialmente no assentamento porque precisam pagar as dívidas que contraíram para investir no sítio no assentamento. Além do mais, o T1 compreende que viver da terra pode ser uma oportunidade para quem não tem formação e profissão, e que através do pedaço de terra ocupado conseguirá ter autonomia enquanto trabalhador.

O fato de trabalharem em múltiplas funções demonstra a dificuldade de viverem apenas da renda tirada da terra, e embora essa diversidade traga sustentabilidade para manterem-se com este modo de vida, não é exatamente o que este grupo de trabalhadores busca, já que foi possível observar no discurso que desejam ficar definitivamente vivendo e trabalhando no assentamento pelo modo de vida que o rural proporciona:

Eu tenho projeto para tirar renda daqui sim, isso aí é uma coisa que já tô mexendo já, mas isso aqui (o sítio) ainda não tem renda. (T4)

Eu já tô com cinquenta e quatro anos e a minha esposa com cinquenta e nove, nós queremos pelo menos ter uma velhice mais confortável através da alimentação, de um ar mais puro. Essa cidade é muito poluída também (agrotóxicos)... a gente chega numa idade e quer paz. (T8)

Se você não tiver um lugarzinho encostado pra você educar seus filhos e sair fora dessa violência que tem na cidade... então para nós o mato, se tiver um sítio desse você passa o dia que nem vê, daqui a pouco você volta tarde. Aqui você produz uma galinha, você produz um porco, você produz um coisero (neologismo); o seu filho você sabe onde tá, onde ele tá você tá junto com ele, você sabe se ele foi ali na casa de um vizinho. Na cidade não tem como administrar esse aí (o filho), sabe lá que coisa errada tá fazendo. (T1)

Verifica-se que os trabalhadores desejam a terra para o trabalho, para a produção, para a subsistência, mas também para uma vida mais tranquila, segura, conforme suas origens. Possuir terra implica em ter uma vida digna e com qualidade. Não querem terra para especular ou para explorar o trabalho alheio, querem a *terra de trabalho* (MARTINS, 1991).

Outro ponto a ser pensado sobre a terra como meio de trabalho, é o que diz respeito às *condições de trabalho e organização do trabalho* (DEJOURS, 1992).

Sobre a jornada de trabalho, para os trabalhadores que possuem emprego fora da terra ocupada, o tempo que lhes sobra para investir no sítio é aos finais de semana, portanto, além de cumprirem trabalho em horário comercial nos dias de semana, aos sábados e domingo executam trabalho no sítio. A maior parte deles relatam que quando estão trabalhando no sítio, a jornada de trabalho é de oito a doze horas, e que no sítio tem trabalho de “cedo a noite”. Ainda que haja sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções, já que os trabalhadores atuam sem dia de descanso, relataram o prazer em trabalhar em algo que é tido como seu, na área que tem maior afinidade, por isso não se queixaram das condições para executar o trabalho no assentamento.

Embora não tenham tecnologias que auxiliem o processo de trabalho e as ferramentas sejam escassas, pois apenas um trabalhador possui trator e eventualmente aluga por hora para os outros assentados, o trabalho no assentamento é realizado ainda de forma manual. As condições de trabalho dos trabalhadores assentados nos mostra a dualidade no mundo rural: um rural altamente tecnológico, que é a moderna agricultura, com máquinas milionárias e que segue a lógica das monoculturas e de produções extensas objetivando a exportação de mercadorias; e outro ainda arcaico, sem tecnologia e com baixa produtividade (GRAZIANO NETO, 1982). Salienta-se aqui que o que é caracterizado como arcaico pelo autor acima citado, carrega uma herança histórica de baixos incentivos e investimentos, não seguindo a lógica predominantemente mercantilista. Essa dualidade dos rurais é materializada na cidade de Campos de Júlio, onde temos o agronegócio nas grandes fazendas e a agricultura familiar em pequenas áreas.

Pode-se hipotetizar que a ausência da utilização de maquinários e tecnologias pode influenciar no modo em que se dá o trabalho no assentamento, que ocorre de maneira colaborativa e em grupo. Esse fato tornou-se evidente no relato sobre o processo de construção das casas no assentamento, que ocorreram de forma coletiva, sendo que os trabalhadores realizaram troca de diárias e executaram as tarefas em forma de mutirão, atendendo as necessidades de cada assentado. Exemplo disso foi visualizado em situações relatadas: certa vez alguns assentados auxiliaram o T1 a colocar uma caixa-d'água no alto de sua casa; já em outro final de semana auxiliaram o T5 a colocar a cerca no sítio. Dessa forma, os assentados vão executando os serviços necessários a cada família.

Para concluir a ideia de que a terra ocupada tem a função de ser a *terra de trabalho*, abaixo aponta-se o que é produzido no assentamento Nova Esperança:

Quadro 3: Cultivos no assentamento

T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8
Porco, galinha, banana, verduras	Abacaxi	Banana, abacaxi, mandioca, horta,	Horta, abacaxi, jaca, mamão,	Melancia, abóbora	Banana, mandioca, abacaxi, batata	Banana, mandioca, laranja	Porco, galinha, ovos, frango,

		porco	laranja		doce, milho, abóbora		banana, abacaxi
--	--	-------	---------	--	----------------------------	--	--------------------

*Fonte: Dados coletados pela autora

Já o cultivo ao entorno do assentamento, citado pelos oito entrevistados, apontou para terras vizinhas com plantação de algodão, milho e soja em grande escala, assim como a criação de gados.

Frente aos dados de produção do assentamento e de suas formas de trabalho se comparado ao das fazendas vizinhas, fica claro no local do estudo a existência de mundos rurais distintos, que convivem lado a lado, mas que ainda são distantes. Trata-se de uma sociedade onde o moderno convive com o tradicional, e onde a contradição do capital se mostra de maneira acentuada: por um lado à terra de trabalho e por outro a terra de negócio, onde o trabalhador da terra de trabalho tem buscado resistir para manter a sua autonomia como trabalhador. Portanto olhar para a terra como uma fonte de trabalho mais livre e autônoma sugere a necessidade da democratização do acesso a terra através da reformar agrária, permitindo superar relações de dominação e criando oportunidade de trabalho para as pessoas excluídas do processo produtivo. O acesso a terra também permitiria alcançar um processo social e político muito além da dimensão socioeconômica, da conquista por um lugar (SAUER, 2008).

5.4 A TERRA DE INCERTEZA E A PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO

A partir do cenário investigado, de ocupação e de disputa, a incerteza de permanência na terra implica em sofrimento nos trabalhadores entrevistados.

A falta de documentação da terra, descrita pelos trabalhadores como a falta de legalização, corresponde à insegurança da permanência dos mesmos na terra. Além de ser uma questão jurídica e de reconhecimento social enquanto donos da terra, a falta de legalização implica na produção de sofrimento nos trabalhadores, uma vez que fazem investimento material e emocional na terra, mas permanecem na dúvida se o esforço não é em vão:

(...) eu sinto insegurança enquanto não negociar a terra, entendeste? Eu fico inseguro, tu não sabe se não tá botando dinheiro fora. E essa insegurança,

assim, ela trás uma preocupação. Por isso que eu não tenho casa, tem uma casa assim de madeira pra parar lá, porque se tu investir, colocar dinheiro e tiver que entregar e sair? Que nem o pomar, só de muda essa semana paguei quinhentos e setenta reais pra plantar lá. Agora, tu vê uma coisa, se eu sair vai ter que ficar lá, entendeste? Então essa é uma insegurança que dá pra nós. (T8)

A relatada insegurança e preocupação é um sofrimento pessoal que também pode ser grupal simultaneamente, e que está além do controle individual, já que implica em uma situação decorrente de um processo histórico, estrutural e político, que tem implicações diretas no cotidiano das pessoas (VICTORA, 2011).

A questão da legalização da terra implica também nas condições estruturais do assentamento e de acesso a serviços por este grupo. Fatores como a falta de acesso a recursos financeiros, como os financiamentos para pequenos produtores rurais; e as questões estruturais como falta de transporte, estradas ruins, falta de energia elétrica e de água são também influenciadas pela questão da legalização da terra.

O crédito rural é um fator de relevância para o desenvolvimento dos assentamentos, pois é através dele que se busca estruturar minimamente as propriedades. LAMERA (2008) aponta que os projetos de assentamento com maior desenvolvimento receberam as diversas modalidades de créditos. Para a produção agrícola no assentamento é necessário investimento financeiro e isso todos os entrevistados relataram dificuldades em fazê-lo. Subsídios e/ou financiamentos não são possíveis de serem acessados uma vez que é necessário que sejam oferecidas garantias aos bancos para a liberação de crédito, o que fica inviabilizado sem a documentação da terra.

O pessoal do banco fizeram um convite pra nós, vamos lá, vamos pro banco! Todo mundo lá dentro, chegou lá aquele monte de projeto, você enche a boca d'água vendo aquele tanto de dinheiro que vem, aí eu falei pro gerente do banco: o que o senhor precisa pra nós pega esse dinheiro pra nós produzir? Uai, precisa da garantia, do documento da terra, aí vamos levantar e vamos todo mundo embora. Aí ficou três proprietários lá dentro, porque o documento de área aqui é tudo irregular. (T1)

Percebe-se que é gerada uma reação em cadeia de fatores que implicam em sofrimento neste grupo pesquisado. A ação da ocupação da terra vem como uma tentativa de resistir a opressão sofrida pelos trabalhadores pela lógica hegemônica do capital de concentração de terra; a ocupação trás a falta de legalização da terra, que não permite o acesso a créditos, que implica em falta de estrutura para sobrevivência, que

também é influenciada pela falta de assistência do poder público. Enfim, é um processo dinâmico e interligado, mas que tem uma lógica conjuntural.

A omissão do poder público para a agricultura familiar foi trazida pelo grupo de trabalhadores por não conseguirem orientação jurídica sobre a questão da regularização da terra e também por não receberem orientação técnica para a produção agrícola. Segundo os trabalhadores, os profissionais dos órgãos públicos municipais e estaduais existentes em Campos de Júlio lhes dizem que não podem ajudar porque é necessário que tenham a regularização da terra para solicitarem seus serviços. Para LAMERA (2008), a assistência técnica também tem papel importante para o desenvolvimento dos assentamentos. A ausência de apoio dos órgãos públicos e seus técnicos implicam na falta de reconhecimento da condição social dos assentados e contribui para a dificuldade em se estruturarem enquanto pequenos produtores agrícolas.

Por causa desse ano político e desse prefeito que tá, ele não gosta de ajudar pequenos, ele só pensa nos grande. Bem dizer que ele tá seis anos na prefeitura (...) tendo uma rejeição tão grande. Então ele pensa em descontar, eu acho que tem uma coisa que desconta em quem necessita, no pobre né. (T8)

Nós pede, pede direto, nós precisa de ajuda, e o que eles alega pra nós, nós precisa de regularização, documento. Se nós tivesse documento, nós não ia precisar deles não. Se tivesse documento, nós ia pra um banco, não ia pedir Prefeitura, nós vamos pedir pra eles porque eles sabem o caminho de entrar. Mas eles falam não, é só politicagem, é complicado. (T1)

Neste sentido, a falta de assistência e de condições que caberiam ao poder público prover implica em sofrimento, pois o sofrimento social é originado no entrelaçamento de relações sociais e políticas de desfavorecimento histórico (VICTORIA e RUAS-NETO, 2011). O sofrimento neste grupo pode ser identificado a partir das falas que remetem a falta de acesso a condições mínimas, frutos de negligência e descaso com os *pequenos* por parte do poder público. A dificuldade de transporte, estradas em más condições de acesso, falta de energia elétrica e água foram fatores citados pelos trabalhadores como dificuldades que trazem preocupações:

*Hoje aqui a estrada é meio complicado, eu e o pai na verdade já teve vez da gente tá vindo e não chegar aqui, voltar pra trás. (...)
Eu tenho projeto pra tirar renda daqui quando tiver água, pois sem água não faz nada. Pra você ter uma ideia o "T5" que fornece uma extensão da bomba dele, eu não tenho, não tem água pra manter uma plantação. (T4)*

Dificuldade? Agora vamos ver quais delas, né. O que dificulta muito a gente ali seria o que? Transporte, né. Que a gente às vezes tem um produto até aqui na cidade pra levar, então é uma coisa que a gente quer trabalhar mais orgânico e o transporte pra nós é quase o principal, não tem como transportar pra lá, né. E a falta de energia elétrica. Seria o transporte e a energia o mais principal pra nós ali. (T6)

A questão da legalização, somada a questão do desinteresse do poder público por grupos de assentados implica em falta de condições estruturais mínimas para uma vida digna. Ressalta-se que a atuação do poder público não é neutra, sendo regida por interesses econômicos e que não são só locais. Como o entorno do assentamento Nova Esperança é de grandes propriedades, assim como a própria região onde o município está localizado, a dificuldade em se estabelecer como pequeno produtor familiar e até mesmo de acesso a terra vai contra a lógica de produção local. Os interesses políticos e econômicos do local não dão espaço às necessidades deste grupo de assentados, gerando fatores desencadeantes de sofrimento.

Então é falta de interesse porque não tem ninguém que já passou por isso, aqui é só gente rico, é só fazendeirão grande. Agora das políticas tá entrando só poder, então não tem o pequenino nosso, que fala: ah, eu sei o que o pessoal tá passando! Na hora da campanha sabe, mas na hora de vamos ver o que é que tá acontecendo, dia a dia... Então em Campos de Júlio acontece desse jeito. (T1)

(...) a verdade é que a gente sabe e tem certeza que não querem os pequenos produtores ao lado deles, então não tem essa visão, ah se o pequeno produtor tiver aqui ele vai ajudar nós; não ele vai atrapalhar nós! Não sei por que eles pensam assim. Mas é dessa forma que eles pensam. E quando eles pensam assim dificultam pra nós, porque se um gestor da política falar: vou ficar junto de 60 pessoas pequenos produtores ou vou ficar junto de 10 grandes produtores? É claro que de repente se eu tiver na situação dele, se eu não tivesse conhecimento do pequeno, talvez eu pensaria igual eles né, o que o pequeno produtor vai me dar em troca? Se eles não procurar, não vão saber! Então eles têm o relacionamento só com os grandes né. (T6)

LAMERA (2008) mostrou em seu estudo que o entorno socioeconômico dos assentamentos condiciona seu desenvolvimento. Assentamentos inseridos em contextos com maior presença de produção familiar, como nos casos de Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, têm melhores condições para se desenvolverem do que aqueles ilhados em meio a grandes propriedades. A autora também apontou que a infraestrutura básica e os serviços sociais influenciam no desenvolvimento do assentamento: sem água e luz, o crédito habitacional e construção de casas não são suficientes para melhorar a infraestrutura do local. Outro fator relevante para o sucesso de um assentamento é o nível de organização da estrutura produtiva, mostrando que

infelizmente, inclusive por falta de orientação técnica, a maior parte dos assentamentos não apresentam bons rendimentos porque o trabalho familiar individual é dominante, e sem organização coletiva a capacidade produtiva é menor.

Frente ao que tange a produção de sofrimento pela incerteza, que é reforçada pela contribuição das condições políticas e econômicas, KLEINMAN, DAS e LOCK (1997) confirmam que as discussões a cerca do sofrimento apontam que existe de fato um sofrimento que resulta do que o poder político, econômico e institucional produzem nas pessoas, assim como essas formas de poder influenciam nas respostas sociais. O sofrimento nasceria então a partir das contradições sociais incorporadas pelos indivíduos, ou seja, as fragilidades individuais seriam como frutos das exigências sociais dos mesmos como sujeitos autônomos, sem que haja uma contrapartida que lhes assegure condições para que assim se tornem.

Essa autonomização faz com que o sofrimento seja sentido e analisado individualmente, responsabilizando o indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso, o que na verdade é produzido por questões estruturais da sociedade que não oferece condições mínimas de sobrevivência para alguns grupos sociais (MENDES e WERLANG, 2013).

Sendo o sofrimento então produto das condições não só políticas como também econômicas, cabe trazer à discussão outros elementos desencadeantes da produção de sofrimento, além dos gerados pela incerteza da falta de legalização.

A luta pela terra gera disputa por conta da configuração econômica do local. Neste caso, os trabalhadores rurais assentados sofrem com a opressão dos grandes produtores rurais, o que justifica o título deste trabalho.

Situações de ameaças pela ocupação da terra foram relatadas e essas ocorrências trouxeram sofrimento e deixaram os trabalhadores em alerta.

Eles amontaram um esquema aqui mesmo, nessa casinha velha, era ali, eles amontaram o pessoal de Cáceres, Lacerda, paizano e infelizmente eu não tava aqui, nem um mais orientado. Chegaram com coisa que não queria nada, e tal, tal, tal, olharam, olharam e falaram, nós somos da polícia, aí pediram pra entrar pra dentro da casa e não podia, eles tinha que chegar com um mandato para entrar na propriedade da gente. Mas acharam uma espingarda véia e complicou quase tudo, levaram preso, uma humilhação. Meia noite, três horas da manhã, um monte de gente preso, era uns policial de Lacerda que veio mandado pelo fazendeiro vizinho para poder complicar nós. Entendeu?! Então tudo isso aí é coisa que vem fora da lei, até portanto que eu cheguei em Comodoro e o pessoal disse que não sabia de nada, e aí eles chegaram lá, levaram as armas nossas, e então foi complicado. Aí nós teve que fazer vaquinha, pedir ajuda pro comércio para tirar, e nós tava aqui dentro trabalhando. Então tudo isso aí é discriminado, tudo isso aí eles não querem progredir os trem. (T1)

A relação com os grandes proprietários das fazendas no município foi apontada como ruim pelos trabalhadores e é possível levantar como discussão que isso implica em sofrimento social, mas também em união do grupo de trabalhadores para resistirem frente às pressões externas ao assentamento. Situações de lutas concretas da disputa pela terra foi explicada pelos trabalhadores a partir da perspectiva de que os grandes fazendeiros não aceitam que os assentados tenham ocupado a terra e estejam em busca de autonomia.

Falou que não concordava que fosse vizinho dele, que ele gastava o que não tinha para tirar a gente daqui, e o vizinho é uma potência. Vai brigar com um homem desses? Nós ía sair, mas infelizmente a saúde dele agravou e foi adoecendo, adoecendo, e foi onde nós começamos a pegar força, porque se não nós não ía conseguir ficar aqui. Brigar com dinheiro, você não briga com dinheiro. (T1)

Os nossos confrontantes, os nossos vizinhos não aceitam ter pequenos produtores ao lado deles. Isso é claro não tem que esconder de ninguém, se a gente for procurar pra eles mesmos vão falar a mesma coisa que eu, não sei o por quê. Tem assim aquele receio, “não nós é grande, nós tem que ter aqui só gente grande”. (T6)

Outras situações de opressão e discriminação também foram relatadas, mostrando que a relação de poder que um grupo exerce sobre o outro pode criar condições que inviabilizam o crescimento e autonomia, gerando mais sofrimento.

Somos discriminados (...), quantas vez eu tava trabalhando no lugar e eles (fazendeiros vizinhos) ”ah, o fulano tá aí? Tira ele daí se não ele vai tomar a sua terra!” De eu perder emprego. E eu estar passando e o cara gritar “oh grileiro”. Isso é normal, isso é relativo dentro da cidade, isso é humilhante isso aí! (T1)

A situação de opressão é sentida coletivamente, pois provoca entraves para todo o grupo e os fatores que contribuem para o desencadeamento do sofrimento são situações diversas que vão desde a falta de acesso à educação; da falta de emprego ou ofertas de trabalhos precários; da dificuldade no acesso a terra; da violência sofrida no cotidiano; enfim, são inúmeras as situações vivenciadas por este grupo, inclusive da própria falta de oportunidade de viver da maneira desejada. Para identificar o sofrimento coletivo, os trabalhadores foram questionados se conseguiam perceber que o que sentiam individualmente era visto nos demais trabalhadores do assentamento, e a resposta foi afirmativa.

Como o processo de ocupação e de luta pela terra traz consigo histórias, vivências e relações com o mundo material e social da terra: do trabalho rural, da produção agrícola e do modo de vida e de produção, os sofrimentos que os assentados trazem e que dependendo da ótica podem ser visualizados como individuais e subjetivos, na verdade são fruto de uma relação dialética com o mundo social, podendo também ser considerados coletivos.

Para PUSSETTI e BRAZZABENI (2011) o sofrimento social é o fruto de uma violência perpetrada pela estrutura social e está relacionado com os efeitos prejudiciais das relações de poder desiguais que definem a organização social. E essa compreensão aponta para o fato de que o sofrimento se faz presente a partir de situações específicas da vida ou ainda através da existência de mecanismos objetivos de disfunção social.

O sofrimento social está na limitação da ação do sujeito frente a essas situações e da análise que faz para compreender o abalo da violência estrutural na sua experiência cotidiana. No caso dos trabalhadores do Assentamento Rural Nova Esperança, a leitura do sofrimento que vivenciam vem também da opressão dos grandes fazendeiros, e entendem que isso é algo estrutural no município.

Aqui em Campos de Júlio, por exemplo, eu considero assim: é uma classe média, alta (...). Por que é que tá dando trabalho para nós entrar no sistema em Campos de Júlio? Porque ninguém apoia nós. A partir da hora que você tem experiência disso, a partir da hora que você é uma funcionária, você tá sendo útil pro seu patrão, você é bonzinho. O dia que o seu patrão achar que você já tem uns troquinhos, que você quer montar um negocinho para você, você já não presta pra ele. Você é bom enquanto você está servindo ele. É igual a minha situação, quando era motorista da firma era bom, hoje se eu conseguir comprar um caminhãozinho, eu não presto mais porque eu não tô servindo ele mais.

Então Campos de Júlio tá perdendo nisso aí, tá perdendo os funcionários dele. Ninguém vai querer passar o dia inteiro dentro de um parrudo passando veneno, nós quer colher o que é nosso. Então eles não quer competição com eles.

Então porque os assentados não tem apoio em Campos de Júlio? Por causa disso. Você vai em Campos de Júlio você não vê uma caminhonete freiteira, você não vê uma caminhonete gaiola, você não vê nada ali puxando. Você vai em Comodoro e para um dia em Comodoro e vê como o pessoal sobreveve ali dentro, é cheio de assentamento, é cheio de feira, aquela riqueza! Aqui não. Tão construindo uma feira e até hoje tá fechada, falta de incentivo, porque se todo mundo incentivasse e organizasse, as coisas funciona. (T1)

O trecho acima traz também a reflexão da questão das relações de trabalho, uma vez que o trabalhador entrevistado foi empregado do fazendeiro, portanto o servia, e quando resolveu buscar sua autonomia, o patrão não aceitou e passou a oprimi-lo por ter

perdido sua mão-de-obra. O que reforça mais uma vez que as relações de poder geram sofrimento.

O sofrimento provém da falta de emancipação humana dos trabalhadores como pequenos produtores rurais, conforme almejam. Seria necessário que os mesmos fossem na dimensão social, livres, iguais e proprietários (TONET, 2005), contudo nem no plano formal da dimensão jurídico-política eles conseguem, já que não possuem efetivamente a posse da terra, vivendo na insegurança de que amanhã precisarão desocupá-la e deixar para trás o que ali investiram, tanto concretamente quanto simbolicamente.

O neoliberalismo que rege a lógica econômica do agronegócio e que é enraizada em Campos de Júlio, assim como nas demais cidades de economia agrícola do estado, prega que neste modelo de sociedade é possível conquistar o que o trabalhador quiser, propagando uma ilusão porque afirma promover a liberdade autônoma de cada indivíduo enquanto restringe o exercício de autodeterminação das majorias, privando-as de condições materiais, políticas e culturais que o assegurem (MANCE, 1997).

As situações narradas acima pelos trabalhadores confirmam que o sofrimento social é um efeito das violências que a ordem social (local, nacional ou global) traz para as pessoas. BARRETO (2007) discute que a vida cotidiana é em grande parte violenta para o corpo e para a experiência moral, notadamente para os pobres, embora a violência e, por extensão, o sofrimento atinjam membros de todos os estratos sociais. Diante disto, o estudo do sofrimento social põe em xeque a noção de cotidiano como o lugar do ordinário e questiona não apenas os atos de violência explícita, mas as violências mais invisíveis causadas por instituições como, por exemplo, o estado.

Para KLEINMAN e KLEINMAN (1997), sob a categoria de sofrimento social estão condições que são quase sempre divididas em campos separados e que envolvem simultaneamente temas como saúde e bem-estar, além dos aspectos legais, morais e religiosos. O sofrimento social, raramente, está dissociado das ações dos poderosos, e fatores de gênero, etnicidade e status sócio-econômico podem levar indivíduos e grupos vulneráveis ao sofrimento humano.

O sofrimento aqui apontado é o resultado das injúrias que a força social inflige na experiência humana, sendo o produto de uma ampla gama de problemas sociais imprimidos sobre uma população pelos poderes político, econômico e institucional e inclui também suas respostas a estes poderes (BARRETO, 2007).

No que tange a resposta da população que sofre a estrutura que a provoca, propõe-se aqui identificar as estratégias de resistência desenvolvidas pelo grupo, para manterem-se na luta contracorrente.

5.5 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Para DEJOURS (1992), ainda que o sofrimento se mostre intenso, pode ser controlado por estratégias defensivas. A partir dessa perspectiva pretende-se discutir as estratégias defensivas desenvolvidas pelos trabalhadores do Assentamento Rural Nova Esperança e que os fortalecem.

É importante elencar neste estudo como os trabalhadores rurais assentados têm desenvolvido mecanismos para se fortalecerem como um grupo de resistência frente aos fatores já apontados nos tópicos anteriores, como a pressão social, a luta pela legalização da terra e a luta para se efetivarem como pequenos produtores rurais em meio a lógica do agronegócio. Sendo assim, mesmo imersos a um ambiente estrutural de opressão e de negação, a coletividade é um mecanismo onde é possível desenvolver estratégias de defesa e que fortalecem o grupo social de assentados.

Serão apontados aqui alguns fatores que leva a crer que os trabalhadores rurais do assentamento Nova Esperança possuem estratégias coletivas de preservação do grupo.

Voltando a discussão da emancipação humana, TONET (2005) relata que a emancipação é uma forma de sociabilidade na qual os homens são efetivamente livres e que ela só seria conquistada através da superação do capitalismo, pois o modelo baseado no capital não favorece a existência de uma autêntica comunidade humana. Na falta de superação do capitalismo, é necessário que estratégias sejam desenvolvidas para lidarem com a realidade objetiva.

Para superar a impossibilidade da emancipação, a constituição da Associação de Pequenos Produtores Rurais Nova Esperança foi uma das estratégias de organização coletiva criada para dar reconhecimento jurídico ao grupo de trabalhadores rurais. A partir do desenvolvimento do estatuto da associação, que foi construído, votado e aprovado por todos os assentados, o documento foi registrado em cartório cível, o que imprimi uma identidade formal para o grupo, já que individualmente são invisibilizados,

mas juntos conseguem ter um nome, um número de registro, materializando assim a sua configuração enquanto grupo social. A constituição da associação aponta para a coesão do grupo frente à concordância do processo de luta e de que precisam seguir coletivamente perante a falta de reconhecimento político e social.

Para DEJOURS (2007), o reconhecimento esperado por quem mobiliza sua subjetividade no trabalho assume formas extremamente reguladas e implica a participação dos atores em relação à função e ao trabalho de quem espera o reconhecimento. Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento, pois quando a qualidade do trabalho é reconhecida, também os esforços, as angústias, as dúvidas, as decepções, e os desânimos adquirem sentido.

Na associação foi eleita uma equipe diretora para que tomem a frente da luta. São quarenta e sete as famílias associadas e que pagam taxa mensal de cinquenta reais, que a associação para que tenha subsídios de buscar sanar as demandas do grupo. Algumas ações de melhoria no local foram feitas pela associação com o apoio do grupo, como a criação de uma barragem de água e o encanamento para distribuição de água, utilizando para isso recursos próprios levantados através da contribuição mensal.

Essa consideração reforça a defesa de que os trabalhadores aqui apresentados estão no movimento contracorrente, resistindo mesmo que sem a definida emancipação humana, buscando uma forma de serem livres e de ter autonomia para a resolução de seus problemas, utilizando para isso o potencial criativo do grupo.

Mesmo que dessa forma, os trabalhadores não neguem o capital, pois não possuem forças para produzir o suficiente para as suas necessidades e precisem se submeter a trabalhos alheios ao assentamento, mas de certa forma, mais do que um modo de trabalho, viver num pequeno espaço de terra irá proporcionar a eles dedicar-se a atividades mais humanizadas frente às suas expectativas.

Outra informação relevante e que aponta para uma estratégia de fortalecimento e resistência do grupo foi citada pelos próprios trabalhadores no momento da entrevista, pois ao serem questionados como fazem para lidar com um problema comum aos demais assentados, cinco deles responderam que conversam, fazem reunião ou recorrem ao presidente da associação para levar a demanda, portanto conclui-se que neste caso a associação possui credibilidade perante seus associados e que os problemas que permeiam ao grupo são resolvidos no sistema de solidariedade.

Para TONET (2005), a forma de trabalho que a emancipação humana permite constrói uma autêntica comunidade humana, onde todos os indivíduos têm a liberdade

de desenvolver suas potencialidades e onde podem viver em situação de solidariedade. Ainda, como o próprio autor coloca, a emancipação humana é uma possibilidade e depende da luta dos próprios homens a partir da materialidade de si enquanto ser social.

A contradição do capitalismo tem implicado nos motivos que levam os trabalhadores a ocuparem as terras “dos patrões” (MARTINS, 1995), que ao expulsar o homem do campo, ao mesmo tempo o retém como um trabalhador temporário para ser explorado e dele extrair a mais-valia. Este grupo de trabalhador, conforme apurado nas entrevistas, passaram por esse processo dialético de expulsão-retenção, bem como foram e ainda são explorados pelos capitalistas, por isso compreende-se que ocupar terra, ainda que incerta, significa a busca de novos-velhos horizontes, pois é o retorno para suas origens; uma maneira de sobreviver frente às suas necessidades profissionais, já que fazem parte do *exército industrial de reserva* (MARX, 2005) de trabalhadores para o mundo rural que não atendem as expectativas e necessidades do capital. Acredita-se que o processo de ocupação de terras foi a maneira encontrada para resistir às pressões do capital, e por isso eles nadam contracorrente, em um movimento de resistência e entrave aos obstáculos, como a legalização da terra, “num frente a frente com o capital (...) que mantém o trabalhador como máquina de metas ou objeto descartável” (BOUYER, 2015).

Sobre a aceitação social da condição de assentado, houveram respostas ambivalentes, pois se queixaram de situações de discriminação, sendo chamados de grileiros, sem terra, e até recebendo retaliações para serem empregados. Por outro lado, o presidente da associação, T6, apontou que embora haja discriminação fora do âmbito do assentamento, dentro ele é tido como herói, e emocionou-se ao falar sobre isso, relatando o apoio que recebe de seus pares, assim como do encorajamento que ele dá para os trabalhadores terem esperança de continuarem resistindo.

Olha, para mim eles vê como um herói. (emocionado). (T6)

Para verificar as defesas que este grupo desenvolveu coletivamente para lidarem com esses problemas, foi observado que eles partem do pressuposto que precisam resolver os problemas juntos, porque sozinhos não têm força.

Ao longo do processo histórico de transformação das relações de trabalho, que saiu do espaço intrafamiliar e coletivas, para as fábricas, por exemplo, a visão do eu e da individualização nascem com a história do capitalismo (BOCK, 2001). Frente às

questões acima pontuadas, vemos que os trabalhadores estudados e a própria comunidade criada a partir da ocupação desta terra, nada contra a corrente do individualismo nascido no capitalismo, pois pode-se verificar que pretendem criar o trabalho no mesmo local de moradia, ou seja, num processo contrário ao que houve no século XIX, bem como buscam a saída do individualismo para uma vida em comunidade, onde há cooperação e coletividade e promoção de saúde.

Portanto, foi possível verificar aqui que este grupo desenvolveu diversas estratégias para se fortalecer e também para lidarem com o sofrimento que lhes assola. Para superar a falta de tecnologia e condições precárias, os trabalhadores assentados propõem-se a trabalhar de maneira coletiva, com troca de diárias; a resolveram os problemas advindo da falta de assistência das políticas públicas com recursos próprios; a se configurarem com uma identidade jurídica com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); a se reunirem sistematicamente para discutirem problemas e pensarem em soluções, delegando tarefas a equipe diretora. Isso aponta para um sistema de coesão grupal e que é reforçado por Dejours, como uma situação de lidar com o sofrimento:

As estratégias coletivas de defesa contribuem de maneira decisiva para a coesão do coletivo do trabalho, pois trabalhar é não apenas ter uma atividade, mas também viver: viver a experiência da pressão, viver em comum, enfrentar a resistência do real, construir o sentido do trabalho, da situação e do sofrimento (DEJOURS, 2007, p. 103).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutido neste trabalho que no Brasil historicamente os latifúndios recebem mais apoio e investimento do que as pequenas propriedades de terra. Tal política, além de gerar efeitos sociais negativos, também aumenta a desigualdade rural.

O apoio à agricultura familiar é uma prospecção para uma sociedade mais igualitária, existindo exemplos disso, pois em países desenvolvidos um dos caminhos para uma sociedade mais democrática e politicamente estável foi o investimento na agricultura familiar, uma vez que agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado e são capazes de suprir grande parte das necessidades de alimentos. Um olhar de incentivo a agricultura familiar evita a exclusão social no processo de desenvolvimento, sendo imprescindível para isso sua inclusão nas demandas do mercado (GUANZIROLI et al., 2001). Com isso, não é negado aqui o capitalismo e suas práticas, pois a agricultura familiar não está alheia ao mercado e precisa dele para sobreviver, pois o excedente que se produz para subsistência é comercializado.

Portanto, aqui defende-se a necessidade de pensar na agricultura familiar como um processo necessário para que ocorra igualdade social, principalmente no mundo rural, que desde a colonização do Brasil tem sido perversa com populações tradicionais e pequenos produtores rurais, e mais ainda com a inserção do capitalismo no campo. A monocultura de latifúndio beneficia apenas uma pequena elite rural e não a massa do campo, além de ter alto custo ecológico e social e que embora tenha alta produção, não implica em distribuição de renda ou melhorias no bem estar da população.

Embora seja dada ênfase de que o agronegócio é a salvação do Brasil, sabe-se de todos os problemas ambientais que envolvem sua produção: expõe a riscos a saúde das populações e dos trabalhadores; coloca em risco povos e culturas tradicionais; impacta o meio ambiente.

Em um país com extensão territorial gigante e com muitas terras devolutas e terras improdutivas que servem para fins especulativos, é contraditório que existam tantas pessoas lutando por um pedaço de terra.

Defender a agricultura familiar é buscar ser justo em uma sociedade prega a liberdade e a igualdade, mas que não dá oportunidade para que as pessoas vivam onde e da maneira que desejam.

Muito embora cada sujeito do Assentamento Rural Nova Esperança tenha se constituído através da lógica de êxodo rural e do individualismo permeado pelo neoliberalismo, esses trabalhadores voltaram para o campo na busca de um modo de vida que foi aprendido ainda na infância, assim como buscam a autonomia do trabalho.

Esse movimento na contracorrente, de retorno a terra, ainda que através da ocupação, aponta para resistência dos trabalhadores para a continuidade do processo de venda de mão de obra para o capital, mesmo que para isso sofram consequência como opressões dos capitalistas e a invisibilidade do estado.

Os sofrimentos advindos dessa dinâmica de resistência são implicados na subjetividade de cada trabalhador e podem ser percebidos como um sofrimento coletivo, a partir da denuncia das relações de poder vivenciadas no dia-a-dia.

Buscar apoio na coletividade foi o mecanismo encontrado pelos assentados para darem conta das deficiências que o ambiente social lhes traz, mas que precisam continuar resistindo.

Algumas limitações deste trabalho sugerem que em próximos estudos outros modelos metodológicos de pesquisa possam ser desenvolvidos, como a pesquisa-ação, auxiliando assim factualmente os sujeitos, contribuindo de forma direta no cotidiano dos trabalhadores. A necessidade do pesquisador às vezes não é a mesma apontada pelos pesquisados, portanto fica aqui a sugestão de que em novos trabalhos, de pesquisa e extensão, não só na área da saúde, mas da agronomia, do direito e outros, possam olhar para este grupo e contribuir de alguma forma.

7. REFERÊNCIAS

Antunes R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: Antunes R e Silva MAM (orgs). O avesso do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Antunes R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Ed Cortez, 2006.

Barreto MCR. Do sofrimento como questão sociológica. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Grupo de Trabalho Sexualidades, Corporalidades, Transgressões. Recife: UFPE, 2007.

Bergamasco SMPP e Nordes LAC. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996.

Bock AMMB. A psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In.: Bock AMMB, Gonçalves MGM e Furtado O (orgs.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

Borges MSL. Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

Bosi, Maria Lúcia Magalhães. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 17, n. 3, Rio de Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 24 out. 2014.

Bouyer GC. Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. *Rev. Psicologia e sociedade*, v. 27, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/1807-0310-psoc-27-01-00106.pdf>>. Acessado em: 20 fev. 2017.

Brasil. O INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acessado em: 01 fev. 2017.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acessado em: 03 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acessado em: 17 jan. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva: Referências para estudos e pesquisas. 2012.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acessado em: 01 ag. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Legislação Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acessado em: 24 fev. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Trabalho escravo no Brasil, 2016.

Carneiro FF et al. Dôssie Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2015.

Castellanos MEP, Loyola MS e Iriart JAB. Ciências Sociais em Saúde Coletiva. In: Paim JS e Almeida-Filho N. Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

Cirilo Neto M e Dimenstein M. Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 37, n. 2, p. 461-474, Jun 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200461&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 21 jun. 2017.

Costa WM da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Curvo HRM, Pignati WA, Rigotto RM, Pignatti MG. Crescimento econômico, poluição ambiental por agrotóxicos e câncer no Estado de Mato Grosso – Brasil: abordagem comparativa 1996 e 2006. In.: Souza DPO, Pignatti MG, Guimarães LV (orgs). *Saúde coletiva: múltiplos olhares em pesquisa*. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

Dejours C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____. Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação. In.: Dejours C, Abdoucheli E e Jayet C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In: Lancman S e Sznelwar L (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

_____. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Del Grossi ME e Graziano da Silva J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Rev. Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1998.

Duarte, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Rev. Cadernos de Pesquisa*, n. 115, mar. 2012.

Engels F. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Ferreira JCV. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: Editora Buriti, 2001.

Figueira RR. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Fraser MTD e Gondim SMG. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 2004, 14 (28), 139-152.

Gancho, Cândido Vilares et al. A posse da terra. São Paulo: Ática, 1991.

Giddens A. Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento. In: Giddens A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Godoy A, Morás M, Aucélio PQ, organizadores. A saúde dos trabalhadores rurais de assentamentos e acampamentos de reforma agrária. Brasília: UNB-Ceam-Nesp/MST-Sector Nacional de Saúde; 2000.

Google. Google Earth. Mapa de Campos de Júlio. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/place/Campos+de+J%C3%BAlio+-+MT/@-13.5744401,-59.7456384,9z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x93bc540e24ff0563:0xa3eba50323e2940f!8m2!3d-13.7214728!4d-59.260354>>. Acessado em: 01 mar. 2017.

Guanziroli CE, Cardim SE (orgs.). Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: Romeiro A et al. (orgs.). Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994.

Guanziroli CE et. al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

Graziano Neto F. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In.: Schimidt BV, Marinho DNC, Rosa A et al. (Orgs). Os assentamentos da reforma agrária no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

Groff A, Maheirie K e Prim L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. Psicologia Política, vol. 9, n. 17, jan. – jun. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 1996. Brasil. Brasília: IBGE, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acessado em: 20 fev. 2017.

_____. Sinopse do Censo Demográfico 2010 Brasil. Brasília: IBGE, 2010.

_____. Censo Agropecuário 2006. Brasil. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acessado em: 20 fev. 2017.

_____. Produto interno bruto dos municípios: 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. Cadastro central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. O seu município em números - Mato Grosso - Campos de Júlio. 2016.

Instituto Mato-grossense de economia agropecuária – IMEA. Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso. 2016. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/imea-site/relatorios-mercado>>. Acessado em: 20 fev. 2017.

Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso - INDEA. Relatório de consumo de agrotóxico em Mato Grosso durante o ano de 2014. Cuiabá: INDEA –MT, 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Relatório de Atividades: INCRA 30 anos. Brasília: INCRA/MDA, 2000. Disponível em: <www.incra.gov.br/arquivos/0172500473.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. Famílias assentadas. Brasília: INCRA, 2016a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acessado em 23 fev. 2017.

_____. Estatística de imóveis rurais. Brasília: INCRA, 2016b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/estat-sticas-de-im-veis-rurais->>. Acessado em 23 fev. 2017.

Kleinman A, Das V e Lock M. Social Suffering. Berkeley: University of California Press, 1997.

Kleinman A e Kleinman J. The appeal of experience; the dismay of images: Cultural appropriations of suffering in our times. In: Kleinman A, Das V e Lock M. Social Suffering. Berkeley: University of California Press, 1997.

Lamera JA. Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

Londres F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

Mance EA. Quatro teses sobre o neoliberalismo. Rev. Educ., n.13, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601997000100001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 29 abr. 2017.

Martins AM. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. Rev. Psicologia, Ensino e Formação, 1(1): 83-98, 2010.

Martins J de S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. 5 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

_____. O cativo da terra. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

Marx K. O questionário de 1880. In.: Thiollent M.J.M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, v.1, t.1. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. O capital. Crítica da economia política. Vol. I – o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. O capital. Trad. Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2005.

Mato Grosso. Anuário Estatístico de Mato Grosso - 2004. v.26. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - Seplan-MT. Central de Textos, 2004.

Mendes JMR e Werlang R. Sofrimento social e a saúde do trabalhador. Rev. Em Pauta, v. 11, n. 32. Rio de Janeiro, 2013.

Mendes R e Dias EC. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Rev. Saúde Pública, 25: 341-9. São Paulo, 1991.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – ABRASCO, 1992.

Minayo MCS (orgs). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Minayo-Gomez C e Thedim-Costa SMF. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

Moreno G. Terra e poder em Mato Grosso. Políticas e mecanismos de Burla, 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, EDUFMT, 2007.

Peres F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, 14 (6): 1995-2004, 2009.

Pignati WA e Machado JMH. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso. In: Minayo GC, Machado JMH e Pena GPG (Orgs.). Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

Pignati WA et al. Resumo executivo dos Impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, Brasil. Cuiabá: UFMT e FIOCRUZ, 2012.

Porto JS e Castro SP. O mundo do trabalho e a experiência da doença. In: Guimarães LV, Pignatti MG e Souza DPO (orgs.). Saúde Coletiva: múltiplos olhares em pesquisa. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

Pussetti C e Brazzabeni M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Rev. Etnográfica, v. 15, n. 3. Lisboa, 2011.

Prado Junior C. História econômica do Brasil. 46 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A questão agrária. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio. Fotos da Cidade. Disponível em: <<http://www.camposdejulio.mt.gov.br/Fotos-da-Cidade/>>. Acessado em 20 ag. 2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fundação João Pinheiro – FJP. O índice do

desenvolvimento humano municipal brasileiro. Série atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

Pussetti C. e Brazzabeni M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do Assistencialismo. Rev. Etnográfica, vol. 15 (3), 23 Out. 2011. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1036> ; DOI : 10.4000/etnografica.1036>. Consultado em: 2 mar 2017.

Queiroz MIP. Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível". In: Von Simson OM (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

Rodrigues VLGS. Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

Sauer S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

Silva JFG. O Novo Rural Brasileiro. 2 ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

Silva GM. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Boletim DATALUTA - Artigo do mês 1: mar. 2015. ISSN 2177-4463 Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acessado em: 06 abr. 2017.

Scopinho RA. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, 15(Supl. 1): 1575-1584, 2010.

Soares D. O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais. Saude soc., São Paulo , v. 15, n. 3, p. 57-73, Dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 20 Jun 2017.

Soto WHG. A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil. As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

Sparovek G. (Org.). Censo da reforma agrária, 2002: módulo projetos (banco de dados). Piracicaba: escola superior de agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2002. Consórcio de Informações Sociais, 2005. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/ciss/index.aspx>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Tonet I. Cidadania ou Emancipação Humana. Rev. Espaço Acadêmico, n. 44, ano IV, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Vasquez GCF. A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, 29 (4), 2009.

Victoria CG. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. Rev. Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Vol. 5, n. 4, 2011. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/764/1406>>. Acessado em: 30 abr. 2017.

Victoria CG e Ruas-Neto AL. Quem matar os „últimos Charuás”: sofrimento social e luta dos indígenas que vivem nas cidades. Rev. Antrropológicas, ano 15, vol.22(1): 37-59, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/22/158>>. Acessado em: 15 fev. 2017.

Wilkinson I. Suffering: a sociological introduction. Cambridge: Polity Press, 2005.

Wittman H. Um lugar no mundo: re-territorializando a cidadania agrária em Mato Grosso. In: Barrozo JC (orgs). Mato Grosso do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EDUFMT, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa “Sofrimento social de trabalhadores rurais assentados na contracorrente do agronegócio”, realizado pela Mestranda Bianca Vasquez Pistório de Castro, com orientação da Prof^a. Dra Marta Gislene Pignatti e co-orientação do Prof. Dr. Luís Henrique da Costa Leão.

O objetivo geral deste trabalho é compreender se a luta pela terra de trabalhadores rurais assentados na região sudoeste de Mato Grosso implica em sofrimento social.

Sua participação consistirá em ser submetido(a) a pelo menos uma entrevista, cujas respostas serão registradas pela pesquisadora por escrito e também gravadas. Cada entrevista terá duração média de uma hora e será realizada em local que lhe for conveniente. A sua participação no estudo não lhe acarretará nenhum custo.

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não lhe trará qualquer penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com profissionalismo de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Uma cópia deste consentimento será arquivada no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso e outra cópia será fornecida a você.

Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com a mestranda Bianca Vasquez Pistório de Castro no telefone (65) 99813-1917 ou pelo e-mail biancapistorio@hotmail.com.br. Você poderá solicitar informações ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Júlio Müller - UFMT, pelo telefone 3615-8254.

Considerando os dados acima, **CONFIRMO** ter sido informado por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e **CONCORDO** em participar.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/2016.

APÊNDICE 2 – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA A ENTREVISTA DOS TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

Data da entrevista: ____/____/____

Nome: _____ Lote: |_|_|_|_|

1. Data de nascimento: ____/____/____ 2. Naturalidade: _____

3. Raça/cor: () preto () pardo () branco () outro _____

4. Estado civil: () casado () solteiro () divorciado () viúvo () outro _____

5. Dados da família:

Nome	Data de nasc.	Sexo: F ou M	Escolaridade	Ocupação	Local de trabalho	Tempo em C.J.	Tempo que mora no assent.

6. Antes de morar neste assentamento, onde a família residia?

7. Por quanto tempo morou lá? ||| |anos

8. Por que se mudou para este assentamento?

9. A renda mensal da família é de:

|_| até R\$ 1 mil |_| de R\$ 1 a 2 mil |_| de R\$ 3 a 4 mil |_| de R\$ 4 a 5 mil

|_| de R\$ 5 a 10 mil |_| Outro _____

10. A moradia no assentamento é: () própria () alugada () cedida

11. Nº de cômodos: () 1 () 2 () 3 () 4 () outro _____

12. Material de construção: () Alvenaria () Adobe () Madeira () outro _____

13. A área do lote corresponde a quantos hectares:

14. Quando existe a necessidade de **atendimento em saúde**, como procede e qual o acesso?

15. E as outras políticas públicas, como educação e assistência social?

16. Consegue acessar aos serviços públicos no assentamento ou você e sua família precisam ir até a cidade? Como se deslocam até lá? Com que frequência precisa ir até a cidade?

TRABALHO E TERRA

17. Há quanto tempo é trabalhador rural? Quais locais trabalhou como trabalhador rural?

18. Com o que trabalhava antes de tornar-se trabalhador rural?

19. O que o motivou a viver em um assentamento rural?

20. É associado a algum movimento social de luta pela terra? Qual?

21. As pessoas com as quais se relaciona aceitam o fato de você viver em assentamento rural?

22. Consegue acessar aos subsídios do governo para investir na terra?

23. Recebe auxílio/orientação de algum órgão governamental do município, estado ou federal? Qual?

24. Como é a relação com os grandes proprietários de terra ao redor do assentamento rural?

25. Alguma vez sentiu-se ameaçado por questões relacionadas à terra? Como foi?

26. Consegue viver exclusivamente da renda proveniente do trabalho no assentamento rural? (sim) (não)

Se sim, o que planta? É para subsistência ou para venda? Se para venda, onde vende?

Se não, como faz para gerar/complementar a renda?

27. O que é cultivado no assentamento rural em que vive?

28. O que é cultivado nas terras ao entorno do assentamento rural?

29. Como são suas atuais condições de trabalho (o ambiente, segurança, higiene, meios para a realização da atividade)?

30. Quantas horas por dia trabalha?

31. O que faz quando não está trabalhando?

32. Relaciona-se bem com os demais moradores do assentamento rural?

33. Quais são as aptidões/conhecimentos necessários para o desenvolvimento do trabalho rural no assentamento?

34. Como são as relações sociais no ambiente de trabalho no assentamento?

35. Há diferença no trabalho realizado por homens e por mulheres no assentamento? Quais?
36. Quais são os materiais/ferramentas empregados no processo do trabalho rural no assentamento?
37. É feito uso de agrotóxicos no assentamento rural? Para o cultivo ou para limpeza de mato? E no trabalho fora do assentamento rural (acaso tenha outro trabalho)?
38. Quais tipos (nomes)? Com qual objetivo se usa? Com que frequência?
39. Nas plantações ao entorno do assentamento rural é utilizado agrotóxico? Como é realizada a pulverização?
40. A pulverização nas terras vizinhas influencia no cultivo do assentamento rural? Por que?
41. Descreva sua rotina diária/tarefas no assentamento rural (para verificar questões relacionadas ao gênero).
42. Você já sofreu algum acidente no trabalho rural? Como foi? Há quanto tempo? Recebeu atendimento com profissionais de saúde? No que resultou?
43. Você já foi intoxicado por agrotóxicos? Qual agrotóxico? Como foi? O que sentiu? Buscou auxílio nos serviços de saúde?

SAÚDE MENTAL

44. Quais as principais dificuldades enfrentadas no trabalho rural no assentamento em que vive? Como faz para resolvê-las?
45. O que mais te aborrece em relação ao trabalho no assentamento rural? Como faz para não ficar aborrecido (a)?
46. Ao pensar no trabalho rural no assentamento, quais são os sentimentos e preocupações que lhe ocorre?
47. Percebe se os demais assentados sofrem por questões relacionadas ao trabalho no assentamento?
48. Quando estão preocupados com algo em comum, como fazem para lidar com o problema?
49. No período em que está desenvolvendo seu trabalho, sente algum desconforto em sua saúde? Qual?

50. O trabalho rural no assentamento influencia na sua vida pessoal, nas relações familiares e amigos?
51. Sente-se nervoso, tenso ou preocupado com frequência? (sim) (não)
52. Como é o seu sono?
53. Sente dores de cabeça com frequência?
54. Tem satisfação no desenvolvimento de seu trabalho? (sim) (não)
55. Sente-se satisfeito com suas condições de vida? (sim) (não)
56. Sua situação financeira lhe preocupa? (sim) (não)
57. Tem dificuldade no desenvolvimento de seu trabalho? Sente que ele é penoso? (sim) (não)
58. Sente que seu trabalho coloca sua vida em risco? (sim) (não)
59. Faz uso de álcool? (sim) (não) Com que frequência?
60. É tabagista? (sim) (não) Há quanto tempo? Fuma com que frequência?
61. Faz uso de drogas ilícitas? (sim) (não) Há quanto tempo? Usa com que frequência?
62. Tem “doenças dos nervos”/mental? (sim) (não) Qual? Há quanto tempo?
63. Já apresentou quadro de depressão? (sim) (não) Há quanto tempo? Recebeu tratamento?
64. Faz uso de medicação controlada (psicotrópicos)? (sim) (não) Qual? Há quanto tempo?
65. Faz acompanhamento regular com algum profissional de saúde? (sim) (não) Qual? Há quanto tempo?
66. Já foi internado em hospital? (sim) (não) Por qual motivo? Há quanto tempo?
67. Alguém da família recebeu atendimento em saúde por motivo de problemas psicológicos (psiquiátricos)? (sim) (não) Por qual motivo? Há quanto tempo?
68. Você ou alguém da família já tentou suicídio? (sim) (não) Quando? Como?
69. Alguém da família suicidou-se? (sim) (não) Quando? Como?
70. Conhece algum trabalhador (a) rural que suicidou-se? (sim) (não)